

Léssio Lourenço Nunes

**Mobilidade populacional na Região
Metropolitana de Belo Horizonte: o caso
dos municípios do Eixo da Linha Verde -
1991/2000**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2008

Léssio Lourenço Nunes

Mobilidade populacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso dos municípios do Eixo da Linha Verde - 1991/2000

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Demografia, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de mestrado em Demografia.

Orientador: Prof. Fausto Reynaldo Alves de Brito
Co-orientador: Prof. Alisson Flávio Barbieri

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2008

Folha de Aprovação

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis. Agradeço, especialmente, a minha irmã Maria Paula por assumir a maior parte dos afazeres domésticos do nosso lar e, desta forma, maximizar o meu tempo disponível aos estudos. Muito obrigado!

Agradeço ao meu orientador, professor Fausto Brito, pelo apoio, estímulo e por ter apostado no meu trabalho. Agradeço-lhe, também, pelas excelentes aulas ministradas ao longo do curso.

Agradeço ao meu co-orientador, professor Alisson Barbieri, pela orientação de curso e pelas conversas incentivadoras, desde a fase de elaboração de pré-projeto até a conclusão do curso.

Agradeço aos professores Marcelo Bronzo (CEPEAD/UFMG), Enrico Colosimo (Depto de Estatística/UFMG) e Ela Mercedes (Depto Estatística/UFMG) pelos votos de confiança para o meu ingresso no curso de mestrado em Demografia.

Agradeço aos membros da banca, os professores André Caetano, Alisson Barbieri, Roberto Monte-Mór e Fausto Brito, pelas contribuições enriquecedoras.

Agradeço aos professores do CEDEPLAR por apostarem no meu potencial e por terem contribuído para o meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço, em especial, a professora Laura pela luz sempre acesa até mais tarde nos esclarecimentos de dúvidas de disciplinas diversas do curso de Demografia.

Agradeço a todos os funcionários do CEDEPLAR pela presteza e atenção de sempre.

Agradeço a todos os amigos, dentre os quais os estatísticos Tarcísio da Silva, Alessandra Caetano e Marcos Roberto, pelas discussões técnicas e apoio permanentes.

Agradeço, finalmente, a todos os colegas de curso, pela amizade, descontração e apoio no decorrer do curso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BH – Belo Horizonte

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

COHAB-MG – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

FACE – Faculdade de Ciências Econômicas

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INOCOOPS - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

OD – Pesquisa de Origem e Destino

PDI – Plano Diretor Integrado

PIB – Produto Interno Bruto

PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PGER - Projeto de Geração de Emprego e Renda

PLF – Projeto de Legalização Fundiária

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RRMBH – Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	4
1.2 Justificativas	5
1.3 Delimitação espacial da área de estudo.....	7
CAPÍTULO 2 - PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS.....	11
2.1. Expansão urbana nas metrópoles brasileiras.....	11
2.1.1. Os principais agentes produtores do espaço metropolitano.....	13
2.1.2. Os deslocamentos populacionais intrametropolitanos e suas possíveis causas.....	14
2.1.2.1. As migrações para as Regiões Metropolitanas – RMs.....	17
2.1.2.2. Migrações intrametropolitanas	19
2.1.2.3. Mobilidade residencial	20
2.1.2.4. Mobilidade pendular	23
2.2. Expansão urbana metropolitana de Belo Horizonte	24
2.2.1. O processo de formação do espaço urbano na RMBH	24
2.2.1.1. Processo histórico de formação de Belo Horizonte e de sua região metropolitana.....	25
2.2.1.2. Delimitação da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.....	31
2.2.2. Os vetores de expansão na RMBH	33
CAPÍTULO 3 - FORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE.....	38
3.1 Aspectos históricos da expansão urbana no Eixo da Linha Verde	38
3.2. Caracterização dos municípios do Eixo da Linha Verde	40
3.2.1. Parte Norte de Belo Horizonte.....	40
3.2.1.1. Regional Norte	40

3.2.1.2. Regional Pampulha.....	40
3.2.1.3. Regional Venda Nova	41
3.2.2. Vespasiano	41
3.2.3. São José da Lapa	42
3.2.4. Pedro Leopoldo.....	42
3.2.5. Lagoa Santa.....	43
3.2.6. Confins	43
3.2.7. Taxas de crescimento, produto interno bruto (PIB) e finanças dos municípios do Eixo da Linha Verde.	44
3.3 Expansão urbana nos municípios do Eixo da Linha Verde	46
3.4 Investimentos estatais na região nas últimas décadas	46
CAPÍTULO 4 - FONTES DE DADOS E METODOLOGIA	51
4.1. Bases de dados.....	51
4.1.1. Unidades de análise	52
4.1.2. Variáveis	54
4.2. Delimitação da área espacial de estudo da RMBH	58
4.2.1. Agregação de localidades para efeito de análise comparativa.....	59
4.3. Metodologia.....	60
4.3.1. Matriz de Migrantes.....	60
4.3.2. Matriz de Mobilidade Residencial.....	61
4.3.3. Matriz de Mobilidade Pendular.....	61
CAPÍTULO 5 - MOBILIDADE POPULACIONAL E OS MOVIMENTOS PENDULARES DE BELO HORIZONTE E RMBH PARA OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE	62
5.1. Fluxos migratórios intrametropolitanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, 1986/1991 e 1995/2000.....	63
5.1.1 Padrão etário da migração intrametropolitana na RMBH	66

5.1.2 Diferenciais por sexo e estrutura etária	67
5.1.3 Diferenciais por idade.....	70
5.2. Fluxos migratórios e caracterização sociodemográfica dos municípios do Eixo da Linha Verde.....	73
5.3. A mobilidade residencial na RMBH: o caso dos municípios no Eixo da Linha Verde.....	82
5.3.1. Procedência dos residentes da RMBH que declararam local de residência anterior à RMBH.....	83
5.3.2. Mobilidade residencial intrametropolitana na RMBH.....	89
5.3.3. Mobilidade residencial entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde	93
5.3.1. Condições de residência, no local de destino, dos indivíduos com endereço anterior em Belo Horizonte.....	95
5.4. A mobilidade pendular na RMBH: o caso dos municípios no Eixo da Linha Verde.....	98
5.4.1. Fluxos de mobilidade pendular entre Belo Horizonte e RRMBH.	99
5.4.2. Fluxos de deslocamentos entre local de residência e local de trabalho intra-Belo Horizonte.....	104
5.4.3. Caracterização sociodemográfica dos pendulares entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde	106
5.4.4. Caracterização dos pendulares do Eixo da Linha Verde que residiam em Belo Horizonte.....	109
5.5. Resultados e discussão.....	112
5.6Desafios para as gestões futuras dos municípios do Eixo da Linha Verde ...	115
6 CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS.....	121
ANEXOS	127

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.....	8
FIGURA 2 – MAPA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO, 2001/2002	9
FIGURA 3 – MAPA DO EIXO DA LINHA VERDE, 2001/2002	10
FIGURA 4 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, 2001/2002, COM DESTAQUE DA REGIÃO ORIGINAL EM 1973.....	33
FIGURA 5 – VETORES DE EXPANSÃO DA RMBH.....	35
TABELA 1 – BELO HORIZONTE, RMBH E EIXO DA LINHA VERDE – POPULAÇÃO E TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (1991/2000 E 2000/2007).....	44
TABELA 2 – BELO HORIZONTE, RMBH E EIXO DA LINHA VERDE - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PER CAPITA, 2007.	45
TABELA 3 – ESTRUTURA EMPRESARIAL DOS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE, 2005.	45
FIGURA 6 – MAPA DO PERCURSO CONTEMPLADO PELO CORREDOR DE ACESSO DO CENTRO ÀS REGIÕES NORTE E NORDESTE DA CAPITAL - LINHA VERDE.....	50
QUADRO 1 – UNIDADES DE ANÁLISE DAS LOCALIDADES NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1991 E 2000 – RMBH.....	53
QUADRO 2 – UNIDADES DE ANÁLISE PARA O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE NA PESQUISA ORIGEM E DESTINO DE 2001/2002.	54
QUADRO 3 – AGRUPAMENTO DAS VARIÁVEIS EM CATEGORIAS DOS DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1991 E 2000.....	55
QUADRO 4 – AGRUPAMENTO DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS EM CATEGORIAS DOS DADOS DA PESQUISA DE ORIGEM E DESTINO (OD) 2001/2002.	56

QUADRO 5 – AGRUPAMENTO DA VARIÁVEL “OCUPAÇÃO DOS INDIVÍDUOS” EM CATEGORIAS DOS DADOS DA PESQUISA DE ORIGEM E DESTINO (OD) 2001/2002.....	57
QUADRO 6 - AGRUPAMENTO DAS VARIÁVEIS DE CONDIÇÕES DE RESIDÊNCIA, NO LOCAL DE DESTINO, DA PESQUISA DE ORIGEM E DESTINO (OD) 2001/2002.	58
QUADRO 7 – AGRUPAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE, PARA EFEITO DE ANÁLISES DOS DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS 1991 E 2000	60
TABELA 4 - FLUXOS DE MIGRANTES INTERNOS, DATA FIXA, DE MINAS GERAIS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E INTRAMETROPOLITANOS NA RMBH, SEGUNDO ALGUNS MUNICÍPIOS DA RMBH, EIXO DA LINHA VERDE E O INTERIOR DE MINAS, 1986/1991.....	63
TABELA 5 - FLUXOS DE MIGRANTES INTERNOS, DATA FIXA, DE MINAS GERAIS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E INTRAMETROPOLITANOS NA RMBH, SEGUNDO ALGUNS MUNICÍPIOS DA RMBH, EIXO DA LINHA VERDE E O INTERIOR DE MINAS, 1995/2000.....	65
TABELA 6 - FLUXOS MIGRATÓRIOS ENTRE BELO HORIZONTE (NÚCLEO) E RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH (ÁREA PERIFÉRICA), SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS QÜINQÜENAS, 1981/1991 E 1995/2000.....	66
TABELA 7 - IMIGRANTES DO RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1986/1991.	68
TABELA 8 - IMIGRANTES DO RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1995/2000.	68
TABELA 9 - EMIGRANTES DO RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1986/1991.	69

TABELA 10 - EMIGRANTES DO RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1995/2000.....	70
TABELA 11 - SALDOS MIGRATÓRIOS (SM'S) E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO (TLM'S), POR GRUPO ETÁRIO, DE BELO HORIZONTE PARA O RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – RRMBH, 1986/1991 E 1995/2000.....	72
TABELA 12 – LAGOA SANTA/CONFINS, FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAMETROPOLITANOS E COM O INTERIOR DE MINAS, 1986/1991 E 1995/2000.....	73
TABELA 13 – PEDRO LEOPOLDO, FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAMETROPOLITANOS E COM O INTERIOR DE MINAS, 1986/1991 E 1995/2000.....	74
TABELA 14 – VESPASIANO/SÃO JOSÉ DA LAPA, FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAMETROPOLITANOS E COM O INTERIOR DE MINAS, 1986/1991 E 1995/2000.	74
TABELA 15 – EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE PARA O EIXO DA LINHA VERDE, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1986/1991.....	76
TABELA 16 – EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE PARA O EIXO DA LINHA VERDE, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, 1995/2000.....	76
TABELA 17- FAIXA DE RENDIMENTO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, PARA O EIXO DA LINHA VERDE, 1991.	78
TABELA 18 - FAIXA DE RENDIMENTO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, PARA O EIXO DA LINHA VERDE, 2000.	79
TABELA 19 - FAIXA DE ESCOLARIDADE, EM ANOS DE ESTUDO, DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, COM 20 ANOS OU MAIS DE IDADE, PARA OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE, 1991.	80
GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS EMIGRANTES DE DATA FIXA DE BELO HORIZONTE, COM 20 ANOS OU MAIS DE IDADE,	

PARA OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE, SEGUNDO A ESCOLARIDADE, EM ANOS DE ESTUDO, 1991.....	80
TABELA 20 - FAIXA DE ESCOLARIDADE, EM ANOS DE ESTUDO, DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE, COM 20 ANOS OU MAIS DE IDADE, PARA OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE, 2000.	81
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS EMIGRANTES DE DATA FIXA DE BELO HORIZONTE, COM 20 ANOS OU MAIS DE IDADE, PARA OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE, SEGUNDO A ESCOLARIDADE, EM ANOS DE ESTUDO, 2000.....	81
TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DE RESIDÊNCIA NA RMBH, EM ÚLTIMA ETAPA DE MOBILIDADE RESIDENCIAL, SEGUNDO O LOCAL DE DESTINO, DOS INDIVÍDUOS QUE DECLARARAM LOCAL DE RESIDÊNCIA ANTERIOR À RMBH, 2001.....	83
TABELA 22 - TEMPO MÉDIO E MEDIANO DE RESIDÊNCIA, NO LOCAL DE DESTINO DE ÚLTIMA ETAPA DE MOBILIDADE RESIDENCIAL NA RMBH, DOS INDIVÍDUOS QUE DECLARARAM LOCAL DE RESIDÊNCIA ANTERIOR À RMBH, 2001.....	84
TABELA 23 – BELO HORIZONTE - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA MOBILIDADE RESIDENCIAL, SEGUNDO A REGIÃO DE MORADIA ANTERIOR À RMBH, 1986-2001.	85
TABELA 24 – RMBH - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA MOBILIDADE RESIDENCIAL, SEGUNDO A REGIÃO DE MORADIA ANTERIOR À RMBH, 1986-2001.	86
TABELA 25 - EIXO DA LINHA VERDE - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA MOBILIDADE RESIDENCIAL, SEGUNDO A REGIÃO DE MORADIA ANTERIOR À RMBH, 1986-2001.	87
TABELA 26 - RESIDENTES DA RMBH QUE RESIDIAM ANTERIORMENTE EM BELO HORIZONTE, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO DA RMBH E DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR À RMBH, 1986-2001.	88

TABELA 27 – MOBILIDADE RESIDENCIAL DE BELO HORIZONTE PARA O RESTANTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – RRM BH, SEGUNDO REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE BELO HORIZONTE, NO PERÍODO 1986-2001.....	91
TABELA 28– FLUXOS DE MOBILIDADE RESIDENCIAL ENTRE A PARTE NORTE DE BELO HORIZONTE E AS DEMAIS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA CAPITAL, 1986-2001.....	92
TABELA 29 – FLUXOS DE MOBILIDADE RESIDENCIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE E AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE BELO HORIZONTE, 1986-2001.....	94
TABELA 30 - FLUXOS DE MOBILIDADE RESIDENCIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE E DEMAIS MUNICÍPIOS DA RRM BH, 2001.....	95
TABELA 31 – DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM ENDEREÇO ANTERIOR EM BELO HORIZONTE, SEGUNDO O TIPO DE RESIDÊNCIA NO LOCAL DE DESTINO, 1986-2001.....	96
TABELA 32 – DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM ENDEREÇO ANTERIOR EM BELO HORIZONTE, SEGUNDO O REGIME DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL NO LOCAL DE DESTINO, 2001.....	97
TABELA 33 - ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS DE INFRA-ESTRUTURA, NO LOCAL DE DESTINO, DOS INDIVÍDUOS QUE RESIDIAM ANTERIORMENTE EM BELO HORIZONTE, 2001.....	97
TABELA 34– MATRIZ DE MOBILIDADE PENDULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH, 2001.....	99
TABELA 35 – MATRIZ DE MOBILIDADE PENDULAR ENTRE BELO HORIZONTE E OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE, 2001.....	101
TABELA 36 – RESIDENTES DA RRM BH QUE TRABALHAM EM BELO HORIZONTE E RESIDIAM ANTERIORMENTE EM BELO HORIZONTE, 1986-2001.....	102

TABELA 37 – DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENTES DO EIXO DA LINHA VERDE QUE ANTERIORMENTE MORAVAM EM BELO HORIZONTE, SEGUNDO O LOCAL DE TRABALHO NA RMBH, 1986-2001.....	103
TABELA 38 A – MATRIZ DE DESLOCAMENTOS ENTRE LOCAL DE RESIDÊNCIA (PARTE NORTE) E LOCAL DE TRABALHO (REGIONAIS ADMINISTRATIVAS) INTRA-BELO HORIZONTE, 2001.....	104
TABELA 38 B – MATRIZ DE DESLOCAMENTOS ENTRE LOCAL DE RESIDÊNCIA (REGIONAIS ADMINISTRATIVAS) E LOCAL DE TRABALHO (PARTE NORTE) INTRA-BELO HORIZONTE, 2001.	105
GRÁFICO 3 – NÚMERO DE INDIVÍDUOS, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA, QUE REALIZARAM A MOBILIDADE PENDULAR ENTRE BELO HORIZONTE E O EIXO DA LINHA VERDE E VICE-VERSA, 2001	107
TABELA 39 – DISTRIBUIÇÃO, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM ANOS DE ESTUDOS, DOS INDIVÍDUOS QUE REALIZARAM A MOBILIDADE PENDULAR ENTRE BELO HORIZONTE E OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE E VICE-VERSA, 2001.	107
TABELA 40 – DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE RENDIMENTO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DOS INDIVÍDUOS QUE REALIZARAM A MOBILIDADE PENDULAR ENTRE BELO HORIZONTE E OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE E VICE-VERSA, 2001.....	108
TABELA 41 – DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL, DOS INDIVÍDUOS QUE REALIZARAM A MOBILIDADE PENDULAR ENTRE BELO HORIZONTE E OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE E VICE-VERSA, 2001.	109
TABELA 42 - DISTRIBUIÇÃO, POR GRUPO ETÁRIO E SEXO, DOS RESIDENTES DO EIXO DA LINHA VERDE, COM ATÉ 15 ANOS COMPLETOS DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO, QUE TRABALHAM EM BELO HORIZONTE E QUE, ANTERIORMENTE, MORAVAM EM BELO HORIZONTE, 2001.....	110

TABELA 43 – DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM ANOS DE ESTUDOS, DOS RESIDENTES DO EIXO DA LINHA VERDE QUE TRABALHAM EM BELO HORIZONTE E QUE, ANTERIORMENTE, RESIDIAM EM BELO HORIZONTE, 2001.....	110
TABELA 44 – DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE RENDIMENTO DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, DOS RESIDENTES DO EIXO DA LINHA VERDE QUE TRABALHAM EM BELO HORIZONTE E QUE, ANTERIORMENTE, RESIDIAM EM BELO HORIZONTE, 2001.....	111
TABELA 45 – DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO A CATEGORIA DE OCUPAÇÃO DO TRABALHO PRINCIPAL, DOS RESIDENTES DO EIXO DA LINHA VERDE QUE TRABALHAM EM BELO HORIZONTE E QUE, ANTERIORMENTE, RESIDIAM EM BELO HORIZONTE, 2001.....	112
TABELA A1 – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DE INDIVÍDUOS DA PESQUISA ORIGEM E DESTINO, 2001/2002, DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.....	127
TABELA A2 – FLUXOS MIGRATÓRIOS COM O INTERIOR DE MINAS, SEGUNDO BELO HORIZONTE E DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMBH, 1986/1991.....	128
TABELA A3 – FLUXOS MIGRATÓRIOS COM O INTERIOR DE MINAS, SEGUNDO BELO HORIZONTE E DEMAIS MUNICÍPIOS DA RMBH, 1995/2000.....	128
QUADRO A1 – COMPOSIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – RMBH, NO PERÍODO 1973-2007	129

RESUMO

A alocação da população no espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH deriva de um conjunto de fatores, de natureza social e econômica, tendo como principais agentes produtores do espaço metropolitano o Estado, que contribui no ordenamento das ocupações territoriais, o mercado fundiário, que atua com o objetivo de valorizar ao máximo as suas propriedades e o mercado imobiliário, que atua através de financiamentos imobiliários, construção física e comercialização do imóvel, controle do uso e acesso às terras urbanas, e, também, à própria organização socioeconômica da população, que a obriga a adotar estratégias de sobrevivência adequadas à sua realidade no contexto urbano.

A pressão populacional, e também das atividades produtivas, por terras urbanas faz do espaço urbano contemporâneo um local complexo, com muitas adversidades e transformações contínuas, com intensa mobilidade populacional e interação entre núcleo metropolitano e municípios do seu entorno, bem como promove uma segregação espacial e social da população, fazendo com que áreas geograficamente próximas abriguem populações com estruturas socioeconômicas muito diferentes.

Nesse contexto, insere-se o Eixo da Linha Verde, na Região Metropolitana de Belo Horizonte –RMBH, uma região com um histórico de expressivos fluxos de mobilidade populacional, que poderão se intensificar ainda mais, face às mudanças estruturais - investimentos em infra-estrutura viária, aeroportuária, econômica e política – pelas quais passa a região nos últimos tempos.

Palavras-chave: mobilidade populacional intrametropolitana; segregação; Eixo da Linha Verde.

ABSTRACT

The allocation of the population on the space of the metropolitan section of Belo Horizonte – RMBH comes from a group of factors, from social nature and economic, having as the main elements the State, which contributes for the arranging of the occupation on the land, the land market, which acts with the goal of giving the highest value to their properties and also the property market, which acts offering real state financing, building and selling, control of the use and access to urban areas, and, also, at the socioeconomic structure of the population, which determines to adopt the strategies of survival fitted to its reality at the urban context.

The population pressure and from the productive activity by urban lands turn the urban contemporaneous space a complex point, with high population mobility and interaction between the metropolitan center and the cities which stay near it, as well as promotes a spatial and social segregation of the population, making that areas geographically adjacent have socioeconomic structures very different.

In this context, it is inserted the “Green Line’s Axle”, in the Metropolitan Section of Belo Horizonte, a place with a historic of an important population mobility, which can rise because of the structural changes – investment in infrastructure concentrated in the ways of land and air transport, economic and politic – by which pass the region recently.

Keywords: population mobility intrametropolis; segregation; Green Line’s Axle.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

No contexto do progresso industrial, iniciado na década de 1950 e com o ápice nos anos 1960 e 1970, o Brasil transferiu, quase por completo, a sua população rural para o meio urbano, e, já na década de 1960, a população urbana superou a rural. Este processo de urbanização se deu em uma velocidade muito superior à dos países capitalistas mais avançados, fazendo coincidir, no tempo, a urbanização, a concentração urbana e a metropolização (Brito, 2007).

Passada a fase de transferência maciça de população do meio rural para o meio urbano, e a população já majoritariamente assentada nos centros urbanos, a dinâmica do crescimento populacional impôs novos desafios ao processo de alocação espacial de população. Nos grandes aglomerados metropolitanos emergem os movimentos de centro/periferia, levando a uma desaceleração do crescimento do núcleo da região - as capitais - e aceleração do crescimento da região periférica, como forma de aliviar a sobrecarga – elevação do preço da terra, dos impostos e dos aluguéis; congestionamento e alto custo de transportes e comunicação; escassez de espaço para expansão das indústrias em crescimento e perdas de bem-estar para os residentes e transeuntes - imposta aos núcleos metropolitanos (Ribeiro e Lago, 1994).

No início, o movimento centro/periferia se dava rumo às periferias dentro das próprias capitais de estado, motivado, basicamente, pela valorização da terra nas áreas centrais, onde os espaços urbanos são, geralmente, mais providos de investimentos em infra-estrutura básica (Ribeiro e Lago, 1994). Esse movimento de descentralização ocorrera tanto para as atividades econômicas – indústrias, comércio e serviços – quanto para as residências. As atividades econômicas, principalmente as indústrias, se dirigiam para a periferia em busca de terras amplas e de baixo custo, de impostos menores e de infra-estrutura implantada pelo Estado que facilitasse a expansão produtiva (Correa, 1989). A mobilidade residencial ocorria com motivos diferenciados entre as classes sociais: a parcela populacional de maior poder aquisitivo via na periferia a possibilidade de resgatar o conforto, a segurança e o bem-estar, já não tão evidentes nas áreas centrais; a

parcela menos favorecida vislumbrava na periferia a possibilidade de acesso ao terreno próprio ou à moradia em aluguéis mais baratos que os dos centros urbanos (Costa, 2004).

Em um segundo momento, mais nitidamente a partir da década de 1980 no Brasil, os núcleos – capitais – foram se tornando mais urbanizados, desde as suas antigas áreas centrais até as suas periferias internas, e densamente povoados. A falta de alternativas habitacionais acessíveis para os grupos sociais menos favorecidos, a escassez de locais com segurança, tranquilidade, e de boa qualidade de vida para as camadas sociais mais abastadas e a demanda do setor produtivo por novos terrenos para sua expansão faziam emergir uma nova descentralização: a dos núcleos metropolitanos em direção aos municípios de seu entorno (Monte-Mór, 2006).

No contexto da descentralização do espaço metropolitano, os fluxos migratórios se tornaram cada vez mais relevantes. Com a redução do crescimento vegetativo - progressiva redução dos níveis de fecundidade e de mortalidade - que se observava no país há algumas décadas, esses fluxos populacionais passaram a ser determinantes na composição populacional de um determinado lugar, especialmente nos municípios metropolitanos, uma vez que até a década de 1980, no Brasil, parcela não desprezível do crescimento demográfico se devia às altas taxas de fecundidade (Brito e Marques, 2005).

Com a elevação dos fluxos populacionais intrametropolitanos, intensifica-se, também, o volume de movimentos diários ou rotineiros, realizados pelas pessoas, para desenvolverem suas atividades em cidades distintas daquelas onde residem (Ântico, 2005). Nas regiões metropolitanas brasileiras, esse movimento, conhecido como mobilidade pendular, já é expressivo, e as suas principais características são o intervalo de tempo pequeno – geralmente deslocamentos diários -, ocorridos entre municípios limítrofes, ou, pelo menos, dentro de um mesmo complexo urbano – regiões urbanizadas, constituídas por municípios que, independente de sua vinculação administrativa, fazem parte de uma mesma comunidade socioeconômica-, com regularidade, e motivados por trabalho, estudos ou atividades necessárias e indispensáveis à reprodução do trabalhador e de sua família (Brito, 2007).

O movimento pendular se explica, em parte, pelo fato de, no processo de descentralização, o ritmo da mobilidade da atividade econômica ou produtiva ser diferente do ritmo do deslocamento das residências. Em geral, o deslocamento da população rumo às periferias metropolitanas se dá antes do deslocamento das atividades econômicas, uma vez que, para os deslocamentos da produção, faz-se necessário maior investimento em infra-estrutura industrial, de transportes e de comunicação, ao passo que o deslocamento de população requer, basicamente, o investimento em transporte viário e a disponibilidade de terras urbanas (Brito, 2007). Além disso, a possibilidade de realizar o movimento pendular está implícita na decisão de o indivíduo realizar a mobilidade residencial metropolitana, ou seja, no processo de descentralização, o poder deslocar-se, diariamente, para exercer as atividades na região de origem faz parte da decisão de o indivíduo mudar-se de residência (Souza, 2008).

A evolução da mobilidade populacional brasileira, que se inicia com os fluxos do meio rural, ou de pequenas cidades, em direção aos núcleos urbanos, que segue com os fluxos intraurbanos, partindo dos núcleos em direção às suas periferias internas – primeira fase do movimento centro/periferia -, que prossegue com a extrapolação dos fluxos em direção aos municípios metropolitanos – segunda fase do movimento centro/periferia (Ribeiro & Lago, 1994). -, e que culmina na mobilidade pendular, constitui-se, basicamente, um processo de segregação espacial e social da população, uma vez que na organização do espaço urbano, há uma tendência de áreas com homogeneidades sociais internas e de fortes heterogeneidades entre elas (Villaça, 1998). Esse espaço urbano segregado reflete a divisão entre as classes sociais. A classe dominante, que indiretamente atua através do Estado, controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e o processo de construção, e, assim, segrega os outros grupos sociais (Correa, 1989).

Historicamente, a tradição migratória, enraizada na cultura brasileira, parecia abrir a perspectiva de articular a mobilidade espacial com a mobilidade social. No entanto, no contexto metropolitano atual, a mobilidade populacional parece não ser capaz de exercer este papel, mas sim, e tão somente, o de direcionar a população de baixa renda para determinadas regiões – os cortiços localizados

próximos aos centros da cidade, a casa produzida pelo processo de autoconstrução em loteamento periférico, geralmente distante do centro, as encostas e locais íngremes, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e as favelas - e a população de renda mais elevada para outras regiões, ou seja, para as regiões de maior valorização (Brito, 2007).

1.1 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo analisar a mobilidade populacional de Belo Horizonte e RMBH para os municípios do Eixo da Linha Verde¹, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, e visa, ao final, a responder a algumas questões acerca da contribuição dos fluxos migratórios intrametropolitanos para a expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, tais como:

- Quais as características sociodemográficas - sexo, estrutura etária, nível educacional, renda e ocupação – dos indivíduos que se deslocam para os municípios da RMBH?
- Quais as condições de residência dos migrantes no local de destino?
- Quais são os principais fluxos de mobilidade pendular, por motivo de trabalho, na RMBH? E qual o volume desses fluxos?
- Quais as regiões administrativas de Belo Horizonte que mais contribuem para a mobilidade populacional na RMBH?

Para responder aos questionamentos ora apresentados, o presente estudo focará o entendimento da mobilidade populacional e dos movimentos pendulares da RMBH, destacando-se a parte norte de Belo Horizonte, constituída das regionais administrativas Norte, Pampulha e Venda Nova, e os municípios de Vespasiano,

¹ Eixo da Linha Verde: refere-se às áreas de terrenos que se estendem entre as regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte até o Aeroporto Internacional Tancredo Neves – “Aeroporto de Confins, cortadas pelo Corredor de Acesso do Centro às Regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte, conhecido por “Linha Verde”. No presente trabalho, o Eixo da Linha Verde compreende a parte norte de Belo Horizonte, constituída das regionais administrativas Belo Horizonte Norte, Pampulha e Venda Nova, e os municípios de Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Confins .

São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Confins - região de expansão da Linha Verde. Para tal análise, adotam-se os microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e a Pesquisa de Origem e Destino – OD de 2001/2002, realizada pela Fundação João Pinheiro - FJP.

1.2 Justificativas

A parte ao norte de Belo Horizonte, composta pelas regionais administrativas Norte, Pampulha e Venda Nova, e os municípios de Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Confins estão inseridos na área de implantação do projeto “Linha Verde” - Corredor de Acesso do Centro às Regiões Norte e Nordeste da capital mineira, projeto este que tem o objetivo de melhorar a articulação viária e de transporte da capital com os municípios metropolitanos, principalmente com os situados no vetor Norte da RMBH - e na área de criação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que visa a congregar, em um só espaço, as sedes e unidades administrativas de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Nessa região, localizam-se, também, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves – “Aeroporto de Confins” , que desde março de 2005 fora revitalizado, com o intuito de responder ao crescimento do número de passageiros nos aeroportos brasileiros e consolidar-se como aeroporto industrial, e o Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves – HRTN, mais conhecido como Hospital de Pronto Socorro de Venda Nova, cujo objetivo é tornar-se o centro de referência em saúde pública do vetor Norte da RMBH. Segundo a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de Minas Gerais, a Linha Verde tem, também, o intuito de melhorar as condições para instalação de empreendimentos do Vetor Norte da RMBH, criar ali um novo pólo de desenvolvimento industrial e atrair o aumento de investimentos, aumentando a geração de empregos na região.

Estes investimentos devem elevar a interação dos municípios do Vetor Norte da RMBH com a cidade de Belo Horizonte, por um lado, intensificando a mobilidade populacional de Belo Horizonte e outros municípios da RMBH para essa região e,

por outro lado, aumentando os movimentos pendulares entre estas regiões. Além de aumentar a mobilidade populacional intrametropolitana com o Vetor Norte da RMBH, estes investimentos devem, também, proporcionar um crescimento da mobilidade residencial intra-Belo Horizonte, principalmente em direção às regionais administrativas Norte, Pampulha e Venda Nova, que se são áreas limítrofes com o Vetor Norte da RMBH e que devem atrair investimentos imobiliários. Tudo isto pode ter efeitos no tamanho, na estrutura etária e na composição socioeconômica das populações desses municípios, bem como pode modificar o padrão de mobilidade populacional para essa região.

De acordo com os estudos de Brito e Souza (2005), os fluxos migratórios para o Vetor Norte da RMBH tendem a ser mais homogêneo, haja vista que, conforme observado por estes autores, a população que migra com destino a esta região é majoritariamente de baixa renda (Brito e Souza, 2005). Não obstante, face aos atuais investimentos estatais na região, principalmente os de infra-estrutura viária e aeroportuária, este padrão de mobilidade, a depender da forma de gestão pública futura dessa região, deve-se alterar significativamente, com a formação de um tecido urbano complexo: entremeado por áreas de alta renda ao longo da Linha Verde, uma vez que se constitui uma via de transporte mais rápido (Villaça, 1998); corredores de favelamento às suas margens, haja vista a valorização da terra, a intensificação de circulação urbana e a proximidade de um mercado de trabalho emergente (Matos, 2006); áreas residenciais de padrão misto, com bairros populares oriundos do processo de reurbanização de vilas e favelas atualmente existentes; além de localizações residenciais de padrão mediano, tais como os apartamentos e casas para classe média.

Para entender os cenários presente e futuro do deslocamento de população na região estudada, faz-se necessário conhecer a experiência de mobilidade populacional dessa região em suas várias dimensões: caracterização demográfica e socioeconômica – sexo, estrutura etária, nível educacional, renda e ocupação principal - dos indivíduos que se deslocaram para a região nas últimas décadas, as condições de residência desses migrantes no local de destino, o volume dos fluxos migratórios, a intensidade dos movimentos pendulares por motivo de trabalho, a identificação das regiões administrativas de Belo Horizonte que mais

contribuem para essa mobilidade populacional, bem como a investigação acerca da importância dos municípios que compõem o Eixo da Linha Verde no contexto da expansão urbana da RMBH.

O entendimento dessa experiência de mobilidade populacional, face às mudanças estruturais – investimento em infra-estrutura viária, aeroportuária, econômica e política - pelas quais passa a região nos últimos tempos, é de suma importância para a gestão urbana desses municípios, bem como para a implementação de políticas públicas e de desenvolvimento econômico e social para a região.

1.3 Delimitação espacial da área de estudo

Nessa dissertação, a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH constitui-se a área ampla de estudo da mobilidade populacional.

Apresenta-se na FIG.1 o mapa atual da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte

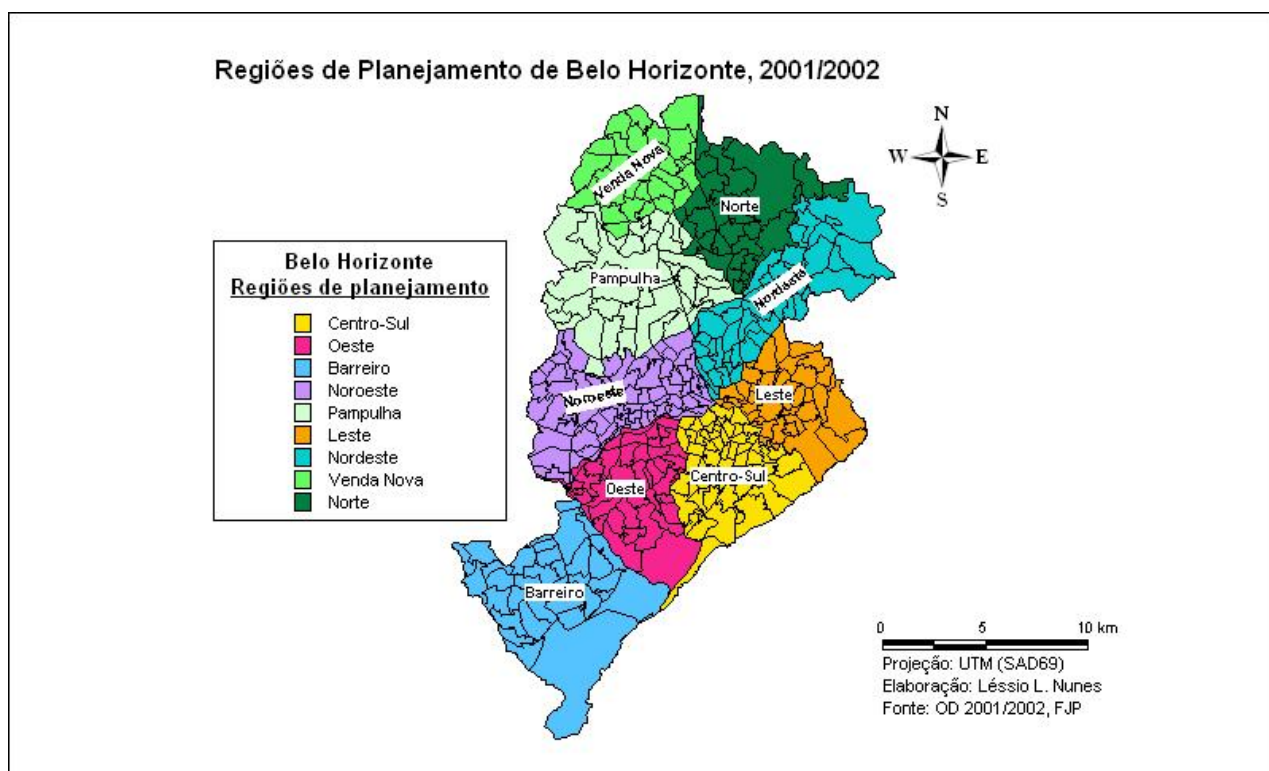


Fonte: GRANBEL – Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
http://www.granbel.com.br/IM_maparmbh.asp. Acesso em 28/06/2007.

A parte norte de Belo Horizonte, constituída das regionais administrativas Norte, Pampulha e Venda Nova, e os municípios de Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Confins comporão o recorte espacial foco do estudo, doravante classificado, neste trabalho, como **Eixo da Linha Verde**.

Apresenta-se na FIG.2 o mapa do município de Belo Horizonte

Figura 2 – Mapa do município de Belo Horizonte, segundo as regiões de planejamento, 2001/2002



Fonte: Pesquisa de Origem e Destino, 2001/2002, FJP

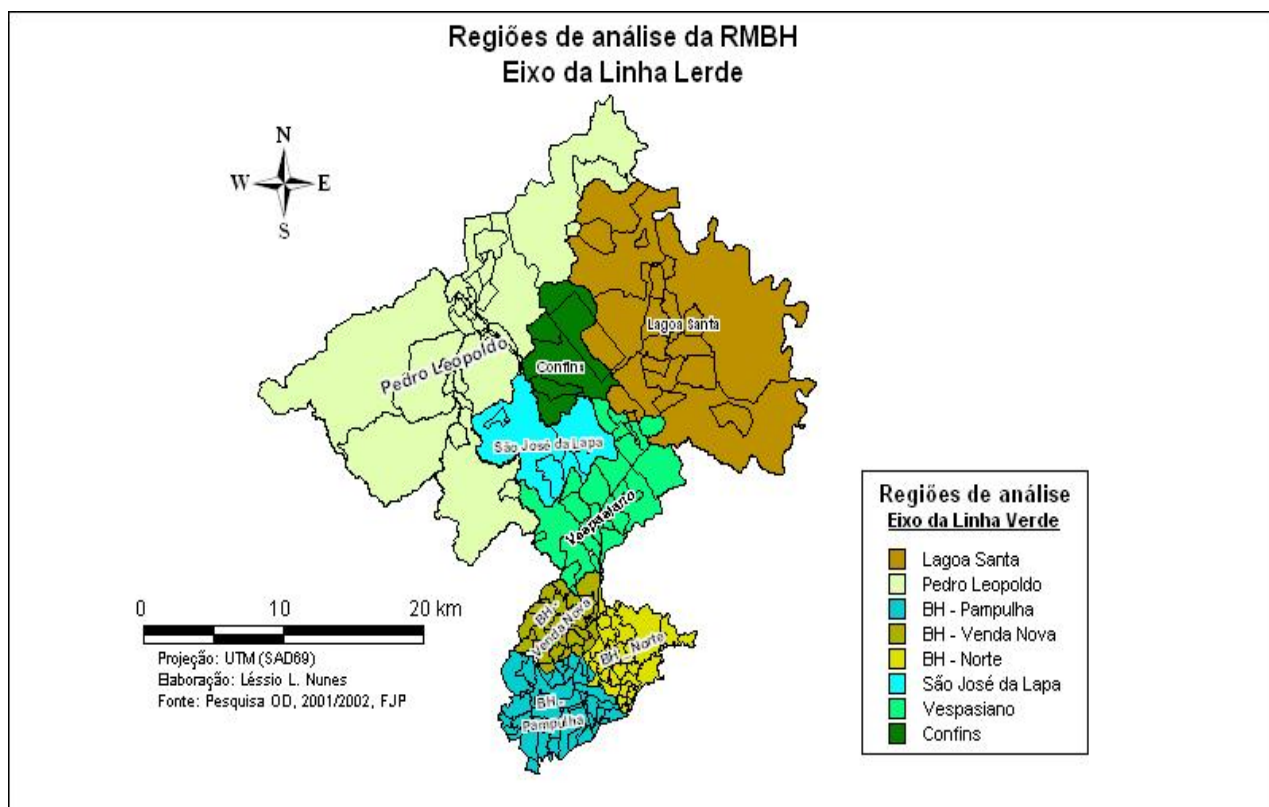
É importante ressaltar que o Eixo da Linha Verde propriamente dito é, em relação ao período de análise dos dados, 1991/2000, uma delimitação apenas virtual, haja vista que o projeto Linha Verde² – criação do Corredor de Acesso do Centro às Regiões Norte e Nordeste da Capital Belo Horizonte -, do Governo do Estado de Minas Gerais, só foi lançado posteriormente, no ano de 2005. Assim, a presente análise refere-se, propositalmente, a um espaço geográfico virtual, cujo intuito é o entendimento do espaço urbano atual da região a partir da sua experiência de mobilidade populacional. Ressalta-se, ainda, que o Eixo da Linha Verde é parte

² O Corredor de Acesso do Centro às Regiões Norte e Nordeste da Capital Belo Horizonte – “Linha Verde” visa ao desenvolvimento das regiões Norte e Noroeste de Belo Horizonte, bem como de municípios na área de influência do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, ao estabelecer condições propícias ao exercício das vocações econômicas da região, como o turismo de negócios e de lazer e à atração de mais investimentos, e foi lançado em 2005, através do Decreto sem número, de 24/05/2005, do Governo do Estado de Minas Gerais. As obras de infraestrutura da “Linha Verde” compreendem: I - a implantação de obras sobre o Ribeirão Arrudas; II - a intervenção e reurbanização da Avenida Cristiano Machado; e III - a duplicação e operação da Rodovia MG-010. (Art. 2º do Decreto sem número, de 24/05/2005, do Governo do Estado de Minas Gerais)

integrante do Vetor Norte da RMBH, que abrange, dentre outros, os municípios de Santa Luzia e Ribeirão da Neves, que possuem expressivos históricos de mobilidade populacional na RMBH. No entanto, o presente trabalho restringir-se-á à delimitação espacial cortada diretamente pelo projeto Linha Verde, incluindo-se, aí, o município de Pedro Leopoldo, que além de constituir-se uma centralidade regional na RMBH, tem acesso direto à Capital através da Rodovia MG 10, que é parte integrante do projeto Linha Verde.

Apresenta-se na FIG.3 o mapa do Eixo da Linha Verde.

Figura 3 – Mapa do Eixo da Linha Verde, 2001/2002



Fonte: Pesquisa de Origem e Destino, 2001/2002, FJP

CAPÍTULO 2 - PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

2.1. Expansão urbana nas metrópoles brasileiras

A sociedade urbana moderna nasce da industrialização e impõe um enorme desafio na compreensão da realidade social contemporânea. De acordo com Monte-Mór (2005), a cidade transformou-se em um espaço privilegiado da própria produção, reunindo capital, trabalho, meios de produção e o mercado, subordinando assim, definitivamente, o campo à sua dominação, não mais apenas por seu controle, mas também por sua própria produtividade local. O que marcou a emergência do urbano foi a entrada da indústria na cidade, fazendo com que as grandes cidades se estendam sobre suas periferias, acomodando as indústrias e seus trabalhadores, gerando regiões urbanizadas no seu entorno: as regiões metropolitanas (Monte-Mór,2005).

O espaço urbano contemporâneo está revestido por uma crescente complexidade e por múltiplos aspectos. É caracterizado por processos contraditórios e conflitos inerentes, marcado por transformações nas relações sociais e processos produtivos em escala mundial (Antico; 2004). Nesse contexto, os proprietários dos meios de produção, em razão das suas atividades, tornam-se grandes demandadores de espaço, em especial de terras baratas e com infra-estrutura industrial. Os proprietários de terras urbanas atuam com o intuito de valorizarem ao máximo as suas propriedades, tornando-as de grande valor para uso comercial ou residencial. Os agentes imobiliários, que realizam a transformação de terras em mercadorias (imóvel), através de financiamentos imobiliários, construção física e comercialização do imóvel, passam a exercer um controle rígido sobre o mercado de terras, limitando-lhe o acesso, principalmente, às camadas sociais de menor poder aquisitivo. O Estado, através de instrumentos de regulamentação do uso e ocupação do solo, atua na organização do espaço urbano. Os diversos grupos sociais – ricos, médios, pobres ou miseráveis – também atuam na formação desse espaço urbano complexo. Os grupos sociais de maior poder de

compra de imóvel ou terras urbanas reservam os melhores locais para suas residências; os cidadãos de padrão médio escolhem espaços intermediários; aos pobres, mas com algum poder de compra, fica a alternativa de aquisição de terrenos baratos em áreas periféricas, mediante aquisição de imóvel através do processo de autoconstrução, ou a aquisição de imóveis populares financiados pelo Estado; e aos miseráveis, ou excluídos, restam os locais de não interesse dos demais grupos e agentes promotores do espaço urbano - as favelas, as beiras de córregos não urbanizados, as encostas, os viadutos, e até áreas alagadiças -. A este último grupo resta, ainda, a alternativa de ocupação irregular de terrenos (ou imóveis) privados ou institucionais (Correa, 1989).

O espaço urbano, além de complexo, é mutável. Áreas impróprias para habitação tornam-se áreas habitáveis, mediante ações - aterros de áreas alagadiças por parte do setor imobiliário ou do Estado, desterro de terrenos íngremes por parte das construtoras etc - dos seus vários agentes transformadores do espaço; áreas destinadas à proteção ambiental, em determinada época, transformam-se em áreas de residência de luxo em outro momento; áreas de favelamento evoluem para bairros populares, através de medidas de reurbanização, em geral, promovidas pelo Estado; localizações populares, em determinado período, tornam-se de alta renda em outra época; áreas providas de bem-estar social – segurança, tranquilidade e conforto – transformam-se em locais de violência, de trânsito intenso e de poluição; espaços destinados a habitação transformam-se em distritos industriais; espaços privados, se houver interesse e necessidade do Estado, passam a ser espaço de utilidade pública; e assim por diante. Segundo Correa (1989), o espaço urbano capitalista é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas.

Nesse espaço urbano contemporâneo – complexo, mutável e fragmentado físico e socialmente -, a população brasileira encontra-se, majoritariamente assentada, desde a década de 1960, principalmente nos aglomerados metropolitanos. Essa urbanização no Brasil foi um processo simultâneo com a concentração nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas (Brito, 2007). Nesse processo de urbanização e metropolização, as migrações internas do país exerceram, e ainda exercem, um papel preponderante. Segundo Brito (2007), as migrações internas

redistribuíram a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde cidades eram o pivô das atividades econômicas. Para Matos (1995), a importância das migrações internas para o desenvolvimento do país é algo indiscutível, e o fenômeno está intimamente associado às transformações deflagradas pela evolução do sistema econômico em suas várias manifestações setoriais e espaciais. Trata-se de um componente decisivo do processo de formação do mercado de trabalho, por meio do qual a expansão capitalista explicita as adaptações e/ou rupturas com as estruturas sociais anteriores, reordenando os espaços econômicos e produzindo concentração e desigualdades regionais (Matos, 1995).

2.1.1. Os principais agentes produtores do espaço metropolitano

Uma das características da expansão urbana na maioria das metrópoles brasileira é o modelo centro/periferia, marcado por uma desaceleração do crescimento dos núcleos urbanos e aceleração do crescimento das regiões periféricas (Lago, 2006). O setor produtivo, por necessidade de expansão, desloca, total ou parcialmente, suas atividades das áreas centrais para áreas periféricas, geralmente providas de infra-estrutura, com terrenos não ocupados, de baixo preço e de menores impostos (Correa, 1989). A população pobre, para a qual prevalece uma lógica da expulsão do local de origem, se dirige para periferia na busca por menor custo de vida - moradia mais barata, aluguel mais barato e possibilidade de adquirir a casa própria - e as camadas sociais mais abastadas, para a qual prevalece uma lógica da atração do local de destino, fazem esse movimento motivadas por qualidade de vida - maior segurança e tranquilidade, local com poluição menor, trânsito melhor e comunidade mais adequada para se viver (Costa, 2004).

Na alocação espacial, de atividades produtivas e de população, no meio urbano destacam-se dois grandes agentes: i) a intervenção do Estado, mediante regulamentação do uso e ocupação do solo, oferta de infra-estrutura de transporte, de plataformas industriais, de serviços de educação e saúde, financiamento de habitação, e disponibilização de infra-estrutura básica - energia,

água, coleta de lixo e outros-; e ii) os agentes do mercado imobiliário e fundiário, através do controle de acesso às terras urbanas, segundo uma lógica de valorização de determinadas áreas do espaço urbano em detrimento de menor valorização de outras. Segundo Ribeiro & Lago (1994), a intervenção seletiva do Estado na alocação dos investimentos urbanos é tomada como mecanismo central do padrão periférico de crescimento. Smolka (1992), em seu estudo sobre a segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro, observa que a dinâmica dos agentes imobiliários (incorporadores) é responsável por parcela não negligenciável da reestruturação intra-urbana do Rio de Janeiro.

Os proprietários dos meios de produção e os grupos sociais também intervêm na definição e redefinição do espaço urbano, uma vez que eles demandam terras, seja para expansão das atividades produtivas ou para construção de residências (Villaça, 1998). No entanto, as suas atuações são secundárias em relação à do Estado e à dos agentes do mercado imobiliário e fundiário, uma vez que os dois primeiros – proprietários dos meios de produção e os grupos sociais – não atuam diretamente na produção do espaço, mas, sim, mediante pressão sobre os dois outros agentes, principalmente sobre o Estado, que é, em teoria, a representação de interesse de todos esses agentes. A demanda por terras urbanas, por parte dos grupos secundários, torna esses grupos dependentes dos agentes primários, uma vez que os dois primeiros regulamentam e controlam, nesta ordem, o uso e acesso às terras.

2.1.2. Os deslocamentos populacionais intrametropolitanos e suas possíveis causas

A concentração de população e dos meios de produção no espaço urbano faz que esse espaço seja ampliado, estendendo-se do núcleo metropolitano para as áreas e municípios de seu entorno. A valorização da terra urbana, o desenvolvimento do sistema de transporte viário e o deslocamento dos meios de produção para o entorno metropolitano contribuem para uma intensificação dos deslocamentos populacionais intrametropolitanos e fortalecem o processo de urbanização (Monte-Mór, 2006). Para Brito (2007), a mobilidade espacial deriva da separação entre o lugar de residência e o lugar de trabalho, ou mais amplamente, uma

separação entre o lugar de residência do trabalhador e os diferentes locais indispensáveis à sua reprodução e da sua família (Brito, 2007). Segundo Soares (2006), a concentração de população nos municípios metropolitanos e a conseqüente desconcentração nas capitais - fenômeno que se intensifica nos anos 70 - convivem com uma diversidade de elementos que ajudam a compor a dinâmica urbana: a diminuição dos fluxos migratórios de longa distância, a intensificação da migração de retorno, a consolidação da migração urbana-urbana e o crescimento dos deslocamentos pendulares por motivo de trabalho, estudo, lazer etc.

Nesse contexto metropolitano, no qual predomina a lógica de desaceleração do crescimento dos núcleos e aceleração do crescimento das regiões periféricas³, emergem dois grandes questionamentos: 1) quais elementos – atividades produtivas ou grupos sociais - têm maior propensão a deslocar-se para a periferia?; 2) quais os principais agentes impulsionadores desses deslocamentos?

Em relação às atividades de produção, as indústrias, por necessidade de maiores extensões de terras para expansão de suas atividades, parecem ser mais propensas ao deslocamento para a periferia enquanto as atividades ligadas à gestão de negócios parecem menos (Correa, 1989). Em relação às indústrias, descentralizam-se, primeiramente, as consumidoras de espaço ou poluentes; já o comércio, a prestação de serviços de saúde e as atividades terciárias, de uma forma geral, deslocam-se para a periferia de acordo com as demandas mais freqüentes. Assim, os supermercados, as padarias ou depósitos de material de construção tendem a deslocar-se, ou abrir filiais, na periferia mais rapidamente que outros segmentos do comércio. Os clínicos gerais, bem como os laboratórios de análises e diagnóstico, tendem a deixar os núcleos anteriormente aos prestadores de serviços de saúde mais especializados, tais como neurologistas, ortopedistas e cirurgiões. No setor terciário, os escritórios de contabilidade ou de advocacias de pequenas causas tendem a se transferir, ou a abrir filiais, na periferia, anteriormente aos institutos de pesquisa ou empresas de propaganda e mídia (Correa, 1989). Recentemente, dada a demanda por inclusão digital, nas

³ Aqui o conceito de periferia restringe-se à localização geográfica, entendendo-se, como tal, a região mais afastada do centro urbano.

periferias tem emergido o comércio eletrônico, em especial as “LAN House” - estabelecimentos comerciais onde as pessoas podem pagar para utilizar um computador com acesso à internet e a uma rede local.

Segundo Brito (2007), a alocação espacial das atividades econômicas dentro do espaço metropolitano gera, também, um mercado de trabalho intrametropolitano. Nos aglomerados metropolitanos tem havido uma tendência ao deslocamento das atividades econômicas, principalmente as industriais, das capitais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços urbanos mais nobres e pelo Estado – que promove a regionalização econômica e facilita as economias de aglomeração. Essa realocação espacial das atividades econômicas e a ação concomitante do mercado imobiliário proporcionaram uma redistribuição espacial da população através de uma intensa migração, prioritariamente, entre a capital dos aglomerados urbanos e os outros municípios metropolitanos (Brito & Souza; 2005).

No tocante aos grupos sociais, a busca pela periferia tem uma dinâmica um pouco mais complexa. As ações do Estado e dos agentes do mercado imobiliário e fundiário, combinadas com as adversidades do mercado de trabalho, contribuem para uma seletividade – capacidade do sistema de discriminar os grupos desejáveis dos grupos indesejáveis ou espúrios - da mobilidade populacional, em especial nos aglomerados metropolitanos do Brasil. As investigações de Ribeiro e Lago (1994) sugerem que a vigência da lógica de acumulação urbana se espraiou para várias capitais do país, através das articulações e alianças políticas dos estratos sociais dominantes, sendo utilizados, para tanto, instrumentos como a política nacional de habitação, implantada na década de 1970 nas principais metrópoles brasileiras. Como consequência, produz-se, em todas as capitais, o mesmo modelo de espaço urbano segregado e diferenciado, ou seja, com moderna produção de espaços residenciais para as classes médias no centro e, conseqüentemente, a expulsão das camadas populares para a periferia (Ribeiro e Lago, 1994).

Esses vários estudos feitos para investigar como se dá o processo de interação das grandes capitais com os municípios de sua área periférica sugerem que as metrópoles exercem uma seletividade dos seus residentes, ora expulsando para

as áreas periféricas os indivíduos menos preparados para se inserirem no mercado imobiliário do núcleo - entendendo-se como tais os menos escolarizados e de baixa renda - ora, por outro lado, redistribuindo as famílias de maior poder aquisitivo para os novos empreendimentos imobiliários, destinados à essa população, como os típicos condomínios fechados localizados fora do núcleo metropolitano (Smolka, 1992).

De tudo isto, vê-se que a mobilidade populacional intrametropolitana tem uma dinâmica complexa, cujo entendimento requer uma leitura cuidadosa do passado, em especial a recorrência às teorias clássicas de migração, e uma observação atenta do presente. Um grande passo para tal compreensão de mobilidade populacional é defini-la, e analisá-la, segundo as suas dimensões essenciais: a) migrações para as Regiões Metropolitanas – RMs; b) migrações intrametropolitanas; c) mobilidade residencial; d) mobilidade pendular.

2.1.2.1. As migrações para as Regiões Metropolitanas – RMs

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, iniciado na década de 1940, com ênfase na industrialização, fez do espaço urbano o local cobiçado para a vivência ou sobrevivência de parcela expressiva da população e, conseqüentemente, favoreceu o adensamento populacional nas metrópoles. O deslocamento de população do meio rural para o urbano, principalmente para as Regiões Metropolitanas – RMs, tem sido, no Brasil, nas últimas 5 (cinco) décadas, um movimento de regularidade e permanência e não, tão somente, um processo aleatório, corroborando a acepção de migração proposta por Ravenstein (in: Moura, org.(1980.), para o qual a migração se constitui de fluxos regulares, motivados por melhorias nas condições de vida, de regiões de excedentes populacionais para regiões de escassez de população e, em maioria, a curtas distâncias.

É importante notar que, em relação às proposições de Ravenstein, o Brasil, por ser um país de dimensões continentais, em princípio, parecia não ser capaz de promover fluxos migratórios com tal regularidade. No entanto, a política brasileira de desenvolvimento, iniciada da década de 1940, foi eficaz ao promover tais

fluxos, pois ela veio acompanhada de investimentos em sistemas de transportes, o que, relativamente, “encurtou” as distâncias inter-regionais, ou seja, a distância geográfica permaneceu, mas o tempo de deslocamento se reduziu; ou melhor, viabilizou-se o deslocamento populacional interno. Assim, mesmos fluxos de lugares geograficamente distantes, tais como entre unidades federativas, tornaram-se possíveis. O desenvolvimento do sistema de transportes – mediante construção de rodovias interligando as principais regiões do país – agiu, ainda, como removedor de obstáculos intervenientes. Lee (1960), em proposição de modelo de migração, pressupõe a existência, entre as regiões de origem e de destino, de obstáculos que impedem o ato de migrar. Esses obstáculos mencionados por Lee, nos quais se inserem as barreiras geográficas, implicitamente, atuam como fator de seletividade na migração, uma vez que eles discriminam, entre os indivíduos dispostos a migrar, os aptos e os não aptos. Com o desenvolvimento do sistema de transporte brasileiro, as barreiras geográficas foram reduzidas, e, com isto, amenizou-se, também, a força da seletividade migratória entre regiões.

No modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, com foco na industrialização e com desenvolvimento do sistema de transportes, as nossas cidades foram disseminadas, através de propaganda maciça dos defensores do modelo – Estado, investidores nacionais e internacionais e outros -, como o local ideal para se viver. Essa propaganda da cidade criou, no imaginário da população, principalmente nos habitantes de áreas pré-capitalistas – o meio rural quase por completo -, uma percepção favorável da cidade, colocando-a como solução de mobilidade social (Isto veio de encontro a uma outra componente do modelo de Lee (1960), a ilusão do local de destino, que atua na decisão de o indivíduo migrar. É mister mencionar que essa “ilusão” pela cidade também coere com uma das componentes do modelo de Ravenstein (in: Moura, org.(1980.)), a motivação de migrar, aqui traduzida pela possibilidade de melhoria das condições de vida a serem ofertadas pela cidade.

A adoção de uma política de desenvolvimento econômico privilegiando a cidade em detrimento do campo intensificou as desigualdades regionais. Assim, os núcleos metropolitanos já existentes, e mais desenvolvidos à época da adoção

dessa política, ou seja, as capitais de estado do Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte -, as da região Sul – Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis – e vários outros aglomerados regionais aceleraram os seus processos de urbanização e de metropolização. Essas diversidades regionais, também previstas no modelo de Lee (1960), contribuíram para o volume (aumento) e a regularidade dos fluxos migratórios internos do país.

Nessa era de industrialização brasileira, além de a cidade ter sido divulgada como um local de atração, as condições no campo favoreciam o deslocamento populacional para a cidade. Até a década de 1960, o meio rural brasileiro, com predominância de atividades pré-capitalistas, possuía excedente demográfico e vivia dificuldades de manter todo o seu contingente (Todaro, in: Moura, 1980). Com isto, formava-se mais uma componente definidora da condição de migrar: a força de expulsão na região de origem combinada com a força de atração do local de destino (Singer, in: Moura, 1980.).

Com este cenário socioeconômico favorável – política de desenvolvimento econômico com foco na industrialização; desenvolvimento do sistema de transportes (remoção dos obstáculos intervenientes e amenização da seletividade migratória); o meio rural em dificuldades econômicas e com excedente demográfico (fator de expulsão na origem); a cidade com escassez de população e, ainda, enaltecida, em propaganda dos defensores do desenvolvimento econômico, como o local Ideal para se viver (atração e ilusão do local de destino) - a migração para a cidade, principalmente para as Regiões Metropolitanas – RMs, tornou-se, no Brasil, um fenômeno sem precedentes, e com velocidade bem superior ao processo de urbanização e metropolização percebidos nos países desenvolvidos.

2.1.2.2. Migrações intrametropolitanas

A partir da década de 1960, as cidades brasileiras já não eram apenas um sonho, mas, sim, o espaço real de vivência, e sobrevivência, da maioria da população do país, constituindo-se um mercado promissor, haja vista a expressiva concentração populacional nessas cidades. A atração de investimentos dessas

idades e a dinâmica excludente do mercado de terras urbanas favoreceram uma desconcentração espacial de atividades produtivas e de população. A elevação do preço da terra nos núcleos – capitais – favorecera a formação ou ampliação de distritos industriais nos municípios do entorno das capitais. O meio rural, em decadência econômica e com uma cultura migratória já enraizada, ainda atuava como forte expulsor de população para os núcleos metropolitanos, imprimindo uma enorme pressão, em especial no mercado de residência, desses núcleos, o que forçara vários grupos sociais a se dirigirem para periferia. Os agentes imobiliários (incorporadores), sob a ação tácita do Estado, ofertaram, nas periferias dos núcleos ou do entorno destes, loteamentos populares e irregulares, de baixo custo e realmente acessíveis para expressiva parcela da população. A ação dos agentes imobiliários, mediante a oferta de loteamentos ou de residências de alta renda em localidades fora do núcleo, combinada com a perda de amenidades dos núcleos – aumento da insegurança, da violência, do caos no trânsito e da poluição visual, atmosférica ou sonora – proporcionara uma evasão, do centro, dessas camadas de alta renda para a periferia. Tudo isto propiciara a intensificação de fluxos migratórios entre os municípios metropolitanos, em especial os direcionados do núcleo para o entorno, além de favorecer deslocamentos do núcleo para as suas periferias internas.

2.1.2.3. Mobilidade residencial

As cidades, em especial as capitais, são muito dinâmicas, tanto do ponto de vista da atividade produtiva quanto da ótica demográfica. Com esse dinamismo, determinadas áreas do espaço urbano tornam-se mais valorizadas do que outras. O mercado de trabalho urbano, caracterizado por uma economia moderna e competitiva, impõe restrições à ascensão social, pois nem todos conseguem nele se incluir ou estabelecer-se de forma satisfatória, o que induz uma expressiva parcela populacional a ter subemprego, com rendimento financeiro aquém do exigido para o padrão de vida urbano, padrão este que requer, além de outras coisas, condições satisfatórias de residência. Considerando, ainda, que os núcleos urbanos são formados, em grande parte, de fortes correntes migratórias oriundas de regiões de estagnação econômica, cujos indivíduos chegam a esses

núcleos urbanos sem uma boa condição de residência, o “onde morar” emerge como uma grande questão. Daí, a mobilidade residencial passa a fazer parte das alternativas de melhoria da condição de vida dos cidadãos urbanos, principalmente dos que vieram do meio rural, ou de cidades pequenas, e que têm dificuldade de se estabelecerem no núcleo.

Para discorrer sobre a mobilidade residencial, suas causas e efeitos, faz-se necessário, antes, distingui-la, pelo menos conceitualmente, da migração propriamente dita. O termo mobilidade residencial se refere à alteração de residência fixa, porém sem, necessariamente, transpor as barreiras municipais do local de origem. Já a migração pressupõe a mudança de residência entre municípios. Assim, mudar de residência de uma região para outra, dentro de um mesmo município, será considerada, no presente trabalho, uma mobilidade residencial para a distinguir da migração. No entanto, quando a mobilidade residencial transpuser os limites geográficos municipais, os termos mobilidade residencial e migração serão equivalentes⁴. Nos estudos de deslocamentos populacionais intrametropolitanos, essa distinção se faz necessária, haja vista que, às vezes, mudar de residência dentro de um mesmo município tem, do ponto de vista analítico, efeitos tão expressivos quanto mudar para outro município. Assim, mudar de um espaço social de baixo status – região de baixa renda – para um espaço de alto status social – região de alta renda -, ou vice-versa, dentro de um mesmo município, pode ser mais relevante, do ponto de vista analítico ou para efeito de elaboração de políticas públicas, que mudar de residência, entre municípios distintos, para espaços sociais similares.

A mobilidade residencial intrametropolitana se dá, basicamente, em duas fases: a) na primeira fase, os deslocamentos ocorrem do núcleo para as periferias internas; b) na segunda fase, ocorrem os deslocamentos para os municípios do entorno do núcleo. Esses deslocamentos, tanto os da primeira quanto os da segunda fase, ocorrem sob os efeitos da descentralização espacial das atividades produtivas, da pressão do mercado imobiliário pelas terras mais nobres, normalmente localizadas nas áreas mais centrais, e pela ação do Estado, que regulamenta a ocupação e uso do solo urbano e promove a distribuição espacial da população

⁴ Mobilidade residencial refere-se à mudança de residência intramunicipal.

nos territórios segunda uma lógica de interesse da classe dominante, que é mais organizada politicamente. O preço da terra urbana constitui-se o fator determinante da dinâmica dos deslocamentos residenciais. As teorias clássicas de migração podem ajudar a compreender a mobilidade residencial nas metrópoles, embora essas teorias não a expliquem totalmente.

Da proposição de Ravenstein (in: Moura, org.(1980.)), a componente mais presente na mobilidade residencial intrametropolitana é a seletividade, que, no contexto metropolitano, tem como principais agentes o mercado de trabalho e o mercado imobiliário. Para os indivíduos com pouca influência da seletividade desses dois agentes, ou seja, os dos grupos sociais mais abastados, há uma maior liberdade na decisão de realizar a mobilidade residencial. Assim, eles podem escolher, para suas residências, os espaços urbanos mais valorizados – os providos de infra-estrutura urbana, tais como serviços de saúde, educação, lazer e cultura etc -, deixando para os demais grupos sociais os espaços menos interessantes – os desprovidos de infra-estrutura de saneamento básico, distantes dos centros de produção, de menores impostos urbanos e, em grande parte, de legislação urbanística menos rígida. A mobilidade residencial requer, também, a remoção de obstáculos intervenientes, feito os mencionados por Lee (in: Moura, org.(1980.)). O sistema de transporte constitui-se em um desses obstáculos. Assim, o investimento em grandes vias de acesso, tais como as vias expressas, interligando áreas densamente povoadas – geralmente os núcleos mais antigos – com áreas pouco povoadas – em geral, as periferias - facilitam a expansão urbana nas metrópoles. Os fatores de expulsão, mencionados por Singer (in: Moura, org.(1980)), são típicos da migração no sentido campo-cidade. No entanto, esses fatores também aparecem no contexto urbano-urbano. No caso da mobilidade residencial, a elevação do preço da terra nos núcleos urbanos mais valorizados funciona como fatores de expulsão, em especial dos pobres; já as perdas de amenidades nos espaços urbanizados, tais como, aumento de violência, caos no trânsito e poluição, atuam como fatores de expulsão dos ricos. Os fatores de atração, em geral nas periferias, são a possibilidade de acesso à casa própria, para os pobres, e a possibilidade de moradia com segurança, tranqüilidade e bem-estar social, para os ricos.

2.1.2.4. Mobilidade pendular

Segundo Caiado (2005), em seu estudo sobre os deslocamentos intra-urbanos na metrópole brasiliense, a mobilidade pendular – deslocamentos diários, ou semanais, realizados pelas pessoas para exercerem suas atividades em cidades distintas das de onde residem - guarda estreita relação com o processo de estruturação urbana, uma vez que, nesse processo, a necessidade de deslocamento de pessoas em direção ao entorno gerou uma intensificação desses fluxos pendulares, na busca por atendimentos das demandas por emprego e/ou atividades geradoras de renda no núcleo – o Distrito Federal, no caso. Além disso, parece haver uma relação de causalidade entre a migração intra-urbana e intensificação dos movimentos pendulares, haja vista que na decisão de realizar a mobilidade residencial para a periferia, as pessoas levam em consideração a possibilidade de fazer o movimento pendular, ou seja, a mobilidade pendular está, implicitamente, no cômputo da mobilidade residencial (Souza, 2008).

Para Castello Branco & Firkowski (2005), a migração pendular é antiga na geografia, mas a perspectiva do geógrafo é diferente da do demógrafo, particularmente em razão da natureza da Geografia com a espacialização dos fenômenos. A mobilidade tem relação direta com os transportes e estes têm relação com a dimensão e segmentação da cidade. O trabalho de Ântico (2005), para a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, sugere que o processo de ocupação e expansão da metrópole – que está ligado ao crescimento das áreas de entorno metropolitano – e a maior concentração de atividades produtivas em determinados espaços centrais estão entre os fatores que mais explicam deslocamentos do tipo pendulares. Os movimentos pendulares relacionam-se a aspectos ligados à espacialização das atividades econômicas e dos locais de moradia:

“Constituem uma dimensão da organização e da alocação das atividades econômicas, são mediatizados pela confluência dos processos de transformação do espaço urbano, e derivados, em grande parte, da sua forma de expansão e de ocupação, pela população, além da distribuição das funções urbanas” (Ântico 2005).

2.2. Expansão urbana metropolitana de Belo Horizonte

2.2.1. O processo de formação do espaço urbano na RMBH

O processo de formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH guarda relação com a própria história da capital Belo Horizonte. Segundo Monte-Mór (1994), a cidade de Belo Horizonte fora projetada para crescer a partir do centro em direção à periferia. Mas, por força da população trabalhadora, excluída do espaço central da cidade, do poder, da cidadania etc, Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, ou seja, da periferia para o centro. De acordo com o PLAMBEL (1986), os planejadores da cidade subestimaram as migrações internas rumo à capital, em especial da classe trabalhadora, tais como os profissionais da construção civil que construíam a Capital; além disso, a legislação urbanística na área central era elitizada, e portanto, muito rígida, o que excluía a classe trabalhadora da ocupação desse espaço (PLAMBEL, 1986).

A constatação de Monte-Mór (1994) nos guia a investigar o processo de formação de Belo Horizonte como caminho para melhor entender a RMBH nos tempos atuais.

Em 17 de dezembro de 1893, Afonso Pena, na ocasião presidente de Minas Gerais (1892-94), promulgou a lei que designava Belo Horizonte como a capital do Estado, primeira cidade planejada do país, inicialmente chamada de "Cidade de Minas". Em 1897 ocorreu a mudança da capital do Estado de Ouro Preto para Belo Horizonte. Nessa época, situavam-se na região correspondente à atual RMBH os municípios de Sabará (o mais antigo, criado em 1711), Caeté, Santa Luzia, Nova Lima e Belo Horizonte (criada em 1893).

O município de Nova Lima, nesse ano de 1897, era o núcleo urbano mais desenvolvido da região e polarizava vasta área territorial, que ia desde Sabará (já em decadência pelo esgotamento do ouro em suas minas) até os territórios hoje ocupados pelos municípios de Ibirité, Betim, Contagem, Raposos e Rio Acima. O

município de Santa Luzia, onde hoje se situam os municípios de Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, Vespasiano e São José da Lapa, configurava-se como centro de uma zona agrícola (PLAMBEL, 1986). Nessa época, as principais atividades econômicas da região eram a mineração, no Quadrilátero Ferrífero⁵, e a agropecuária, na Depressão de Belo Horizonte⁶.

2.2.1.1. Processo histórico de formação de Belo Horizonte e de sua região metropolitana

O processo histórico de formação de Belo Horizonte e, conseqüentemente, de sua região metropolitana, pode ser dividido em seis períodos, iniciando com a fase de instalação da Nova Capital Mineira (1897-1920), passando pelos períodos de consolidação de Belo Horizonte como pólo estadual (1920-1937), de preparação da cidade para a industrialização (1937-1950) e de emergência da metrópole industrial subdesenvolvida (1950-1967), alcançando a fase de consolidação do processo de metropolização e aprofundamento da segregação social do espaço (1867-1977) e culminando na fase da crise do modelo de desenvolvimento (1977 até final da década de 80). A partir de 1980, a cidade de Belo Horizonte entra na sua fase de consolidação como metrópole moderna. (PLAMBEL, 1986)

No 1º período (1897-1920) – instalação da cidade, a atividade industrial em Belo Horizonte era incipiente. Havia na região a Fábrica de Fósforos, em Raposos (que pertencia a Nova Lima); a Cerâmica Nacional, em Caeté; a Cia Industrial de Belo Horizonte, em Pedro Leopoldo (que pertencia a Santa Luzia); e a Fábrica de Tecidos Marzagânia, em Sabará.

A segregação social já se constituía uma característica intrínseca ao planejamento e implantação da cidade. No plano original, a ocupação da cidade

⁵ Quadrilátero Ferrífero: ocupa, na RMBH, a porção Sul/Sudeste e corresponde, atualmente, aos municípios de Nova Lima, Raposos, Rio Acima e partes de Sabará e Caeté.

⁶ Depressão de Belo Horizonte: corresponde aos terrenos localizados na porção central da RMBH, compreendendo os municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibirité e partes de Vespasiano, Pedro Leopoldo, Sabará e Caeté.

se fragmentava em 3 zonas: a urbana, a suburbana e a rural. A Avenida 17 de Dezembro (atual Avenida Contorno) separava a zona urbana da zona suburbana e a zona rural seria o “Cinturão Verde” de Belo Horizonte (Moura, 1994). A cidade foi idealizada para abrigar uma sociedade na qual se subestimou a presença de segmentos que se tornariam significativos desde os primeiros anos, como o operariado de construção civil (PLAMBEL, 1986). A necessidade de assentamento desses estratos sociais certamente se chocava com o estilo de cidade proposto e, deste modo, o controle do Poder Público sobre a ocupação do território se fez no sentido de separar, no espaço, as classes sociais. A ocupação da zona urbana, destinada às classes mais abastadas, era objeto de legislação elitizante, ao passo que na zona suburbana a legislação era menos exigente, possibilitando o assentamento de famílias mais pobres (PLAMBEL, 1986).

A segregação social do espaço, impressa pelo poder público em Belo Horizonte se confirma e se acentua no decorrer de seu processo de ocupação (PLAMBEL, 1986). A capital fora planejada para ser a imagem da ordem e modernidade de um Estado que sempre se pautara pela centralidade, pela força política e pelo peso da administração estatal (Marques & Monte-Mór, 1994). As dificuldades de assentamento, no interior da área urbana, de populações de menores recursos contribuem, ainda, para a desativação das colônias agrícolas criadas nos subúrbios de Belo Horizonte no início do século passado, as quais tiveram, na prática, um curto período de existência, atraindo para o seu interior um contingente populacional considerável. Assiste-se, assim, a um processo relativamente rápido de assimilação dessas colônias à zona suburbana, ocorrendo mais o seu povoamento do que a produção de alimentos oficialmente proclamados. Deste modo, contrariando as previsões do Plano Original, a cidade cresce da periferia para o centro: em 1912, Belo Horizonte contava com 38.000 habitantes, e 70% destes estavam assentados fora dos limites da zona urbana (PLAMBEL, 1986).

Segundo Costa (1994), a cidade planejada previa espaço de primeira e segunda categorias, ou seja, havia uma área destinada às classes sociais mais elevadas e uma outra destinada aos segmentos populacionais inferiores. A ocupação desse espaço se dava pelo critério da renda, ou seja, o preço da terra determinava a sua

forma de ocupação. Assim, as áreas centrais, que agregavam os maiores investimentos de infra-estrutura e, conseqüentemente, eram mais valorizadas, destinavam às classes de maior poder aquisitivo; as áreas periféricas, com baixos investimentos em infra-estruturas, destinavam-se às camadas socioeconômicas inferiores; a cidade já nascia com a tônica da segregação social do espaço. Assiste-se, assim, ao nascimento simultâneo de duas cidades: uma “oficial”, que se conforma segundo os padrões estabelecidos pelo Poder Público, e uma “real”, que reflete as necessidades, possibilidades e carências da maior parcela da população (PLAMBEL, 1986). A cidade “oficial” concentra a totalidade dos equipamentos administrativos, educacionais, culturais, comerciais e educacionais, enquanto na cidade “real” observa-se a carência acentuada de equipamentos e serviços urbanos, que vai ocasionar, nas regiões de população predominantemente operária, o surgimento de movimentos de bairros que reivindicam tais serviços (PLAMBEL, 1986).

No 2º período (1920-1937) - fase de consolidação de Belo Horizonte como pólo econômico estadual – a cidade crescia em todas as direções, o que implicava, também, em crescimento dos problemas de carência de serviço de infra-estrutura urbana. No entanto, o advento da 1ª Guerra Mundial fez cessar o ritmo de expansão da Nova Capital, ocorrendo recessão nos empreendimentos econômicos, desemprego e evasão de população, principalmente a de imigrantes de trabalhavam na construção da cidade. Nesse 2º período, o Governo Federal concedeu, no país como um todo, vários incentivos à siderurgia, que encontrara espaço privilegiado na RMBH, pela presença de matéria-prima abundante no Quadrilátero Ferrífero. O resultado desse incentivo foi a instalação de siderúrgicas em municípios vizinhos de Belo Horizonte, além da expansão da rede viária, articulando a Capital a várias regiões do Estado (PLAMBEL, 1986).

A expansão do sistema viário estimulou o desenvolvimento de núcleos populacionais, em particular no entorno das estações ferroviárias. Ocorrerá, também nessa época, a ampliação da rede de ensino público e privado, a criação da Universidade Federal de Minas Gerais, a ampliação da rede hospitalar, que converteu Belo Horizonte em centro cultural e de saúde do Estado, o que veio reforçar a migração de população para a Capital (PLAMBEL, 1986).

Os investimentos públicos se concentravam na área central, mas a cidade crescia aceleradamente para além da Avenida do Contorno (zona suburbana) e os assentamentos, então periféricos, concorriam sob diversas formas: pelo parcelamento, seja de seções suburbanas, seja de colônias agrícolas ou de outras áreas, bem como pela expansão de favelas ou implantação de vilas operárias. O mercado imobiliário assumiu conotações especulativas e a cidade se expandira em todas as direções, permanecendo como preponderante o crescimento para Oeste (PLAMBEL, 1986)

No início da 2ª metade da década de 30, quando do advento do golpe do Estado Novo, e transcorrendo até o final da década de 40, a cidade de Belo Horizonte entra na fase de preparação para industrialização. Este período se estendeu até 1950 e foi classificado, segundo o PLAMBEL (1986), como o 3º período (1937-1950) do processo de formação histórico de Belo Horizonte. Essa fase é caracterizada por intensa atuação do Poder Público na região, que atua implantando a infra-estrutura de apoio à industrialização que se efetivaria no período seguinte. Datam dessa época a implantação da Cidade Industrial Juventino Dias, em Contagem, e o Complexo de Lazer da Pampulha, bem como a abertura de diversas vias – Avenida Amazonas e Antônio Carlos - que reforçam a configuração rádio-concêntrica da cidade, presidida pelo eixo Norte-Centro-Oeste. Começa a esboçar-se a forma urbana da futura aglomeração urbana metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL, 1986).

O Complexo da Pampulha promoveu uma mudança da direção do crescimento urbano, outrora focado para Oeste, para o Norte da Capital. Ocorrerá, nessa época, a intensificação da dispersão dos loteamentos ao Norte de Belo Horizonte, uma vez que a legislação urbanística, altamente restritiva, não fora capaz de impedir a proliferação dos parcelamentos. Com isto, houve um estímulo a ocorrência de grande número de loteamentos clandestinos, que contribuem para a expansão periférica. Nesse 3º período inicia-se o processo de verticalização do Centro de Belo Horizonte, o que acarreta a transferência (evasão) de atividades até então localizadas nessa área (PLAMBEL, 1986).

O 4º período (1950-1967) caracteriza-se pela aceleração do processo de urbanização e de metropolização de Belo Horizonte. A área urbana da Capital

crece em todas as direções, principalmente a Oeste e Norte, onde a topografia é mais favorável. A implantação da Cimentos Cauê, em Pedro Leopoldo, e o início das atividades da cimenteira Itaú, em Vespasiano, propiciam a intensificação da exploração de calcário na Bacia Sedimentar⁷. Essas indústrias promovem mudanças na base econômica dos dois municípios, alterando-se, parcialmente, a identidade deles, além de impor grandes barreiras à expansão urbana. Em Vespasiano, é impulsionada a ocupação de São José da Lapa, onde se localiza a jazida da Itaú, e o município intensifica seu crescimento demográfico (PLAMBEL, 1986). Na década 1950 a Cidade Industrial Juventino Dias, em Contagem, fora efetivamente ocupada e, no Barreiro, ocorre a implantação da siderúrgica Mannesman.

Essa fase de metropolização marca o espaço na RMBH, diferenciando-o. Este processo é fruto da efetivação do projeto de industrialização preconizado para Belo Horizonte. Segundo Lemos (1994), no início dos anos 40, Belo Horizonte começa a transformar-se em um pólo regional de caráter metropolitano. Já nos anos 50, é intensificado o processo de verticalização, já implementado anteriormente. E a vida sócio-cultural no início da década de 1960 respondeu por uma mudança expressiva no contexto do imaginário urbano. A segregação espacial, a expansão desconexa e a tendência à conurbação da área central materializavam o crescimento da Capital (Lemos, 1994).

O 5º período do processo de formação de Belo Horizonte e de sua região metropolitana inicia-se na 2ª metade da década de 1960 e estende-se até o final da década de 1970. Esta fase coincide com o ciclo econômico nacional do “Milagre brasileiro” e com o ciclo econômico estadual “Nova Industrialização Mineira”. Este período é marcado pela consolidação do processo de metropolização e aprofundamento da segregação social do espaço. O mercado imobiliário volta-se quase exclusivamente para os segmentos mais ricos (PLAMBEL, 1986).

No Vetor Norte da RMBH intensifica-se a exploração do calcário, mediante a expansão das indústrias cimenteiras (Soeicon, em Vespasiano e Lagoa Santa; e

⁷ Bacia Sedimentar: abrange, na RMBH, o município de Lagoa Santa e partes de Pedro Leopoldo e Vespasiano.

Ciminas, em Pedro Leopoldo). O município de Vespasiano ingressa-se na era industrial após 1970, com a implantação da Soeicon, de uma fábrica de bebidas e do Distrito Industrial prof. José Vieira de Mendonça (PLAMBEL, 1986).

No final da década de 1970, com a derrocada do “Milagre brasileiro”, quando se observa o incremento do desemprego, a agudização dos problemas sociais e urbanos, acelerando-se o processo de periferização dos loteamentos e dos assentamentos, que extrapolam os limites da região, Belo Horizonte e sua região metropolitana entram no 6º ciclo do processo de formação histórica. O 6º período (1977 até o final da década de 80) é tipificado como o período da crise do modelo de desenvolvimento (PLAMBEL, 1986). Esse período coincide com o processo de urbanização e metropolização brasileiro, marcado por enormes fluxos migratórios internos, no sentido rural/urbano, principalmente em direção às capitais de estado e aos aglomerados metropolitanos.

As agências públicas de habitação (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB-MG e Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOPS) realizam, nesse período, uma oferta sem precedentes de moradias e loteamentos para as famílias de baixa renda, ou seja, para famílias com renda mensal entre 3 (três) e 10 (dez) salários mínimos. A COHAB, cuja concentração de investimentos se dava no eixo Norte da RMBH, constrói enormes conjuntos na periferia distante, tais como o os conjuntos Morro Alto e Caieiras, em Vespasiano, os conjuntos Cristina e Palmital, nos limites de Belo Horizonte com Santa Luzia, e o conjunto Emboadas, em Caeté. No eixo Oeste, os INOCOOPS também atuam maciçamente, com foco de investimentos em habitação para atender a população ligada o setor industrial (PLAMBEL, 1986).

A partir da década de 1990, pode-se dizer que Belo Horizonte já se consolida como uma metrópole nacional, haja vista a sua influência funcional, econômica e social sobre cidades de seu entorno, cidades do interior do Estado de Minas Gerais e sobre diversas regiões do país.

2.2.1.2. Delimitação da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH

Na década de 1950, a cidade de Belo Horizonte iniciou sua fase de metropolização, constituindo um processo de formação de uma região urbana – espaço comum, constituído de um núcleo urbano (Belo Horizonte) e municípios circunvizinhos (Contagem, Betim, partes de Ibirité, Ribeirão das Neves, Sabará e Santa Luzia) - que pode ser considerada como uma única cidade, haja vista a comunidade econômica e a necessidade de coordenação e realização de interesses comuns, cujo território está submetido a diversas jurisdições municipais (PLAMBEL, 1986).

Já no final da década de 1960, Belo Horizonte possuía características de um aglomerado metropolitano, seja em termos demográficos, seja em termos de atividades econômicas ou de expansão físico-espacial, representando o núcleo urbano mais dinâmico de Minas Gerais.

Em 1970, após os resultados de estudos promovidos pelo Governo Estadual, delimitou-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte -RMBH. Poucos anos depois, especificamente em 1973, o Governo Federal, através da Lei Complementar 14, instituiu oito regiões metropolitanas no país, dentre quais a de Belo Horizonte:

“§ 2º - A região metropolitana de Belo Horizonte constitui-se dos Municípios de: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.” (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei Complementar número 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccv03/Leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em 10/10/2007)

No ano de 1974, através da Lei Estadual 6.303, criaram-se os Conselhos Deliberativo e Consultivo da RMBH e, também, a autarquia PLAMBEL, sua entidade metropolitana. Em 1975, o Conselho Deliberativo da RMBH aprovou o Plano de Desenvolvimento Integrado, Econômico e Social – PDIES, que passou a servir como referências para ações no território regional.

Em 1993, através da Lei Complementar número 26, de 14 de janeiro de 1993, novos municípios passaram a integrar a RMBH:

“Art. 7º - A Região Metropolitana de Belo Horizonte é integrada pelos Municípios de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mateus Leme, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano.” (Lei Complementar número 26, de 14 de janeiro de 1993).

Em 2002, através da Lei Complementar número 63, de 10 de janeiro de 2002, a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte sofreu nova modificação, com incorporação de mais municípios:

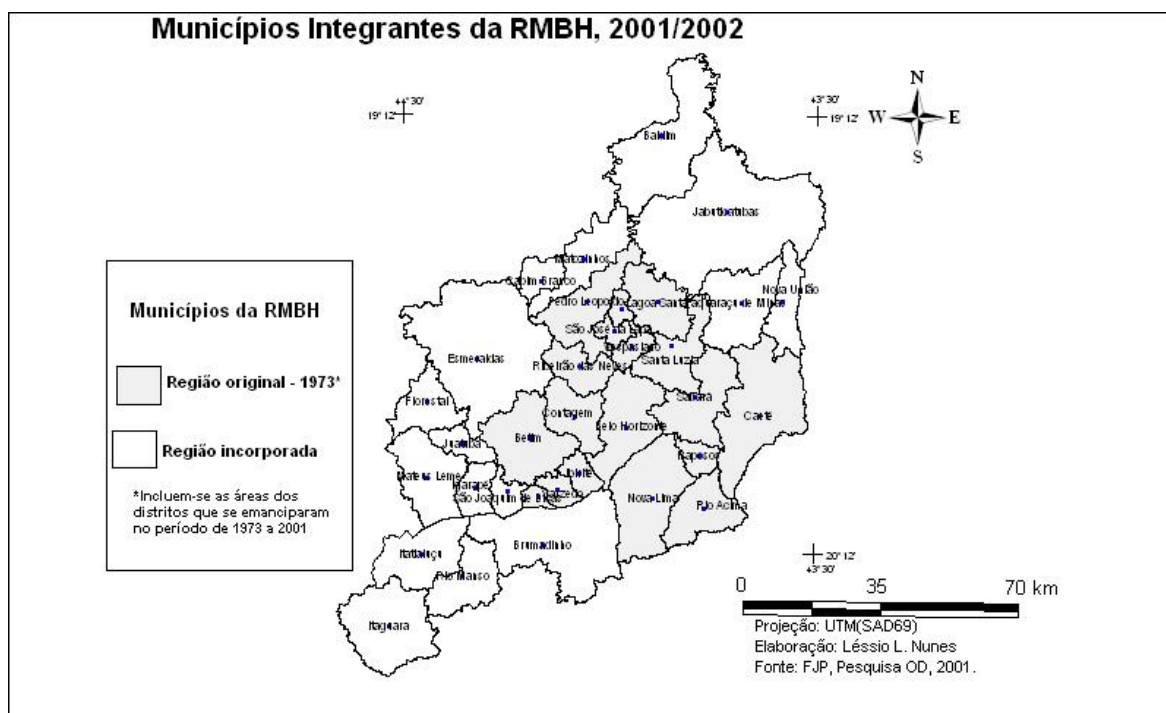
"Art. 7º - Integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte os Municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano". (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei Complementar número 63, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em 10 de outubro de 2007).

E, recentemente, através da Lei Complementar Nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, estabeleceu-se a composição atual da RMBH, com 34 municípios:

“Integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte os Municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano”. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei Complementar número 89, de 12 de janeiro de 2006. Disponível em <http://www.almg.gov.br/>. Acesso em 10 de outubro de 2007).

Apresenta-se na FIG. 4 o mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2001/2002, destacando a região original em 1973.

Figura 4 – Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2001/2002, com destaque da região original em 1973.



Fonte: FJP, Pesquisa Origem e Destino, 2001/2002

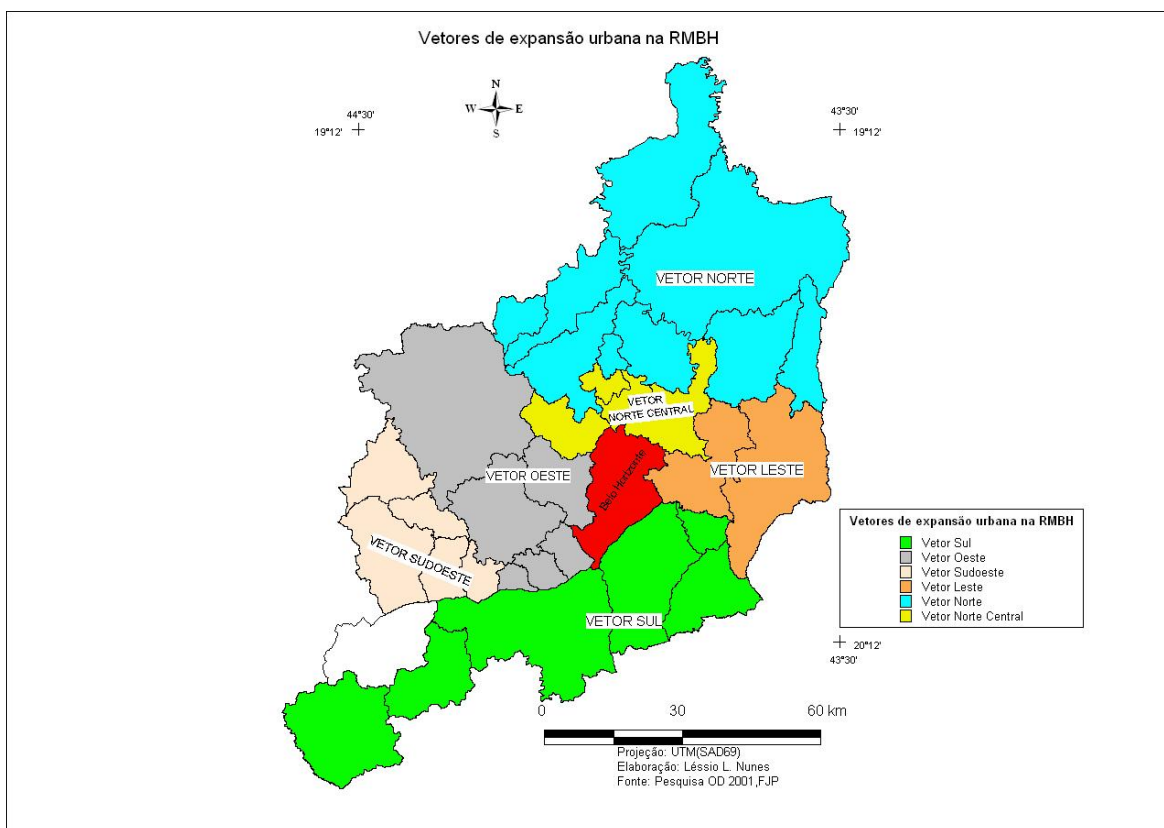
2.2.2. Os vetores de expansão na RMBH

Desde a década de 1960, quando a urbanização e o processo de formação de grandes metrópoles se firmaram como tendência no Brasil, a investigação de crescimento populacional de Regiões Metropolitanas tem ganhado relevância. No caso específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o estudo de Soares, Souza e Brito (2006) aponta que a expansão urbana desta metrópole tem sido caracterizada por uma alta concentração do mercado imobiliário nas mãos das grandes empresas do ramo. Esse monopólio acaba por acarretar uma alta nos preços dos imóveis, o que torna inviável e inacessível, para aqueles indivíduos de baixa renda, serem proprietários ou locatários de uma residência em grande parte da capital (Soares, Souza e Brito; 2006). A dificuldade de inserção no mercado imobiliário do núcleo metropolitano da RMBH faz com que uma parcela da população belo-horizontina se desloque para os municípios do seu entorno.

Vários estudos – dentre eles os de Mendonça (2003), Costa (2004), Ântico (2004), Brito & Souza (2005), e Brito (2007) - têm sido feitos para investigar como se dá este processo de interação das capitais com os municípios de sua área periférica. Boa parte desses estudos enfatiza que as capitais exercem uma seletividade dos seus residentes, através controle do preço à terra urbana, sob a influência do mercado imobiliário e do Estado, expulsando para as áreas periféricas os indivíduos menos escolarizados e de baixa renda. Há municípios que atraem uma população de maior poder aquisitivo, como é o caso dos municípios de Nova Lima e Brumadinho, na RMBH, que, conforme aponta o trabalho de Mendonça (2003), absorvem indivíduos que saem da Capital por motivos diversos, entre os quais o medo da violência urbana e a possibilidade de uma vida tranqüila nessa região.

A expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo Brito (1998), se dá através de seis vetores, a saber: Sul (Nova Lima, Brumadinho, Raposos, Rio Acima, Rio Manso e Itaguara), Oeste (Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo), Sudoeste(Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas), Leste (Caeté e Sabará) , Norte (Baldin, Capim Branco, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova União, Pedro Leopoldo, Taquaraçu de Minas) e Norte Central (Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano)

Figura 5 – Vetores de expansão da RMBH



Elaboração própria, com base na segmentação proposta por Brito (1998)

Fonte: FJP, Pesquisa Origem e Destino, 2001/2002

A expansão do Vetor Sul foi potencializada pela construção do BH Shopping, na década de 1970, e pela expansão da Avenida Nossa Senhora do Carmo e da BR-040. No processo de expansão desse vetor, destacam-se os municípios de Nova Lima e Brumadinho, onde se percebe uma relativa periferização – movimento centro/periferia por força de atração no local de destino - das classes socioeconômicas mais favorecidas de Belo Horizonte, que saem da Capital por motivos diversos, entre os quais o medo da violência urbana e a possibilidade de uma vida tranqüila nessa região (Mendonça, 2003). Uma outra característica deste Vetor, conforme identificado por Costa (2004), é a boa assimilação da forma de urbanização e valorização fundiária. O município de Nova Lima, conforme constatado por Soares (2006), se destaca por oferecer segurança – imagem tipificada dos condomínios fechados – e acesso à natureza.

O Vetor Oeste começou a se expandir na década de 40, com forte influência do Estado, que criou a Cidade Industrial, em Contagem, com o objetivo de atrair novas indústrias para a região. O seu desenvolvimento se deu a partir da rota da Avenida Amazonas até o Barreiro, desdobrando-se em direção às cidades de Contagem e Betim. A implantação da siderúrgica Mannesmann, no Barreiro, em meados da década de 50, contribuiu para priorizar a capacidade de atração industrial da região, fortemente limitada, à época, pela insuficiência de energia e transporte (Brito; Souza; 2005). No final da década de 60, ocorreu a implantação da Refinaria Gabriel Passos, da Petrobrás, na cidade de Betim, o que proporcionou a integração deste município ao processo de expansão do Vetor Oeste. A consolidação da região Oeste como pólo industrial ocorreu na década de 70, devido à implantação da fábrica de automóveis Fiat em 1976, na cidade de Betim. Segundo Brito e Souza (2005), o corredor industrial estimulou tanto a construção de vários conjuntos habitacionais, por iniciativa governamental, quanto a construção de loteamentos para a população de baixa renda, pelo capital imobiliário.

O Vetor Sudoeste da RMBH se caracteriza por apresentar uma baixa densidade demográfica, haja vista a sua distância com relação à Capital (Brito; Souza; 2005). No entanto, segundo Camargos (2006), nas últimas décadas este vetor se destacou, apresentando altas taxas de crescimento. Na última década, a sua taxa de crescimento só foi inferior à do Vetor Norte Central, aumentando a sua participação relativa no crescimento total da RMBH. É neste Vetor que se localiza uma grande corporação cervejeira, a AMBEV, no município de Juatuba (Camargos; 2006).

O Vetor Leste, constituído dos municípios de Caeté e Sabará, teve a sua origem na expansão da Avenida Cristiano Machado e do bairro Cidade Nova. Ele também se integra ao espaço urbano metropolitano com loteamentos para a população de baixa renda, que praticamente criam uma conurbação de Sabará com a capital mineira (Brito; Souza; 2005).

Os Vetores Norte e Norte Central de expansão tiveram suas origens em Belo Horizonte, nas regiões da Pampulha e Venda Nova, e desenvolveram-se a partir dos eixos das Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado (Brito; Souza; 2005).

No extremo da RMBH, o vetor Norte teve seu crescimento vinculado à criação de algumas indústrias cimenteiras e derivados, tendo Pedro Leopoldo e Lagoa Santa como os seus principais municípios.

O vetor Norte Central, mais densamente povoado e com maior importância para a dinâmica da RMBH, abrange os municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano. Os fluxos migratórios para esses vetores tendem a ser mais homogêneos, haja vista que, conforme observado do Brito e Souza(2005), a população que migra com destino a esta região é majoritariamente de baixa renda.

Recentemente, o acesso aos Vetores Norte e Norte Central está em expansão com a criação do Corredor de Acesso do Centro às Regiões Norte e Nordeste da Capital Belo Horizonte – “Linha Verde”⁸, que visa ao desenvolvimento das regiões Norte e Noroeste de Belo Horizonte, bem como de municípios na área de influência do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, ao estabelecer condições propícias ao exercício das vocações econômicas da região, como o turismo de negócios e de lazer e à atração de mais investimentos.

⁸ - As obras de infra-estrutura da “Linha Verde” compreendem: I - a implantação de obras sobre o Ribeirão Arrudas; II - a intervenção e reurbanização da Avenida Cristiano Machado; e III - a duplicação e operação da Rodovia MG-010. (Art. 2º do Decreto sem número, de 24/05/2005, do Governo do Estado de Minas Gerais).

CAPÍTULO 3 - FORMAÇÃO E EXPANSÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE

3.1 Aspectos históricos da expansão urbana no Eixo da Linha Verde

A processo de expansão urbana do Eixo da Linha Verde está intrinsecamente ligado ao processo de expansão dos Vetores Norte e Norte Central da RMBH, haja vista que os municípios que compõem o eixo da Linha Verde - Belo Horizonte (Região Norte), Confins, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Vespasiano - estão inseridos nesses dois vetores de expansão.

Na fase inicial de construção da capital Belo Horizonte, no final do século XIX, a área onde hoje estão inseridos os municípios que integram o Eixo da Linha Verde pertencia à jurisdição do município de Santa Luzia. Nessa época, Santa Luzia, que se configurava como um centro de zona agrícola, compunha, junto Sabará, Caeté, Nova Lima e Belo Horizonte, a região onde hoje está inserida praticamente toda a RMBH. Por muito tempo, a região onde hoje se situa o Eixo da Linha Verde se ocupava, basicamente, da atividade agrícola, embora já houvesse, no início do século XX, alguma atividade industrial no território, como a Cia Industrial de Belo Horizonte, que se localizava em Pedro Leopoldo, na época pertencente ao município de Santa Luzia (PLAMBEL, 1986).

O desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a expansão urbana dessa região, iniciaram-se, efetivamente, na década de 1940, quando da fase de aceleração do processo de urbanização de Belo Horizonte. O advento da implantação do Complexo de Lazer da Pampulha e a abertura da Avenida Antônio Carlos mudaram um pouco o rumo da expansão de Belo Horizonte, que, nessa época, estava mais voltado para Oeste, em função da implantação da Cidade Industrial Juventino Dias, em Contagem (Lemos, 1994).

O Complexo da Pampulha e a abertura da Avenida Antônio Carlos, além de promoverem uma mudança da direção do crescimento urbano de Belo Horizonte - outrora focado para Oeste - para o Norte da Capital, favoreceram, ainda, a

intensificação da dispersão dos loteamentos ao Norte de Belo Horizonte, uma vez que a legislação urbanística, altamente restritiva, não fora capaz de impedir a proliferação dos parcelamentos, o que estimulava a ocorrência de grande número de loteamentos clandestinos, que contribuíram para a expansão periférica (PLAMBEL, 1986).

Entre as décadas de 1950 e 1970, a implantação da fábrica de cimentos Cauê, em Pedro Leopoldo, e o início das atividades da cimenteira Itaú, em Vespasiano, propiciaram a intensificação da exploração de calcário na Bacia Sedimentar. Essas indústrias promoveram mudanças na base econômica dos dois municípios, alterando-se, parcialmente, a identidade deles. Em Vespasiano, é impulsionada a ocupação de São José da Lapa, onde se localiza a jazida da Itaú, o que contribuiu para a intensificação do crescimento demográfico desse município (PLAMBEL, 1986). Nessa época, no município de Vespasiano implantou-se o Distrito Industrial prof. José Vieira de Mendonça, além de ter-se instalado no município uma fábrica de bebidas.

Em 1973, quando o Governo Federal oficializou a delimitação de várias Regiões Metropolitanas – RMs no país, o atual Eixo da Linha Verde já possuía os seus municípios integrados à RMBH. Os atuais municípios de Confins e São José da Lapa eram, na época, distritos de Lagoa Santa e Vespasiano, respectivamente.

No final da década de 1970, a região do Eixo da Linha Verde recebera um significativo contingente populacional, principalmente os favorecidos pelas ações das agências públicas de habitação: a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB/MG e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOPS. Essas agências realizaram, nesse período, uma oferta sem precedentes de moradias e loteamentos para as famílias de baixa renda em toda a periferia da RMBH.

3.2. Caracterização dos municípios do Eixo da Linha Verde

3.2.1. Parte Norte de Belo Horizonte

Apresenta-se a seguir uma sintética caracterização da região parte Norte de Belo Horizonte, definida, neste trabalho, como a agregação das Regionais Norte, Pampulha e Venda Nova, cuja área integra o Eixo da Linha Verde.

3.2.1.1. Regional Norte

A regional Norte de Belo Horizonte possui uma área de 33,21 Km², divididas em 47 bairros. Em 2000, sua população estimada era de 194.097 habitantes, e um total de 50.857 domicílios, com uma densidade demográfica de 5.844,5 hab./Km². A Avenida Cristiano Machado e a Rodovia BR 262 são as duas principais vias de acesso à região (PBH, 2008)

3.2.1.2. Regional Pampulha

A região da Pampulha possui uma área de 33 Km², com 43 bairros e 17 vilas, subdivididos em cinco micro-regiões. A sua população atual (2000) é estimada em 140.000 habitantes. A região possui 12 escolas municipais, 12 escolas estaduais e 9 postos de saúde e conta ainda com um comércio variado: hipermercados; shoppings; rede bancária; rede de ensino particular; postos de serviços automotivos; hospitais; clínicas; diversas áreas de lazer e outros (BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Regional: história.** [200-?]).

A Pampulha é uma região de nítido contraste social. Localizam-se em sua área importantes setores de lazer e cultura de Belo Horizonte, tais como o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, além do Aeroporto da Pampulha e do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Por outro lado, a região possui cinco áreas consideradas de risco, que contribuem diretamente para o processo de assoreamento da lagoa. São elas: conjunto Lagoa e Vila Itamarati, sujeitas a alagamentos, pois estão abaixo da cota

da Av. Otacílio Negrão de Lima; Chapada do Norte (Vila do Índio) e Engenho Nogueira, com problemas de encostas, e Vila Ouro Preto, área de preservação ambiental onde foram construídas favelas cujo lixo vai direto para a lagoa (PBH, 2008).

As avenidas Antônio Carlos, Carlos Luz e Pedro I são as principais vias de acesso à região (PBH, 2008).

3.2.1.3. Regional Venda Nova

Venda Nova é um distrito de Belo Horizonte, fundado antes da criação de Belo Horizonte, em 13 de junho de 1771, e possui uma área de 86 Km², representando 25,6% da extensão territorial de Belo Horizonte. O distrito de Venda Nova deu origem às jurisdições das Regionais Administrativas Venda Nova, Norte e parte da Regional Pampulha (PBH, 2008).

A Regional Administrativa Venda Nova possui uma área de 27,71km², subdivida em 31 bairros e 16 vilas, e faz limites com as Regionais Norte e Pampulha, de Belo Horizonte, e com os municípios de Vespasiano e Ribeirão das Neves. Sua população, em 2000, era de 242.341 habitantes, dos quais cerca de 31.614 residindo em vila ou favelas (BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Regional: história.** [200-?])

O perfil econômico da região é, basicamente, comércio e prestação de serviços. Suas principais vias de acesso são as avenidas Cristiano Machado, Pedro I, e Vilarinho (BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Regional: história.** [200-?]).

3.2.2. Vespasiano

O município de Vespasiano possui uma área de 70,3 km² e está localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a uma distância de 14,3 km da Capital Belo Horizonte. Sua instalação político-administrativa se deu no ano de 1948 e sua densidade demográfica, segundo o Censo de 2000, é de 1.085,7 hab/km² (IBGE, 2000).

No período 1991-2000, a população de Vespasiano teve uma taxa média de crescimento anual de 5,7%, passando de 45.866 em 1991 para 76.422 em 2000. A taxa de urbanização⁹ - proporção da população da área urbana em relação à população total - cresceu 52,6%, passando de 64,5%, em 1991, para 98,4%, em 2000. A população do município representava, em 2000, 0,43% da população do Estado, e 0,05% da população do País. A população não mais se apresenta dividida em uma região rural e outra urbana, como ocorre em muitos municípios mineiros. Ela se concentra apenas num perímetro urbano (IBGE, 1991; 2000).

3.2.3. São José da Lapa

O município de São José da Lapa possui uma área de 48,8 km² e está localizado no Vetor Norte Central da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a uma distância de 12,9 km da Capital Belo Horizonte. Sua instalação político-administrativa se deu no ano 1993 e sua Densidade Demográfica, segundo o Censo de 2000, é 307,6 hab/km² (IBGE, 2000).

No período 1991-2000, a população de São José da Lapa teve uma taxa média de crescimento anual de 5,7%, passando de 9.002 em 1991 para 15.000 em 2000. A taxa de urbanização - proporção da população da área urbana em relação à população total - diminuiu 7,98, passando de 64,51% em 1991 para 59,36% em 2000. A população do município representava, em 2000, 0,08% da população do Estado, e 0,01% da população do País (IBGE, 1991, 2000)

3.2.4. Pedro Leopoldo

O município de Pedro Leopoldo possui uma área de 291,9 km² e está localizado no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a uma distância de 23,9 km da Capital Belo Horizonte. Sua instalação político-administrativa se deu no ano 1.923 e sua Densidade Demográfica, segundo o Censo de 2000, é 184,4 hab/km² (IBGE, 2000)

⁹ Taxa de urbanização: refere-se a parcela (%) de uma dada população que vive na zona urbana.

No período 1991-2000, a população de Pedro Leopoldo teve uma taxa média de crescimento anual de 2,9%, passando de 41.594, em 1991, para 53.957, em 2000. A taxa de urbanização - proporção da população da área urbana em relação à população total - cresceu 1,90, passando de 79,08% em 1991 para 80,58% em 2000. A população do município representava, em 2000, 0,30% da população do Estado, e 0,03% da população do País (IBGE, 1991;2000).

3.2.5. Lagoa Santa

O município de Lagoa Santa possui uma área de 232,7 km² e está localizado no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a uma distância de 22,2 km da Capital Belo Horizonte. Sua instalação político-administrativa se deu no ano 1.938 e sua Densidade Demográfica, segundo o Censo de 2000, é 162,3 hab/km² (IBGE, 2000).

No período 1991-2000, a população de Lagoa Santa teve uma taxa média de crescimento anual de 4,0%, passando de 26.453 em 1991 para 37.872 em 2000. A taxa de urbanização - proporção da população da área urbana em relação à população total - diminuiu 0,68, passando de 94,10%, em 1991, para 93,46%, em 2000. A população do município representava, em 2000, 0,21% da população do Estado, e 0,02% da população do País (IBGE, 1991;2000)..

3.2.6. Confins

O município de Confins possui uma área de 42,1 km² e está localizado no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a uma distância de 20,6 km de Belo Horizonte. Sua instalação político-administrativa se deu no ano 1.997 e sua Densidade Demográfica, segundo o Censo de 2000, é 13,9 hab/km² (IBGE, 2000).

No período 1991-2000, a população de Confins teve uma taxa média de crescimento anual de 4,1%, passando de 3.371 em 1991 para 4.880 em 2000. A taxa de urbanização - proporção da população da área urbana em relação à população total - diminuiu 30,05, passando de 91,58% em 1991 para 64,06% em

2000. Em 2000, a população do município representava 0,03% da população do Estado, e 0,00% da população do País (IBGE, 1991;2000).

3.2.7. Taxas de crescimento, produto interno bruto (PIB) e finanças dos municípios do Eixo da Linha Verde.

Os municípios integrantes do Eixo da Linha Verde apresentaram expressivas taxas de crescimento demográfico no período 1991-2000. A Contagem Populacional 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme mostra TAB.1 a seguir, revela uma amenização nesse ritmo de crescimento.

Tabela 1 – Belo Horizonte, RMBH e Eixo da Linha Verde – População e taxa média de crescimento anual (1991/2000 e 2000/2007).

Localidade	População			Taxa de média de crescimento anual (%)		
	1991	2000	2007	1991/2000	2000/2007	
Belo Horizonte	2.020.161	2.238.526	2.412.937	1,2	1,1	
RMBH	3.522.908	4.357.942	4.939.053	2,4	1,9	
Eixo da Linha Verde	Vespasiano	45.866	76.422	94.191	5,7	3,1
	São José da Lapa	9.002	15.000	17.900	5,7	2,7
	Pedro Leopoldo	41.594	53.957	56.518	2,9	0,7
	Lagoa Santa	26.453	37.872	44.922	4,0	2,6
	Confins	3.371	4.880	5.680	4,1	2,3

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000, do IBGE; Contagem populacional 2007, IBGE.

Considerando o histórico de crescimento populacional dos municípios do Eixo da Linha Verde e suas implicações na geração de despesas, é de fundamental importância observar como se comportam alguns indicadores de finanças municipais, em especial os relacionados com o tamanho populacional e/ou com o patrimônio/renda.

Nas TAB.2 apresenta-se uma síntese dos indicadores de finanças públicas dos municípios do Eixo da Linha Verde.

Tabela 2 – Belo Horizonte, RMBH e Eixo da Linha Verde - Produto Interno Bruto (PIB) Per Capita, 2007.

Localidade		PIB Per Capita 2007(R\$)
Belo Horizonte		6.715,54
RMBH		17.227,13
Eixo da Linha Verde	Vespasiano	6.926,70
	São José da Lapa	6.311,42
	Pedro Leopoldo	5.581,40
	Lagoa Santa	4.537,55
	Confins	11.315,35

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Na TAB.3 apresenta-se uma síntese dos indicadores da base empresarial dos municípios do Eixo da Linha Verde no ano de 2005.

Tabela 3 – Estrutura empresarial dos municípios do Eixo da Linha Verde, 2005.

Município	Indústrias extrativas		Indústrias de transformação		Construção	
	(Número de unidades locais)	%	(Número de unidades locais)	%	(Número de unidades locais)	%
Vespasiano	14	16,5%	167	26,7%	59	31,7%
São José da Lapa	7	8,2%	52	8,3%	11	5,9%
Pedro Leopoldo	56	65,9%	227	36,3%	59	31,7%
Lagoa Santa	8	9,4%	158	25,3%	51	27,4%
Confins	-	-	21	3,4%	6	3,2%
Total (Eixo da Linha Verde)	85	100,0%	625	100,0%	186	100,0%

Fonte: Extraído de IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 01/08/2008

3.3 Expansão urbana nos municípios do Eixo da Linha Verde

Os municípios que compõem o Eixo da Linha Verde pertencem a dois importantes Vetores de expansão urbana da RMBH: o Norte Central e o Norte. Vespasiano e São José da Lapa estão no Vetor Norte Central; Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Confins estão no Vetor Norte. Isto significa que a expansão urbana do Eixo da Linha Verde tem relação direta com a expansão dos Vetores Norte Central e Norte da RMBH.

A expansão urbana no Eixo da Linha Verde origina-se nas regionais Pampulha, Venda Nova e Norte de Belo Horizonte, com desenvolvimento a partir dos eixos das Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado. A Rodovia MG010, cujo percurso inicial é a parte final das Avenidas Cristiano Machado e Pedro I, completa a integração de Belo Horizonte com esse eixo. A Linha Verde, desta forma, é uma expansão da capacidade de tráfego viário desses corredores de acesso outrora existentes, uma vez que ela agrega em seu trajeto a Avenida Cristiano Machado e a Rodovia MG010, além de ser acesso direto às regionais Pampulha, Venda Nova e Norte de Belo Horizonte, e aos municípios de Confins, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, bem como a todo o Norte da RMBH.

3.4 Investimentos estatais na região nas últimas décadas

Nos últimos anos, o Estado tem redirecionado suas políticas de investimento para o vetor Norte da RMBH. Dentre essas políticas, destacam-se a ativação do funcionamento do Hospital Regional de Venda Nova, o projeto de criação, em Belo Horizonte, do Centro Administrativo do Governo Estadual, o resgate das atividades do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – “Aeroporto de Confins” e, principalmente, a Linha Verde. Nos parágrafos seguintes, tem-se uma breve descrição desses empreendimentos.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG, a prioridade de investimentos na RMBH será o seu vetor Norte. O Art.3º, § 1º do DECRETO 44500 2007, de 03 abril de 2007, que Institui o Plano de Governança Ambiental e Urbanística da Região

Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências, prevê isto explicitamente¹⁰. O Inciso X, do Art.3º, do DECRETO 44500 2007, de 03 abril de 2007, ratifica essa priorização do investimento Estatal para o Vetor Norte da RMBH¹¹. É importante ressaltar que essa alocação espacial de atividades econômicas dentro do espaço metropolitano tende a contribuir para um mercado - de trabalho e imobiliário - intrametropolitano e favorecer o deslocamento de populações.

O Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves — HRTN, mais conhecido como Hospital de Pronto Socorro de Venda Nova – “HPS Venda Nova”, pertencente à Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais - SES, foi inaugurado em setembro de 1998 sob o gerenciamento da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG, estando com sua capacidade operacional funcionando em apenas 20%. Em 2006, a SES convidou a Universidade Federal de Minas Gerais para assumir a gestão do HRTN, estabelecendo, a partir de então, um processo de negociação e definição dos princípios e diretrizes capazes de viabilizar tal parceria. A definição do seu perfil foi baseada nas prioridades assistenciais de acordo com a demanda reprimida no sistema público de saúde da RMBH e município correspondente a uma população de referência em torno de 1,1 milhões de pessoas (MINAS GERAIS. SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. **Notícias:** Hospital Risoleta Tolentino Neves-HRTN. [2007?]).

De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG, o projeto do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais está previsto para ser construído na Capital até dezembro de 2009. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o Centro Administrativo reunirá, em um mesmo

¹⁰ Art. 3º O Estado de Minas Gerais, isoladamente ou em parceria com os entes das demais esferas de Governo, promoverá a implantação de programas, projetos ou ações de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. § 1º - No cumprimento do disposto no caput será priorizado o Vetor Norte e a área de influência do Anel de Contorno Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por meio das seguintes medidas:...” (DECRETO 44500 2007, Art. 3º, § 1º)

¹¹ “ X - elaboração do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Vetor Norte.

§ 2º Compõem a área territorial do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte os Municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Confins, Pedro Leopoldo, Jaboticatubas, e os bairros localizados na área de influência das Administrações Regionais de Venda Nova e Norte do Município de Belo Horizonte.” (DECRETO 44500 2007, Art. 3º, Inciso X, § 2º)

espaço físico, todas as secretarias de Estado e seus órgãos vinculados. Conforme previsto no Art. 2º do DECRETO 43264 2003, de 11 de abril de 2003, que Institui Comissão Especial de Estudos do Centro Administrativo do Governo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, o Centro Administrativo deverá atender as seguintes diretrizes básicas: .

“Art. 2º O Centro Administrativo a que se refere o art. 1º deverá ser construído nesta Capital e atender as seguintes diretrizes:

I - congregar, na medida do possível, as sedes e unidades administrativas de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;

II - ser localizado em local de fácil acesso à população em geral;

III - contribuir para a redução de gastos relativos a aluguel, manutenção e conservação de imóveis pelo Estado;

IV - contribuir para a redução de gastos em geral;

V - acolher um centro de atendimento que ofereça, em um só local, serviços de apoio ao cidadão;

VI - mostrar-se adequado às necessidades presentes e futuras da estrutura administrativa do Estado;

VII - contribuir para a modernização da gestão dos órgãos e entidades relativamente às questões patrimonial, logística e tecnológica.” (DECRETO 43264 2003, de 11/04/2003)

A construção do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins nasceu de contingências inadiáveis para o transporte aéreo da região metropolitana de Belo Horizonte/MG. No início da década de 1970, com o avanço tecnológico da indústria aeronáutica, colocando nos céus sofisticadas aeronaves de passageiros e cargas, ficou evidente que a infra-estrutura aeroportuária existente não suportaria a demanda nos anos seguintes. Em 3 de julho de 1978 foi criada a Comissão Coordenadora do Projeto Aeroportuário de Belo Horizonte – COPAER/BH, que elaborou o projeto e efetuou a construção entre os anos de 1979 a 1983. A partir de março de 2005, no intuito de responder ao crescimento do número de passageiros nos aeroportos brasileiros, percebida a partir de 2004, houve, como parte do processo de revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e de sua consolidação como aeroporto industrial, uma

intensificação do uso da sua infra-estrutura, mediante a transferência de vários vôos do Aeroporto da Pampulha (INFRAERO, [200-?]).

Com o incremento do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, a via de acesso de Belo Horizonte à região Norte da RMBH ganhou importância estratégica na economia, transformando-se em prioridade para o Governo de Minas e para a Prefeitura de Belo Horizonte. O projeto da Linha Verde foi, então, lançado para requalificar a área próxima à Estação Rodoviária e ao Parque Municipal, além de desafogar o trânsito, garantindo segurança, para motoristas e pedestres que trafegam na Cristiano Machado, principal acesso à parte norte da RMBH e às regionais Nordeste, Venda Nova e Norte (MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento. **Notícias:** Projeto Linha Verde. [200-?]).

Apresenta-se na FIG.6 o mapa da Linha Verde.

Figura 6 – Mapa do percurso contemplado pelo Corredor de Acesso do Centro às Regiões Norte e Nordeste da Capital - Linha Verde.



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais.
<http://www.linhaverde.mg.gov.br/conheca/index.php?pag=1>. Acesso em 05/07/2007.

CAPÍTULO 4 - FONTES DE DADOS E METODOLOGIA

4.1. Bases de dados

Para a realização dessa dissertação, adotaram-se os microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e a Pesquisa de Origem e Destino – OD de 2001/2002, realizada pela Fundação João Pinheiro - FJP. Essas bases de dados foram obtidas junto ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais FACE/UFMG.

No Censo Demográfico 1991 há duas perguntas relativas à migração entre municípios: a) o município de residência anterior e b) o município de residência em 31/09/1986, ou seja, há cinco anos atrás. O primeiro quesito permite mensurar os fluxos migratórios de última etapa ao passo que o segundo possibilita mensurar a migração em data fixa. Já o Censo 2000 só possui a pergunta sobre o município de residência em 31/07/1995, data fixa, ou seja, há cinco anos atrás. Portanto, só permite avaliar, para municípios, a migração em data fixa. Como um dos objetivos deste trabalho é comparar os fluxos migratórios intrametropolitanos na RMBH entre os períodos 1991 e 2000, utilizaram-se, para tal, os quesitos de data fixa, haja vista que o Censo 2000 não permite avaliar os fluxos migratórios de última etapa.

A Pesquisa de Origem e Destino 2001/2002, da Fundação João Pinheiro, também tem perguntas relativas à mobilidade populacional. Um dos quesitos dessa pesquisa refere-se ao endereço anterior na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, o que possibilita mensurar a mobilidade residencial de última etapa. Um aspecto interessante da Pesquisa OD é o fato de a amostra ser representativa (vide ANEXOS – TAB.A1) para algumas Áreas Homogêneas, o que permite avaliar os fluxos de mobilidade residencial dentro de um mesmo município, como, por exemplo, entre as Regionais Administrativas de Belo Horizonte.

A Pesquisa OD possui, também, quesitos sobre o local de residência e o local de trabalho, o que possibilita investigar a mobilidade pendular na RMBH. Além da mobilidade populacional residencial e pendular, a Pesquisa OD tem uma pergunta sobre local de residência anterior à chegada do indivíduo à RMBH. Este quesito também foi analisado neste estudo, cujo intuito foi o de verificar a procedência daqueles que hoje residem na RMBH e que vieram de outras regiões do estado de Minas Gerais ou do país.

4.1.1. Unidades de análise

Nas análises dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, adotou-se o município como a menor unidade de análise, conforme descrito no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Unidades de análise das localidades nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 – RMBH

Localidade/região	Unidades de análise	
	Menor unidade de análise	Descrição
1. Belo Horizonte	Município	1- Belo Horizonte
2. RMBH1- (Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte)	Município	2. Confins 3. Lagoa Santa 4. Pedro Leopoldo 5. São José da Lapa 6. Vespasiano
3. RMBH2 (RRMBH, exceto os municípios do Eixo da Linha Verde)	Município	7. Baldim
		8. Betim
		9. Brumadinho
		10. Caeté
		11. Capim Branco
		12. Contagem
		13. Esmeraldas
		14. Florestal
		15. Ibirité
		16. Igarapé
		17. Itaguara
		18. Itatiaiuçu
		19. Jaboticatubas
		20. Juatuba
		21. Mário Campos
		22. Mateus Leme
		23. Matozinhos
24. Nova Lima		
25. Nova União		
26. Raposos		
27. Ribeirão das Neves		
28. Rio Acima		
29. Rio Manso		
30. Sabará		
31. Santa Luzia		
32. São Joaquim de Bicas		
33. Sarzedo		
34. Taquaraçu de Minas		

Fonte: Elaboração própria a partir dos códigos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 do IBGE.

Nas análises da Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, da Fundação João Pinheiro, adotaram-se como menores unidades de análises, para o município de Belo Horizonte, as suas regiões administrativas, conforme mostra a Quadro 2. Para as demais localidades, a menor unidade foi o município (Vide Quadro a 1, anterior).

Quadro 2 – Unidades de análise para o município de Belo Horizonte na

Localidade/região	Unidades de análise	
	Menor unidade de análise	Descrição
1. Belo Horizonte	Regiões administrativas	1. Centro-Sul
		2. Oeste
		3. Barreiro
		4. Noroeste
		5. Pampulha
		6. Leste
		7. Nordeste
		8. Venda Nova
		9. Norte

pesquisa Origem e Destino de 2001/2002.

Fonte: Elaboração própria a partir dos códigos da Pesquisa OD da FJP.

4.1.2. Variáveis

Para Analisar as características sociodemográficas - sexo, estrutura etária, nível educacional, renda e ocupação principal – dos indivíduos que realizam a mobilidade residencial de Belo Horizonte e RMBH para os municípios no Eixo da Linha Verde, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, foram utilizados os microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Para tal, as variáveis utilizadas neste trabalho são identificadas no Quadro 3:

Quadro 3 – Agrupamento das variáveis em Categorias dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Variáveis	Categorias
Idade	I. 5 a 9 anos
	II. 10 a 14 anos
	III. 15 a 19 anos
	IV. 20 a 24 anos
	V. 25 a 29 anos
	VI. 30 a 34 anos
	VII. 35 a 39 anos
	VIII. 40 a 44 anos
	IX. 45 a 49 anos
	X. 50 a 54 anos
	XI. 55 a 59 anos
	XII. 60 a 64 anos
	XIII. 65 anos ou mais
Escolaridade	I. 0 a 4 anos de estudo
	II. 5 a 8 anos de estudo
	III. 9 a 11 anos de estudo
	IV. 12 anos ou mais de estudo
Renda	I. Até 1 salário mínimo
	II. Mais de 1 até 2 salários mínimos
	III. Mais de 2 até 3 salários mínimos
	IV. Mais de 3 até 5 salários mínimos
	V. Mais de 5 até 10 salários mínimos
	VI. Mais de 10 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria a partir dos códigos dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 do IBGE.

Para analisar os movimentos pendulares, por motivo de trabalho, entre as regionais administrativas de Belo Horizonte - Leste, Nordeste, Norte, Venda Nova, Pampulha, Centro-Sul, Noroeste, Oeste e Barreiro - e os municípios do Eixo da Linha Verde, no período 2001/2002, bem como os movimentos pendulares, por motivo de trabalho, entre os municípios do Eixo da Linha Verde e os demais municípios da RMBH, no período 2001/2002, foram selecionadas da Pesquisa de Origem e Destino 2001/2002, da Fundação João Pinheiro, as variáveis dos Quadros 4 e 5.

Quadro 4 – Agrupamento das variáveis socioeconômicas em categorias dos

Variáveis	Categorias
Idade	I. 15 a 19 anos
	II. 20 a 24 anos
	III. 25 a 29 anos
	IV. 30 a 34 anos
	V. 35 a 39 anos
	VI. 40 a 44 anos
	VII. 45 a 49 anos
	VIII. 50 a 54 anos
	IX. 55 a 59 anos
	X. 60 a 64 anos
	XI. 65 anos ou mais
Escolaridade	I. 0 a 4 anos de estudo
	II. 5 a 8 anos de estudo
	III. 9 a 11 anos de estudo
	IV. 12 anos ou mais de estudo
Renda	I. Até 1 salário mínimo
	II. Mais de 1 até 2 salários mínimos
	III. Mais de 2 até 3 salários mínimos
	IV. Mais de 3 até 5 salários mínimos
	V. Mais de 5 até 10 salários mínimos
	VI. Mais de 10 salários mínimos

dados da Pesquisa de Origem e Destino (OD) 2001/2002.

Fonte: Elaboração própria a partir dos códigos da Pesquisa OD da FJP.

Quadro 5 – Agrupamento da variável “ocupação dos indivíduos” em categorias dos dados da Pesquisa de Origem e Destino (OD) 2001/2002.

Variável: Ocupação dos indivíduos	
Categoria	Descrição
1. Emprego doméstico	Abrange as pessoas que realizam serviços de lavadeira, passadeira e empregada doméstica.
2. Supervisão de trabalho manual (na produção), ocupações manuais especializadas e não especializadas, auxiliares e aprendizes.	Abrange mestre de obras, mestre e contramestre de bombeiros, eletricitas, borracheiros, cabeleiros, chofer, garçons, manicure, vigia, carpinteiro, entregador de mercadorias, empacotador e encadernador.
3. Ocupações não manuais de rotina.	Formado pelos burocratas, atendentes, balconistas, digitador, recepcionista, telefonista e outras atividades de rotina em escritórios e firmas.
4. Cargos médios de supervisão, direção e administração e técnicos de nível intermediário.	Nesses grupos estão incluídos os gerentes, administradores de empresas, profissionais na área de relações públicas, corretor de imóveis, tradutor, pintor, músico e outras profissões afins.
5. Proprietários, altos cargos, profissionais liberais e técnicos de nível superior.	Abrange ocupações de altos cargos do poder judiciário, políticos, diretores de empresas, proprietários, sócios de empresas, comerciantes, advogados, médicos, engenheiros, economistas entre outros.

Fonte: CAMARGOS (2006)

Para analisar, através da Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, especificamente no local de destino, as condições de residência – saneamento básico, construção etc - dos indivíduos que realizam a mobilidade residencial entre as regionais administrativas de Belo Horizonte - Leste, Nordeste, Norte, Venda Nova, Pampulha, Centro-Sul, Noroeste, Oeste e Barreiro - e os municípios do Eixo da Linha Verde, foram selecionadas da Pesquisa de Origem e Destino 2001/2002, da Fundação João Pinheiro, as variáveis do Quadro 6:

Quadro 6 - Agrupamento das variáveis de condições de residência, no local de destino, da Pesquisa de Origem e Destino (OD) 2001/2002.

Variáveis	Categorias
Tipo de residência	1. Condomínio (vertical/horizontal) 2. Domicílio isolado
Regime de ocupação domiciliar	1. Próprio (pago/em pagamento) 2. Não próprio (alugado/cedido/outros)
Atendimento de energia elétrica	1 -Não; 2-Sim
Água - rede pública	1 -Não; 2-Sim
Esgoto - rede pública	1 -Não; 2-Sim
Coleta de lixo	1 -Não; 2-Sim
Pavimentação do logradouro	1. Sim (asfalto/calçamento) 2. Não tem

Fonte: Elaboração própria a partir dos códigos da Pesquisa OD da FJP.

4.2. Delimitação da área espacial de estudo da RMBH

A delimitação da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH sofreu modificações entre os períodos de realização dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, com incorporações de alguns municípios entre os dois períodos, além de desmembramentos de municípios por processo de emancipação. Com isto, a composição da RMBH em 2000 tornou-se diferente da composição em 1991, o que, em princípio, inviabilizaria a comparação demográfica direta da região nos dois períodos.

Para tornar a RMBH equiparável nos dois períodos analisados, optou-se, nessa dissertação, por considerar a delimitação administrativa mais recente (2007), uma vez que esta delimitação circunscreve as delimitações existentes nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Além disso, em termos de abrangência geográfica, a composição da RMBH em 2007 continua a mesma dos períodos 1991 e 2000, embora, internamente, tenha havido mudanças de ordem político-administrativa, em função das emancipações de municípios.

4.2.1. Agregação de localidades para efeito de análise comparativa

No Censo Demográfico 1991, a localidade de Confins era um distrito de Lagoa Santa enquanto a localidade de São José da Lapa, nessa data, era distrito de Vespasiano. No Censo Demográfico 2000, Confins e São José da Lapa já haviam se emancipado de suas respectivas sedes – Lagoa Santa e Vespasiano - e promovidos a municípios independentes. Com isto, as jurisdições de Lagoa Santa e Vespasiano ficaram, em relação ao Censo Demográfico 1991, com áreas territoriais reduzidas no Censo Demográfico 2000.

Para comparar, nos períodos de 1991 e 2000, os dados demográficos das localidades que se emanciparam no decorrer da realização dos dois censos, havia dois caminhos possíveis: i) desagregar os distritos no Censo Demográfico de 1991 e, assim, compará-los como localidades independentes; ou ii) agregar as regiões emancipadas no Censo Demográfico 2000 e considerá-las como pertencentes a um mesmo território, assim como o eram à época de realização do Censo Demográfico 1991.

Aqui neste trabalho, optou-se pela segunda alternativa, ou seja, a de agregar, no Censo 2000, as regiões outrora emancipadas, por duas razões: i) uma de ordem prática, uma vez que se em 2000 as regiões podem ser analisadas separadamente, basta efetuar uma soma dos resultados para comparar com o período de 1991; e ii) a não perda de generalidades, pois o objetivo é comparar o crescimento da região como um todo, no contexto da mobilidade populacional intrametropolitana.

Apresenta-se no Quadro 7 a composição do Eixo da Linha Verde para efeito das análises comparativas dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Quadro 7 – Agrupamentos dos municípios do Eixo da Linha Verde, para efeito de análises dos dados dos Censos Demográficos 1991 e 2000

Localidade/região	Unidades de análise	
	Menor unidade de análise	Descrição
1. Belo Horizonte	Município	1- Belo Horizonte
2. RMBH1- Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte	Município	1. Lagoa Santa/Confins 2. Pedro Leopoldo 3. Vespasiano/São José da Lapa

Fonte: Elaboração própria a partir dos códigos dos Censos Demográficos 1991 e 2000, do IBGE.

4.3. Metodologia

Para a realização do presente trabalho, adotaram-se as seguintes metodologias básicas:

4.3.1. Matriz de Migrantes

Os dados de migração foram dispostos em uma matriz, conhecida como Matriz de Migrantes.

A matriz de migrantes representa os fluxos migratórios de uma área composta por regiões específicas. Cada linha contém o número de pessoas que deixaram sua região de origem no tempo $t-x$ e foram recenseadas na região de destino no tempo t , onde x , geralmente igual a 5 anos, é o período de data fixa. Cada coluna da matriz contém o número de imigrantes de acordo com a região de origem há x anos atrás. Na última coluna, tem-se o número total de emigrantes de cada região e na última linha tem-se o número total de imigrantes de cada região. Na última célula, definida pela Linha n e Coluna n , tem-se o total de imigrantes, representado por N , que é igual ao total de emigrantes, uma vez que se trata apenas de migrações internas.

4.3.2. Matriz de Mobilidade Residencial

Os dados de mobilidade residencial também foram dispostos em uma matriz, similar à matriz de migrantes. Cada linha contém o número de pessoas em última etapa de mobilidade residencial, ainda que dentro do mesmo município, e foram pesquisadas no local de destino. Cada coluna da matriz contém o número de pessoas em última etapa de mobilidade residencial, de acordo com a região de origem há x anos atrás. Na última coluna, tem-se o número total de pessoas que saíram de cada região e na última linha tem-se o número total de pessoas que entraram em determinada região. Na última célula, definida pela Linha n e Coluna n, tem-se o total de mobilidade residencial de última etapa.

4.3.3. Matriz de Mobilidade Pendular

Os dados de mobilidade pendular também foram representados por uma matriz do tipo de matriz de migrantes, porém substituindo o local de origem por local de residência e o local de destino por local de trabalho. Cada linha contém o número de trabalhadores por local (região) de trabalho. Cada coluna da matriz contém o número de trabalhadores por local de residência. Na última coluna, tem-se o número total de trabalhadores por local de residência e na última linha tem-se o número total de trabalhadores por local de trabalho. Na última célula, definida pela Linha n e Coluna n, tem-se o total de trabalhadores das regiões analisadas. Na diagonal da matriz tem-se o número de pessoas, à data de referência da pesquisa, que trabalham na mesma região em que residem.

CAPÍTULO 5 - MOBILIDADE POPULACIONAL E OS MOVIMENTOS PENDULARES DE BELO HORIZONTE E RMBH PARA OS MUNICÍPIOS DO EIXO DA LINHA VERDE

Neste capítulo será analisada a mobilidade populacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, com ênfase nos municípios do Eixo da Linha Verde, no período 1991-2000, que antecede à implantação do projeto Linha Verde.

A mobilidade populacional, no contexto do presente trabalho, divide-se em três dimensões: i) a migração propriamente dita - na qual considera-se o deslocamento de pessoas, mediante mudança de residência para outro município, a partir de um período de tempo pré-determinado; ii) a mobilidade residencial - que se refere a uma mudança de residência, porém sem necessariamente mudar de município; ou seja, contemplando, também, a mobilidade intramunicipal; e iii) a mobilidade pendular - deslocamento rotineiro de pessoas, por motivo de trabalho, entre municípios, sem a mudança de local de residência.

A presente análise focará, basicamente, o entendimento da interação entre a capital Belo Horizonte e os municípios de seu entorno – os municípios metropolitanos -, em especial as localidades integrantes do Eixo da Linha Verde, bem como explorará, no possível, as interações entre as regiões administrativas de Belo Horizonte e esses municípios. Para tal objetivo, serão quantificados e avaliados os principais fluxos de mobilidade populacional intrametropolitano na RMBH, além das análises das características sociodemográficas – sexo, estrutura etária, renda, nível educacional e ocupação - dos indivíduos que contribuem para esses fluxos de mobilidade e das condições de residência, no local de destino, dos indivíduos que se deslocam de Belo Horizonte para os municípios do Eixo da Linha Verde.

5.1. Fluxos migratórios intrametropolitanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, 1986/1991 e 1995/2000

Nesta seção são discutidas as diferenças de nível de migração por sexo, grupos etários quinquenais, categoria de migração – individual ou familiar – entre Belo Horizonte e a RMBH, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000. Como a composição populacional contemporânea das regiões metropolitanas brasileiras é, em grande parte, reflexo das migrações internas, principalmente das migrações no sentido rural-urbano e as de pequenas cidades para as capitais de estado, esta seção terá, inicialmente, uma breve avaliação da contribuição dos fluxos migratórios oriundos do interior de Minas na composição populacional da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Apresenta-se TAB.4 a matriz dos fluxos de migrantes internos, data fixa, de Minas Gerais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, segundo alguns municípios da RMBH, Eixo da Linha Verde e o interior de Minas, no período 1986-1991.

Tabela 4 - Fluxos de migrantes internos, data fixa, de Minas Gerais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e intrametropolitanos na RMBH, segundo alguns municípios da RMBH, Eixo da Linha Verde e o interior de Minas, 1986/1991.

Região de origem (1986)		Região de destino (1991)										
		Belo Horizonte	Contagem	Betim	Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte			Ribeirão das Neves	Santa Luzia	Demais municípios da RMBH	Interior de Minas	Total (Emigração)
					Lagoa Santa e Confins*	Pedro Leopoldo	Vespasiano e São José da Lapa**					
1	Belo Horizonte	-	35.356	11.063	1.698	708	6.585	24.872	14.622	26.014	61.143	182.061
2	Contagem	1.973	-	9.532	27	9	291	2.235	774	5.174	2.690	22.706
3	Betim	647	1.735	-	53	11	101	444	93	1.672	1.807	6.563
4	Lagoa Santa e Confins*	302	68	6	-	164	72	93	16	162	317	1.199
5	Pedro Leopoldo	368	63	42	116	-	12	15	34	256	418	1.326
6	Vespasiano e São José da Lapa	357	79	7	213	212	-	143	123	394	384	1.911
7	Ribeirão das Neves	392	565	156	0	50	368	-	479	500	62	2.563
8	Santa Luzia	516	550	216	0	21	450	782	-	732	476	3.745
9	Demais municípios da RMBH	4.277	2.163	2.022	633	513	615	964	1.036	-	9.199	21.422
10	Interior de Minas	115.798	31.450	14.063	1.606	1.798	2.547	11.498	8.468	25.573	-	212.801
Total (Imigração)		124.630	72.029	37.107	4.345	3.487	11.031	41.047	25.645	60.477	76.496	456.295

* Distrito de Lagoa Santa em 1991; ** Distrito de Vespasiano em 1991.

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE.

Até o final da década de 1970, os fluxos migratórios internos, rumos às capitais, foram intensos no Brasil, com expressiva parcela se realizando dentro do próprio estado, principalmente os da região Sudeste, na qual se insere o estado de Minas Gerais. Com a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, não tendo sido diferente; os fluxos migratórios oriundos do interior de Minas Gerais têm contribuído, ao longo das últimas décadas, de forma significativa para a composição populacional de Belo Horizonte. No período 1986/1991, do total de 124.630 imigrantes de Belo Horizonte com origem no próprio estado, 115.798 (92,9%) vieram do interior de Minas e 8.832 (7,1%) vieram do restante da RMBH. Já no fluxo inverso, ou seja, os das emigrações de Belo Horizonte, a maior contribuição tem sido o restante da RMBH; do total de 182.061 emigrantes de Belo Horizonte para o próprio estado, 120.918 (66,4%) foram com destino aos municípios do entorno da capital e 61.143 (33,6%) para o interior de Minas; o Eixo da Linha Verde foi responsável por 0,8% (1.027 imigrantes) dos imigrantes e por 4,9% (8.991 emigrantes) dos emigrantes de Belo Horizonte nesse período.

Essa relação dos fluxos migratórios do interior de Minas rumo à capital e dos fluxos da capital em direção aos municípios do seu entorno traz à tona duas grandes questões das migrações metropolitanas: a) a reemigração; e b) a seletividade que impera no mercado habitacional do núcleo – a Capital. Conforme observa Martine (1980), entende-se por reemigração a busca por melhores oportunidades econômicas ou de sobrevivência, no local de destino, para os indivíduos que já tiveram a experiência de migrar. Uma das explicações para o processo de reemigração seria a qualificação para a vida urbana que os indivíduos do meio rural vão adquirindo ao longo de suas trajetórias rumo aos grandes centros. Assim, o migrante de origem em áreas rurais, ou em pequenas cidades, vai adquirindo uma experiência urbana e uma qualificação que o permite integrar-se de forma gradual e produtivamente em uma cidade grande. Não obstante, nesse processo de reemigração está implícita, também, uma certa seletividade. Para migrantes motivados por fatores de atração no destino, supõe-se que essa seletividade atue sobre os mais capacitados; já para os migrantes impulsionados por fatores de expulsão, espera-se que a maior evasão seja da população menos qualificada para competir no mercado urbano (Martine, 1980).

Esses dados de migração do Censo Demográfico 1991 sugerem que os indivíduos que se deslocam de Belo Horizonte para a RRMBH sejam, em grande parte, oriundos do próprio interior do estado, ou seja, indivíduos com alguma experiência de migração. Os possíveis fatores, ou selecionadores, seriam a pressão do mercado imobiliário da capital, forçando esses migrantes a reemigrarem para a periferia metropolitana, ou o próprio mercado de trabalho metropolitano, que surge com o processo de descentralização econômica da metrópole.

Na TAB.5 tem-se a matriz dos fluxos de migrantes internos, data fixa, de Minas Gerais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, segundo alguns municípios da RMBH, Eixo da Linha Verde e o interior de Minas, no período 1995-2000.

Tabela 5 - Fluxos de migrantes internos, data fixa, de Minas Gerais para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e intrametropolitanos na RMBH, segundo alguns municípios da RMBH, Eixo da Linha Verde e o interior de Minas, 1995/2000.

Região de origem (1995)		Região de destino (2000)											
		Belo Horizonte	Contagem	Betim	Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte			Ribeirão das Neves	Santa Luzia	Demais municípios da RMBH	Interior de Minas	Total (Emigração)	
					Lagoa Santa e Confins*	Petro Leopoldo	Vespasiano e São José da Lapa**						
1	Belo Horizonte	-	29.685	14.557	2.715	1.952	8.565	29.445	13.834	40.385	65.827	206.965	
2	Contagem	5.805	-	13.597	146	73	386	4.185	791	10.226	5.010	40.219	
3	Betim	1.513	2.495	-	38	28	127	362	249	4.205	3.445	12.462	
4	Eixo da Linha Verde, exceto Belo	Lagoa Santa e Confins*	516	64	11	-	243	159	0	73	248	498	1.812
5		Petro Leopoldo	458	31	94	165	-	135	62	17	337	722	2.021
6		Vespasiano e São José da Lapa	691	140	177	502	100	-	354	450	1.013	784	4.211
7		Ribeirão das Neves	1.514	896	307	40	278	589	-	694	1447	929	6.694
8	Santa Luzia	1.536	491	347	89	84	606	1.518	-	944	986	6.601	
9	Demais municípios da RMBH	5.195	3.165	2.521	299	548	615	1.546	1.407	-	8.253	23.549	
10	Interior de Minas	83.528	23.243	16.432	1.954	1.797	4.059	12.786	6.374	26.917	-	177.090	
Total (Imigração)		100.756	60.210	48.043	5.948	5.103	15.241	50.258	23.889	85.722	86.454	481.624	

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

No período 1995-2000, do total de 100.756 imigrantes de Belo Horizonte vindos do próprio estado, 83.528 (82,9%) vieram do interior de Minas e 17.228 (17,1%) são da RRMBH. Já na emigração de Belo Horizonte no mesmo período, do total de 206.965 emigrantes, 141.138 (68,2%) foram com destino aos municípios do entorno da capital e 65.827 (31,8%) para o interior do estado; o Eixo da Linha

Verde foi responsável por 1,7% (1.665 imigrantes) dos imigrantes e por 6,4% (13.232 emigrantes) dos emigrantes de Belo Horizonte nesse período.

De forma similar ao observado no período 1986-1991, a Capital ainda parece exercer uma seletividade dos seus imigrantes, expulsando para a sua periferia os indivíduos menos preparados para nele se manterem (Smolka, 1992). Aqui, novamente, os prováveis selecionadores são os mercados imobiliários e de trabalho, haja vista a valorização do espaço residencial no núcleo, que torna, para muitos, a residência inacessível no núcleo, bem como o provável mercado de trabalho que emerge nos municípios metropolitanos em função da descentralização econômica.

5.1.1 Padrão etário da migração intrametropolitana na RMBH

Apresentam-se na TAB.6 as comparações entre os migrantes intrametropolitanos, por grupo etário, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000

Tabela 6 - Fluxos migratórios entre Belo Horizonte (núcleo) e Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH (área periférica), segundo grupos etários quinquenais, 1981/1991 e 1995/2000.

Região de Origem (1986)		RRMBH (área periférica metropolitana)							
		1986/1991				1995/2000			
Município	Grupo Etário	Imigrantes	Emigrantes	Volume Total	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Volume Total	Saldo
Belo Horizonte (núcleo metropolitano)	5-9 anos	18.665	967	19.632	17.698	16.968	1.524	18.492	15.444
	10-14 anos	14.983	874	15.857	14.109	13.949	1.443	15.392	12.506
	15-19 anos	9.885	1.241	11.126	8.644	12.151	1.766	13.917	10.385
	20-24 anos	11.985	1.448	13.433	10.537	15.546	2.468	18.014	13.078
	25-29 anos	17.522	1.394	18.916	16.128	18.896	2.260	21.156	16.636
	30-34 anos	16.221	984	17.205	15.237	18.432	2.267	20.699	16.165
	35-39 anos	11.278	599	11.877	10.679	14.847	1.827	16.674	13.020
	40-44 anos	6.740	403	7.143	6.337	9.732	1.190	10.922	8.542
	45-49 anos	3.917	277	4.194	3.640	6.716	963	7.679	5.753
	50-54 anos	3.157	148	3.305	3.009	4.471	416	4.887	4.055
	55-59 anos	2.395	169	2.564	2.226	2.942	308	3.250	2.634
	60-64 anos	1.716	135	1.851	1.581	2.591	246	2.837	2.345
	65 anos ou mais	2.521	193	2.714	2.328	3.895	548	4.443	3.347
Total		120.985	8.832	129.817	112.153	141.136	17.226	158.362	123.910

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE.

Os dados da TAB. 6 apontam a RMBH como expressivo receptor de população da capital Belo Horizonte, no períodos 1986/1991 e 1995/2000, principalmente de crianças de 5 a 9 anos e de adulto-jovens, com idades entre 20 e 40 anos. Nota-se, ainda, em ambos os períodos analisados, uma queda no volume de imigrantes

entre idades de 10 a 19 anos, além de baixas diferenças entre imigrantes e emigrantes nas idades adultas mais avançadas. Essa expressiva participação de grupos etários infantis, juntamente com adulto-jovens, na composição da imigração na RMBH, revela uma predominância de famílias, considerando que crianças migram acompanhadas dos pais; a parcela expressiva de adulto-jovens parece guardar relação com a mobilidade pendular. Conforme observa Souza (2008), nas metrópoles parece haver uma relação entre a mobilidade residencial e mobilidade pendular. Assim, pessoas em idade ativa se mudam do núcleo para a periferia, tendo no cômputo dessa mobilidade residencial, a alternativa de voltar ao núcleo, diariamente, para exercer suas atividades laborais (Souza, 2008).

Os saldos migratórios – diferença entre imigrantes e emigrantes - positivos na RRMBH, em relação ao núcleo metropolitano, pode ser um reflexo da expansão urbana, decorrente da carga imposta ao mercado residencial da Capital, em função das fortes correntes migratórias no sentido rural-urbano, observadas no estado de Minas Gerais e em outras regiões do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980. Não obstante, não se descarta a influência do mercado de trabalho intrametropolitano, haja vista a descentralização econômica iniciada na RMBH há algumas décadas, com várias empresas se deslocando para a RRMBH, principalmente com destino ao vetor Oeste – Contagem, Betim e outros.

5.1.2 Diferenciais por sexo e estrutura etária

Apresentam-se nas TAB.7, TAB.8, TAB. 9 e TAB.10 as estruturas etárias relativas dos imigrantes e emigrantes intrametropolitanos de Belo Horizonte para o Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RRMBH, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000.

Tabela 7 - Imigrantes do Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por sexo e faixa etária, 1986/1991.

Imigrantes na RRMBH, 1986/1991						
Grupo Etário	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
5-9 anos	9.942	8,2%	8.723	7,2%	18.665	15,4%
10-14 anos	7.143	5,9%	7.840	6,5%	14.983	12,4%
15-19 anos	4.456	3,7%	5.429	4,5%	9.885	8,2%
20-24 anos	5.125	4,2%	6.860	5,7%	11.985	9,9%
25-29 anos	8.285	6,8%	9.237	7,6%	17.522	14,5%
30-34 anos	8.298	6,9%	7.923	6,5%	16.221	13,4%
35-39 anos	5.958	4,9%	5.320	4,4%	11.278	9,3%
40-44 anos	3.629	3,0%	3.111	2,6%	6.740	5,6%
45-49 anos	1.870	1,5%	2.047	1,7%	3.917	3,2%
50-54 anos	1.704	1,4%	1.453	1,2%	3.157	2,6%
55-59 anos	1.194	1,0%	1.201	1,0%	2.395	2,0%
60-64 anos	885	0,7%	831	0,7%	1.716	1,4%
65 anos ou mais	897	0,7%	1.624	1,3%	2.521	2,1%
Total	59.386	49,1%	61.599	50,9%	120.985	100,0%

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE.

Tabela 8 - Imigrantes do Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por sexo e faixa etária, 1995/2000.

Imigrantes na RRMBH, 1995/2000						
Grupo Etário	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
5-9 anos	8.709	6,2%	8.259	5,9%	16.968	12,0%
10-14 anos	6.896	4,9%	7.053	5,0%	13.949	9,9%
15-19 anos	5.772	4,1%	6.379	4,5%	12.151	8,6%
20-24 anos	6.923	4,9%	8.623	6,1%	15.546	11,0%
25-29 anos	9.007	6,4%	9.889	7,0%	18.896	13,4%
30-34 anos	9.138	6,5%	9.294	6,6%	18.432	13,1%
35-39 anos	7.621	5,4%	7.226	5,1%	14.847	10,5%
40-44 anos	5.027	3,6%	4.705	3,3%	9.732	6,9%
45-49 anos	3.622	2,6%	3.094	2,2%	6.716	4,8%
50-54 anos	2.317	1,6%	2.154	1,5%	4.471	3,2%
55-59 anos	1.469	1,0%	1.473	1,0%	2.942	2,1%
60-64 anos	1.135	0,8%	1.456	1,0%	2.591	1,8%
65 anos ou mais	1.693	1,2%	2.202	1,6%	3.895	2,8%
Total	69.329	49,1%	71.807	50,9%	141.136	100,0%

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Em relação aos imigrantes da RRM BH, de origem em Belo Horizonte, as TAB. 7 e TAB.8 mostram uma estrutura etária com predominância de pessoas na faixa etária adulto-jovem (20 a 40 anos), com expressiva participação de crianças (5 a 9 anos), e com equilíbrio entre os sexos.

Tabela 9 - Emigrantes do Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por sexo e faixa etária, 1986/1991.

Emigrantes na RRM BH, 1986/1991						
Grupo Etário	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
5-9 anos	414	4,7%	553	6,3%	967	10,9%
10-14 anos	385	4,4%	489	5,5%	874	9,9%
15-19 anos	394	4,5%	847	9,6%	1.241	14,1%
20-24 anos	426	4,8%	1.022	11,6%	1.448	16,4%
25-29 anos	621	7,0%	773	8,8%	1.394	15,8%
30-34 anos	505	5,7%	479	5,4%	984	11,1%
35-39 anos	241	2,7%	358	4,1%	599	6,8%
40-44 anos	196	2,2%	207	2,3%	403	4,6%
45-49 anos	151	1,7%	126	1,4%	277	3,1%
50-54 anos	58	0,7%	90	1,0%	148	1,7%
55-59 anos	83	0,9%	86	1,0%	169	1,9%
60-64 anos	63	0,7%	72	0,8%	135	1,5%
65 anos ou mais	68	0,8%	125	1,4%	193	2,2%
Total	3.605	40,8%	5.227	59,2%	8.832	100,0%

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE.

Tabela 10 - Emigrantes do Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por sexo e faixa etária, 1995/2000.

Emigrantes na RRMBH, 1995/2000						
Grupo Etário	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
5-9 anos	924	5,4%	600	3,5%	1.524	8,8%
10-14 anos	758	4,4%	685	4,0%	1.443	8,4%
15-19 anos	770	4,5%	996	5,8%	1.766	10,3%
20-24 anos	822	4,8%	1.646	9,6%	2.468	14,3%
25-29 anos	1.000	5,8%	1.260	7,3%	2.260	13,1%
30-34 anos	957	5,6%	1.310	7,6%	2.267	13,2%
35-39 anos	845	4,9%	982	5,7%	1.827	10,6%
40-44 anos	575	3,3%	615	3,6%	1.190	6,9%
45-49 anos	529	3,1%	434	2,5%	963	5,6%
50-54 anos	193	1,1%	223	1,3%	416	2,4%
55-59 anos	134	0,8%	174	1,0%	308	1,8%
60-64 anos	118	0,7%	128	0,7%	246	1,4%
65 anos ou mais	246	1,4%	302	1,8%	548	3,2%
Total	7.871	45,7%	9.355	54,3%	17.226	100,0%

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Já em relação aos emigrantes da RRMBH em direção à capital Belo Horizonte, nota-se uma composição etária um pouco diferente da dos imigrantes, com predominância das mulheres, principalmente na fase adulto-jovem (20 a 40 anos); a presença de crianças (5 a 9) é, análogo ao caso dos imigrantes, expressiva nesses fluxos migratórios rumo a Belo Horizonte.

Considerando que a migração intrametropolitana enquadra-se na categoria de curta distância, a configuração ora apresentada - grande participação de crianças, de adulto-jovens e com equidade entre os sexos - fortalece a hipótese de uma migração de característica familiar na RRMBH, haja vista que a migração de natureza individual tende a prevalecer em fluxos de longas distâncias e motivados por questões estritamente relacionadas ao trabalho.

5.1.3 Diferenciais por idade

A idade, historicamente, constitui-se um dos principais fatores de seletividade da migração, tanto em populações que migram por motivo de trabalho quanto em

populações que migram por outros motivos. A migração seletiva por idade tem impactos diretos nas populações dos locais de origem e de destino - demanda por serviços de saúde, demanda por educação, dinâmica do mercado de trabalho, ou demanda por habitação etc. No caso específico da migração intrametropolitana, a seletividade por idade, principalmente se se tratar de migrantes em idade ativa para o trabalho, pode favorecer ou não uma determinada região, haja vista a grande responsabilidade social que hoje recai sobre os municípios em relação aos seus munícipes. Sendo assim, é sempre relevante, em estudos de migração, investigar, além dos fluxos migratórios, o diferencial por idade entre os migrantes.

Com o intuito de avaliar de forma sintética o resultado da diferença entre imigrantes e emigrantes de data fixa na RMBH, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, e a respectiva seletividade por idade, optou-se pelo uso da Taxa Líquida de Migração – TLM, por grupo etário. A TLM corresponde ao quociente entre o saldo migratório (SM) e a população observada ou esperada no final do período, enquanto o saldo migratório (SM) constitui, para determinado período, o resultado da diferença entre imigrantes e emigrantes de data fixa. O SM leva em consideração, também, os efeitos indiretos do fluxo de migração. Segundo Carvalho & Rigotti (1998), o saldo migratório mede a contribuição das migrações ao crescimento populacional do período.

Para este trabalho, calcularam-se as TLM's tendo, no denominador, a população observada no final do período. Para os grupos etários de 0 a 4 anos, para os quais não se têm as informações de migração, haja vista que o período de data fixa é de 5 anos, os Saldos Migratórios foram estimados pelo método de Lee, que consiste em multiplicar a soma dos Saldos Migratórios da localidade, referentes às mulheres em idade reprodutiva, pelas razões crianças/mulher observadas na população.

A TAB. 11 mostra as Taxas Líquidas de Migração na RMBH, por grupos etários, em relação a Belo Horizonte, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000.

Tabela 11 - Saldos Migratórios (SM's) e Taxas Líquidas de Migração (TLM's), por grupo etário, de Belo Horizonte para o Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RRMBH, 1986/1991 e 1995/2000.

Saldos Migratórios e População Total na RMBH, 1991-2000					Taxas Líquidas de Migração, por sexo e grupo etário, de Belo Horizonte para o Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte -RRMBH, 1986/91 e 1995/2000		
Grupo Etário	1986/1991		1995/2000		Grupo Etário	TLM (%)	
	SM	População	SM	População		TLM 1986/1991	TLM 1995/2000
0 - 4 anos	30.867	172.498	29.739	213.907	0 - 4 anos	17,9%	13,9%
5-9 anos	17.698	179.480	15.444	208.030	5-9 anos	9,9%	7,4%
10-14 anos	14.109	183.549	12.506	210.970	10-14 anos	7,7%	5,9%
15-19 anos	8.644	153.040	10.385	224.318	15-19 anos	5,6%	4,6%
20-24 anos	10.537	145.770	13.078	219.586	20-24 anos	7,2%	6,0%
25-29 anos	16.128	138.991	16.636	188.141	25-29 anos	11,6%	8,8%
30-34 anos	15.237	126.740	16.165	175.400	30-34 anos	12,0%	9,2%
35-39 anos	10.679	104.587	13.020	162.582	35-39 anos	10,2%	8,0%
40-44 anos	6.337	79.587	8.542	140.200	40-44 anos	8,0%	6,1%
45-49 anos	3.640	58.901	5.753	108.415	45-49 anos	6,2%	5,3%
50-54 anos	3.009	46.315	4.055	81.392	50-54 anos	6,5%	5,0%
55-59 anos	2.226	36.194	2.634	56.278	55-59 anos	6,2%	4,7%
60-64 anos	1.581	28.966	2.345	45.294	60-64 anos	5,5%	5,2%
65 anos ou mais	2.328	48.129	3.347	85.132	65 anos ou mais	4,8%	3,9%
Total	143.020	1.502.747	153.649	2.119.645	Total	9,5%	7,2%

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE.

Nota-se através da TAB.11 que a população da RRMBH, na comparação com Belo Horizonte, apresentou Taxas Líquidas de Migração positivas, em ambos os períodos analisados – 1986/1991 e 1995/2000 –, e ao longo de todos os grupos etários. Nota-se, também, que a TLM no período 1986/1991 foi superior à do período 1995/2000.

A configuração mostrada no TAB.11 revela, na RMBH, uma seletividade da migração por idade, com taxas positivas mais elevadas nas idades iniciais, conseqüência da predominância de famílias e, portanto, dos filhos no primeiros estágios do ciclo vital. Observa-se, ainda, uma queda da TLM nas idades juvenis (10 a 19 anos) e retomadas nas idades adulto-jovens (20-24 anos a 40-44 anos) – período de formação de famílias e ingresso no mercado de trabalho.

Em síntese, as análises do **subitem 5.1** revelam que a RRMBH, na interação com o núcleo metropolitano - Belo Horizonte - se caracterizara, nos períodos 1986/1991 e 1995-200, como receptora de população, com fluxos seletivos por idade e predominantemente de natureza familiar.

5.2. Fluxos migratórios e caracterização sociodemográfica dos imigrantes dos municípios do Eixo da Linha Verde.

Nesta seção 5.2 são avaliados os fluxos migratórios intrametropolitanos, com ênfase nos municípios do Eixo da Linha Verde; avalia-se, também, a caracterização sociodemográfica dos imigrantes dessa região.

Apresentam-se nas TAB.12, TAB.13 e TAB.14 os fluxos migratórios intrametropolitanos e com o interior de Minas, segundo os municípios do Eixo da Linha Verde, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000.

Tabela 12 – Lagoa Santa/Confins, fluxos migratórios intrametropolitanos e com o interior de Minas, 1986/1991 e 1995/2000.

Região de origem	Lagoa Santa e Confins*					
	1986/1991			1995/2000		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Belo Horizonte	1.698	302	1.396	2.715	516	2.199
Demais municípios da RMBH	1.041	580	462	1.279	798	481
Interior de Minas	1.606	317	1.289	1.954	498	1.456
Total	4.345	1.199	3.147	5.948	1.812	4.136

Fonte dos dados básicos: Censos Demográficos 1991 e 2000, IBGE.

Os municípios de Lagoa Santa e Confins tiveram saldos migratórios positivos com Belo Horizonte, Interior de Minas e demais municípios da RMBH em ambos os períodos – 1986/1991 e 1995/2000. Em Minas Gerais, Belo Horizonte é quem mais contribui no fornecimento de população para essas localidades. A participação do interior de Minas é também expressiva. Os demais municípios da RMBH também contribuíram, mas o núcleo metropolitano ainda se constitui a principal origem dos imigrantes de Lagoa Santa e Confins.

Tabela 13 – Pedro Leopoldo, fluxos migratórios intrametropolitanos e com o interior de Minas, 1986/1991 e 1995/2000.

Região de origem	Pedro Leopoldo					
	1986/1991			1995/2000		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Belo Horizonte	708	368	340	1.952	458	1.494
Demais municípios da RMBH	980	539	441	1.354	841	513
Interior de Minas	1.798	418	1.380	1.797	722	1.075
Total	3.487	1.326	2.161	5.103	2.021	3.082

Fonte dos dados básicos: Censos Demográficos 1991 e 2000, IBGE.

Na relação intrametropolitana e interior de Minas, o município de Pedro Leopoldo se apresentara como um receptor de população, haja vista seus saldos migratórios positivos com Belo Horizonte, interior de Minas e demais municípios da RMBH nos dois períodos analisados. No entanto, no período 1986/1991 a maior contribuição ainda era do interior de Minas, que injetara um montante de 1798 pessoas no município. No período 1995/2000, a maior contribuição no fornecimento de população para Pedro Leopoldo ficou a cargo do núcleo metropolitano, com um montante de 1952 pessoas se dirigindo para o referido município. Nota-se, ainda, que o fluxo total de migrantes intrametropolitanos e com o interior de Minas com Pedro Leopoldo aumentou em relação ao período 1986/1991, tendo o período 1995/2000 um saldo migratório total acrescido de aproximadamente 42,6% em relação ao período 1986/1991.

Tabela 14 – Vespasiano/São José da Lapa, fluxos migratórios intrametropolitanos e com o interior de Minas, 1986/1991 e 1995/2000.

Região de origem	Vespasiano e São José da Lapa**					
	1986/1991			1995/2000		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Belo Horizonte	6.585	357	6.228	8.565	691	7.874
Demais municípios da RMBH	1.899	1.171	728	2.617	2.736	-119
Interior de Minas	2.547	384	2.163	4.059	784	3.275
Total	11.031	1.911	9.120	15.241	4.211	11.030

Fonte dos dados básicos: Censos Demográficos 1991 e 2000, IBGE.

Em Vespasiano e São José da Lapa a contribuição de Belo Horizonte na composição populacional dessas localidades é a mais expressiva; isto se deve, provavelmente, à proximidade desses municípios com o núcleo metropolitano. O

interior de Minas, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, contribuiu muito nos fluxos migratórios de Vespasiano/São José da Lapa, majoritariamente fornecendo população para a região. Em relação ao demais municípios da RMBH, Vespasiano/São José da Lapa tiveram saldos migratórios positivos no período 1986/1991 e negativo no período posterior, 1995/2000, mas o volume desses fluxos migratórios foi expressivo, chegando a aproximar-se do volume observado na relação de Vespasiano/São José da Lapa com o interior de Minas nos períodos analisados, o que mostra tratar-se de localidades com uma significativa dinâmica populacional.

Das análises das TAB.12, TAB.13 e TAB.14 pode-se depreender que o Eixo da Linha Verde, nas duas últimas décadas, mostrou-se uma região com dinamismo populacional, com forte interação com o núcleo metropolitano e com saldos migratórios intrametropolitanos positivos, principalmente na relação com Belo Horizonte. Nota-se, também, que o Eixo da Linha Verde tivera uma expressiva mobilidade populacional com o interior do estado de Minas Gerais, embora não tão significativa quanto a mobilidade observada com a capital Belo Horizonte.

Na TAB 15, a seguir, apresentam-se as estruturas etárias relativas dos emigrantes de Belo Horizonte para os municípios do Eixo da Linha Verde, nos períodos 1996/1991 e 1995/2000.

Tabela 15 – Emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde, por sexo e faixa etária, 1986/1991.

Emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde - 1986/1991						
Grupo Etário	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
5-9 anos	885	9,8%	629	7,0%	1.514	16,8%
10-14 anos	568	6,3%	742	8,3%	1.310	14,6%
15-19 anos	396	4,4%	384	4,3%	780	8,7%
20-24 anos	302	3,4%	385	4,3%	687	7,6%
25-29 anos	563	6,3%	645	7,2%	1.208	13,4%
30-34 anos	574	6,4%	536	6,0%	1.110	12,4%
35-39 anos	358	4,0%	347	3,9%	705	7,8%
40-44 anos	291	3,2%	206	2,3%	497	5,5%
45-49 anos	172	1,9%	140	1,6%	312	3,5%
50-54 anos	120	1,3%	173	1,9%	293	3,3%
55-59 anos	118	1,3%	62	0,7%	180	2,0%
60-64 anos	61	0,7%	71	0,8%	132	1,5%
65 anos ou mais	148	1,6%	110	1,2%	258	2,9%
Total	4.556	50,7%	4.430	49,3%	8.986	100,0%

Fonte de dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE.

Tabela 16 – Emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde, por sexo e faixa etária, 1995/2000.

Emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde - 1995/2000						
Grupo Etário	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
5-9 anos	958	7,2%	791	6,0%	1.749	13,2%
10-14 anos	627	4,7%	603	4,6%	1.230	9,3%
15-19 anos	580	4,4%	669	5,1%	1.249	9,4%
20-24 anos	765	5,8%	726	5,5%	1.491	11,3%
25-29 anos	759	5,7%	894	6,8%	1.653	12,5%
30-34 anos	758	5,7%	835	6,3%	1.593	12,0%
35-39 anos	691	5,2%	717	5,4%	1.408	10,6%
40-44 anos	441	3,3%	432	3,3%	873	6,6%
45-49 anos	327	2,5%	263	2,0%	590	4,5%
50-54 anos	215	1,6%	226	1,7%	441	3,3%
55-59 anos	153	1,2%	176	1,3%	329	2,5%
60-64 anos	129	1,0%	155	1,2%	284	2,1%
65 anos ou mais	182	1,4%	165	1,2%	347	2,6%
Total	6.585	49,7%	6.652	50,3%	13.237	100,0%

Fonte de dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

No tocante à estrutura etária dos que se deslocaram de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, o que se nota é uma composição com predominância de crianças (5 a 9 anos) e adulto-jovens (20 a 40 anos), similar à composição observada nos fluxos de Belo Horizonte com a RRMBH como um todo. A presença de crianças, juntamente com adulto-jovens,

dá indícios de tratar-se de uma emigração do tipo familiar, nos quais os pais tomam a decisão de migrar e as crianças os acompanham.

A proximidade do Eixo da Linha Verde com o núcleo metropolitano, a pressão imposta ao mercado residencial de Belo Horizonte nos últimos tempos - decorrente, em parte, dos intensos fluxos migratórios, no sentido rural/urbano, observados nas décadas de 1960, 1970 e 1980 rumo à Capital -, e a evidente expansão urbana dos Vetores Norte e Norte Central de Belo Horizonte, nos quais estão inseridos os municípios do Eixo da Linha Verde, combinadas com emigração adulto-jovem (20 a 40 anos) - que coincide com o período de idade ativa laboral e fase de constituição de famílias - dão evidências de que a emigração de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde seja motivada, em grande parte, por condições de residência. Além disso, a proximidade geográfica e a disponibilidade de infra-estrutura de transporte – rodovias, transporte coletivo – favorecem o deslocamento diário de pessoas para exercício de atividades produtivas no núcleo, o que contribuem para a mobilidade residencial de Belo Horizonte para essa região.

Agora, considerando: a) que o acesso à residência no meio urbano se dê pelo preço da terra, lógica na qual os lugares mais urbanizados e providos de infra-estrutura urbana – serviços, lazer, comércio, atividades de renda, trabalho, capital etc – são mais valorizados que os lugares mais distantes dos núcleos e desprovidos de infra-estrutura urbana; b) que Belo Horizonte no período analisado – 1986/1991 a 1995/2000 – já se constituía um núcleo com alta seletividade de seus residentes; e c) que o Eixo da Linha Verde, nesse período, se encontrava provido de infra-estrutura básica de transporte – rodovia e disponibilidade de transporte coletivo -, e em processo de expansão urbana; torna-se plausível, no estudo da emigração de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde, avaliar a renda dos indivíduos que contribuem para essa mobilidade populacional intrametropolitana. Para tal, apresentam-se nas TAB.17 e TAB.18 as distribuições relativas dos emigrantes de data fixa de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde, segundo a renda da ocupação principal em salários mínimos, dos emigrantes com 10 ou mais de idade na data de referência dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 17- Faixa de rendimento da ocupação principal dos emigrantes de Belo Horizonte, com 10 anos ou mais de idade, para o Eixo da Linha Verde, 1991.

Rendimento em salários mínimos	Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte, 1991							
	Lagoa Santa e Confins		Pedro Leopoldo		Vespasiano e São José da Lapa		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
Até 1 SM	160	26,8%	112	34,7%	1.317	48,7%	1.589	43,8%
1 a 2 SM	142	23,8%	85	26,3%	693	25,6%	920	25,4%
2 a 3 SM	56	9,4%	16	5,0%	424	15,7%	496	13,7%
3 a 5 SM	79	13,2%	6	1,9%	189	7,0%	274	7,6%
5 a 10 SM	87	14,6%	56	17,3%	68	2,5%	211	5,8%
Mais de 10	73	12,2%	48	14,9%	13	0,5%	134	3,7%
Total	597	100,0%	323	100,0%	2.704	100,0%	3.624	100,0%

* Pessoas com idade igual ou maior a 10 anos

Fonte de dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE

Em 1991, os emigrantes de Belo Horizonte para os municípios do Eixo da Linha Verde eram em maioria com renda mensal de até dois salários mínimos; os emigrantes com destino a Lagoa Santa/Confins apresentaram uma distribuição de renda mais igualitária, com uma parcela significativa de pessoas com rendimentos entre 5 e 10 salários e com mais de 10 salários mínimos; em Pedro Leopoldo, houve uma dicotomia, com boa parcela dos emigrantes de rendimento de até 2 salários mínimos e outra parcela com rendimento entre 5 e 10 salários mínimos e com 10 ou mais; já nas localidades de Vespasiano/São José da Lapa predomina a baixa renda, com mais de 70% dos emigrantes de Belo Horizonte com rendimento principal inferior a 2 salários mínimos.

A distribuição da renda da ocupação principal dos emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde em 1991 revela uma heterogeneidade dos municípios: os municípios de Lagoa Santa/Confins recebem um público de renda mais elevada ao passo que os de Vespasiano/São José da Lapa recebem uma população majoritariamente de baixa renda; Pedro Leopoldo recebe os dois públicos, com uma nítida dicotomia interna – renda baixa e alta renda prevalecem e há poucos emigrantes nas faixas intermediárias de 2 a 5 salários mínimos.

Tabela 18 - Faixa de rendimento da ocupação principal dos emigrantes de Belo Horizonte, com 10 anos ou mais de idade, para o Eixo da Linha Verde, 2000.

Rendimento em salários mínimos	Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte, 2000							
	Lagoa Santa/Confins		Pedro Leopoldo		Vespasiano / São José da Lapa		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Até 1 SM	211	17,8%	159	20,0%	558	15,1%	928	16,4%
1 a 2 SM	209	17,7%	275	34,6%	1.385	37,5%	1.869	33,0%
2 a 3 SM	123	10,4%	95	12,0%	753	20,4%	971	17,1%
3 a 5 SM	179	15,1%	140	17,6%	650	17,6%	969	17,1%
5 a 10 SM	276	23,3%	75	9,4%	264	7,1%	615	10,8%
Mais de 10	185	15,6%	50	6,3%	84	2,3%	319	5,6%
Total	1.183	100,0%	794	100,0%	3.694	100,0%	5.671	100,0%

* Pessoas com idade igual ou maior a 10 anos

Fonte de dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Em 2000, a renda dos emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde mostrou-se mais regularmente distribuída entre as faixas, no entanto houve heterogeneidade entre os municípios. Em Lagoa Santa/Confins os grupos com rendimento entre 5 a 10 salários mínimos e com mais de 10 salários mínimos foram os mais representativos; em Pedro Leopoldo e Vespasiano/São José da Lapa os rendimentos mais significativos situaram-se nas faixas de até 2 salários mínimos.

Nas TAB.19 e TAB.20 e nos GRAF.1 e GRAF.2 apresentam-se as distribuições relativas dos emigrantes de data fixa de Belo Horizonte, com 20 anos ou mais de idade, para o Eixo da Linha, nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, segundo a escolaridade em anos de estudo. A restrição de idade igual ou superior a 20 anos se fundamenta no pressuposto de que aos 20 anos os indivíduos já tenham uma escolaridade formal mais bem definida, ao passo que em idade inferiores a 20 esta variável possa sofrer muitas modificações e, portanto, não ser um bom indicador.

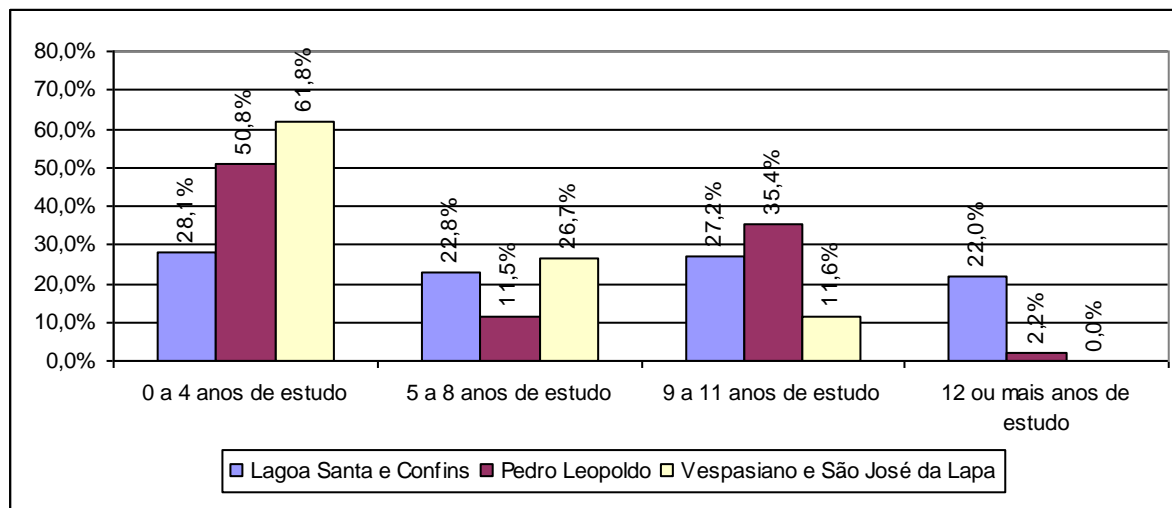
Tabela 19 - Faixa de escolaridade, em anos de estudo, dos emigrantes de Belo Horizonte, com 20 anos ou mais de idade, para os municípios do Eixo da Linha Verde, 1991.

Anos de estudo	Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte, 1991							
	Lagoa Santa e Confins		Pedro Leopoldo		Vespasiano e São José da Lapa		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
0 a 4 anos de estudo	294	39,1%	257	50,9%	2.368	61,8%	2.919	57,3%
5 a 8 anos de estudo	238	31,6%	58	11,5%	1.022	26,7%	1.318	25,9%
9 a 11 anos de estudo	284	37,8%	179	35,4%	444	11,6%	907	17,8%
12 ou mais anos de estudo	230	30,6%	11	2,2%	0	0,0%	241	4,7%
Total	752	100,0%	505	100,0%	3.834	100,0%	5.091	100,0%

* Pessoas com idade igual ou maior a 20 anos

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE.

Gráfico 1 - Distribuição relativa dos emigrantes de data fixa de Belo Horizonte, com 20 anos ou mais de idade, para os municípios do Eixo da Linha Verde, segundo a escolaridade, em anos de estudo, 1991.



Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE.

A escolaridade dos emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde no período 1986/1991 mostrou-se muito heterogênea entre os municípios da região estudada: as localidades de Lagoa Santa/Confins receberam camadas sociais com grau de instrução mais elevado, sendo que 22% desses possuíam 12 anos ou mais de estudos; em Pedro Leopoldo mais da metade dos emigrantes oriundos de Belo Horizonte possuíam até 4 anos de estudos, porém, boa parcela possuía 9 anos ou mais de estudo; já para Vespasiano/São José da Lapa emigraram de Belo Horizonte indivíduos, em sua maioria, de pouca instrução formal, com mais de 60% dessa população com somente até 4 anos de estudos.

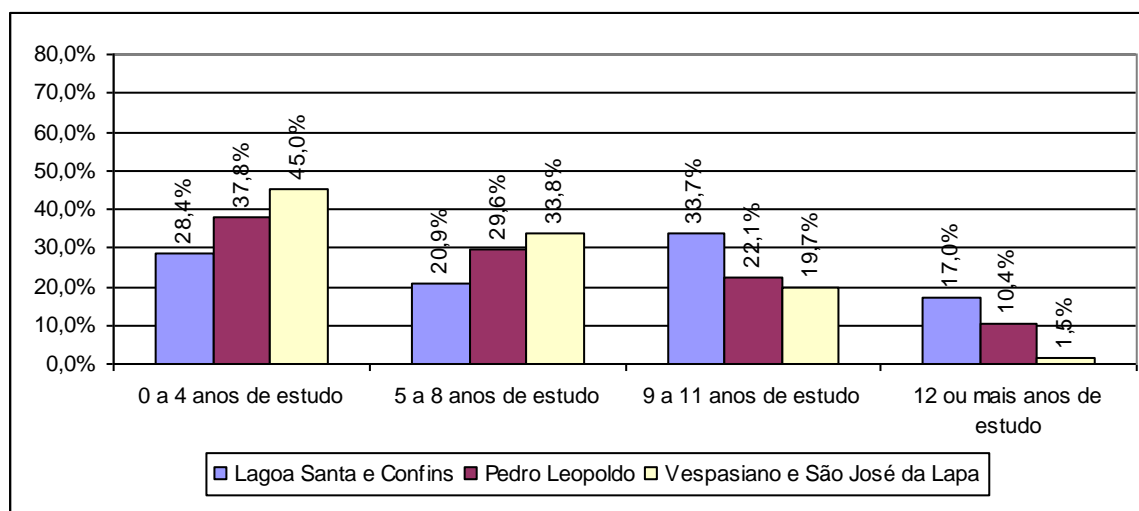
Tabela 20 - Faixa de escolaridade, em anos de estudo, dos emigrantes de Belo Horizonte, com 20 anos ou mais de idade, para os municípios do Eixo da Linha Verde, 2000.

Anos de estudo	Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte, 2000							
	Lagoa Santa e Confins		Pedro Leopoldo		Vespasiano e São José da Lapa		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
0 a 4 anos de estudo	533	28,4%	489	37,8%	2.600	45,0%	3.622	40,4%
5 a 8 anos de estudo	393	20,9%	383	29,6%	1.957	33,8%	2.733	30,5%
9 a 11 anos de estudo	633	33,7%	286	22,1%	1.138	19,7%	2.057	23,0%
12 ou mais anos de estudo	320	17,0%	134	10,4%	89	1,5%	543	6,1%
Total	1.879	100,0%	1.292	100,0%	5.784	100,0%	8.955	100,0%

* Pessoas com idade igual ou maior a 20 anos

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Gráfico 2 - Distribuição relativa dos emigrantes de data fixa de Belo Horizonte, com 20 anos ou mais de idade, para os municípios do Eixo da Linha Verde, segundo a escolaridade, em anos de estudo, 2000.



Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Em 2000, análogo ao período 1986/1991, a escolaridade dos emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde mostrou-se muito heterogênea entre os municípios da região estudada, porém com um ganho de escolaridade dos emigrantes. Lagoa Santa/Confins continuou a receber, relativamente, uma população mais bem instruída, com 33,7% de emigrantes na faixa de 9 a 11 anos de estudos e 17% com 12 anos ou mais, ou seja, mais da metade dos emigrantes com 9 anos ou mais estudos; em Pedro Leopoldo, a parcela de emigrantes de Belo Horizonte com 9 anos ou mais de estudos é da ordem 32,5%; já em

Vespasiano/São José da Lapa apenas 21,2% dos emigrantes possuía 9 anos ou mais estudos.

5.3. A mobilidade residencial na RMBH: o caso dos municípios no Eixo da Linha Verde

Esta seção se inicia com uma sucinta avaliação da procedência dos residentes da RMBH, segundo o núcleo e a periferia metropolitanos. Em seguida, são avaliados os fluxos de mobilidade residencial¹² intra-Belo Horizonte, segundo suas regionais administrativas, e os de Belo Horizonte com os municípios do Eixo da Linha Verde. Na terceira e última parte, há uma avaliação das condições de residência, no local de destino, dos indivíduos de Belo Horizonte que realizaram mobilidade residencial para o Eixo da Linha Verde.

Para a análise aqui proposta, adotou-se como base de dados a Pesquisa O/D 2001/2002, da Fundação João Pinheiro, que tem como vantagem, em relação ao Censo Demográfico, a possibilidade de avaliação da mobilidade residencial intramunicipal.

Na análise da mobilidade residencial intra-Belo Horizonte, o recorte espacial teve como ênfase a parte norte da Capital, aqui composta pelas regionais administrativas Pampulha, Venda Nova e Norte, que integram o Eixo da Linha Verde; aqui o que se buscou foi a interação desse recorte espacial – parte norte de Belo Horizonte – com as demais regiões administrativas da Capital.

Na abordagem intrametropolitana, a ênfase foi nos municípios que integram o Eixo da Linha Verde – Lagoa Santa/Confins, Pedro Leopoldo e Vespasiano/São José da Lapa; nesse recorte espacial, a busca foi pela identificação das regionais administrativas de Belo Horizonte que mais contribuíram nos fluxos de mobilidade residencial para o Eixo da Linha Verde.

¹² Utilizou-se o termo mobilidade residencial com o intuito de o distinguir do conceito formal de migração, que considera o deslocamento entre municípios. Como aqui há, também, análise dos deslocamentos intramunicipais, em especial entre as regionais administrativas de Belo Horizonte, optou-se pelo uso do termo mobilidade residencial. No entanto, quando a mobilidade residencial transcende os limites municipais, os termos mobilidade residencial e migração se equivalem.

Nessa parte do trabalho, houve um recorte temporal de 15 anos em relação ao ano de referência da pesquisa, 2001; assim os saldos das trocas de mobilidade residencial intra-Belo Horizonte e intrametropolitana representam os fluxos de mobilidade ocorridos no período 1986-2001.

5.3.1. Procedência dos residentes da RMBH que declararam local de residência anterior à RMBH.

Na Pesquisa O/D 2001/2002, da Fundação João Pinheiro, a pergunta “Onde morava antes de vir para a RMBH?” possibilita identificar a procedência – região de moradia anterior - dos residentes da RMBH, o que é importante nesse estudo para um melhor entendimento dos fluxos atuais de mobilidade residencial intrametropolitano, principalmente dos fluxos em direção ao Eixo da Linha Verde, haja vista que a dinâmica populacional intrametropolitana na RMBH, historicamente, sofre influência de demais regiões do estado de Minas Gerais e do Brasil como um todo. Posto isto, tem-se neste item uma sucinta avaliação da procedência dos residentes da RMBH no período 1986-2001.

Apresenta-se na TAB. 21 a distribuição relativa do destino, segundo a residência atual no núcleo ou periferia metropolitanos e o tempo de moradia na RMBH, dos indivíduos que declararam, no ano de 2001, residência anterior à RMBH.

Tabela 21 - Distribuição do tempo de residência na RMBH, em última etapa de mobilidade residencial, segundo o local de destino, dos indivíduos que declararam local de residência anterior à RMBH, 2001.

Tempo de residência na RMBH	Núcleo (Belo Horizonte)		Periferia (RRMBH)		Total (RMBH)	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Até um ano	51.014	3,1%	37.979	2,3%	88.994	5,4%
De 1 a 5 anos	117.682	7,1%	109.274	6,6%	226.956	13,8%
De 6 a 10 anos	120.335	7,3%	133.473	8,1%	253.809	15,4%
De 11 a 15 anos	104.938	6,4%	130.397	7,9%	235.336	14,3%
De 16 a 20 anos	115.981	7,0%	113.360	6,9%	229.341	13,9%
De 21 a 25 anos	110.996	6,7%	97.002	5,9%	207.998	12,6%
Mais de 25 anos	261.809	15,9%	144.090	8,7%	405.898	24,6%
Total	882.755	53,6%	765.576	46,4%	1.648.331	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

No ano de 2001, conforme mostra a TAB.21, havia na RMBH um total de 1.648.331 habitantes oriundos de outras regiões do estado de Minas Gerais ou de outras partes do país ou do exterior, dos quais 53,6% residiam no núcleo metropolitano e 46,4% na região periférica da metrópole. Além disso, nota-se que para os imigrantes com mais de 25 anos de residência no local de destino, havia uma maior parcela relativa (15,9%) desses imigrantes residindo no núcleo e uma parcela bem menor (8,7%) na periferia. Esses resultados sugerem que o núcleo metropolitano retém boa parte dos migrantes que consegue se estabelecer na RMBH. Não obstante, é importante observar que a diferença relativa entre núcleo e periferia vem diminuindo nos últimos tempos, haja vista que nos grupos de imigrantes com até 25 anos de residência na RMBH as proporções são similares ao passo que nos grupos com mais de 25 anos prevalece a concentração no núcleo metropolitano.

Os resultados da TAB.21 corroboram a hipótese de que metrópole mineira está cada vez mais seletiva em relação a seus residentes, principalmente em relação aos imigrantes que nela tentam se inserir. Além disso, a presença expressiva de imigrantes da RMBH na periferia metropolitana sugere que a metrópole gera regiões urbanizadas no seu entorno - as regiões metropolitanas (Monte-Mór, 2005), acomodando nesse entorno, em especial, os menos preparados para se manter no núcleo metropolitano (Smolka, 1992).

A TAB.22, a seguir, mostra que o tempo mediano de moradia dos imigrantes na RMBH era, em 2001, de 18 anos, para os residentes no núcleo, e de 15 anos, para os residentes na RMBH, respectivamente.

Tabela 22 - Tempo médio e mediano de residência, no local de destino de última etapa de mobilidade residencial na RMBH, dos indivíduos que declararam local de residência anterior à RMBH, 2001.

Destino de última etapa na RMBH	Tempo de residência (anos completos)	
	Média	Mediana
Belo Horizonte (núcleo)	19	18
RRMBH (periferia)	16	15

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Nas TAB.23 e TAB.24 apresentam-se as distribuições relativas da mobilidade residencial para Belo Horizonte e RRMBH, segundo a procedência - regiões de residência anterior à RMBH – dos indivíduos com 15 anos ou menos de residência no domicílio. O recorte temporal de 15 anos completos de residência no domicílio compreende a mobilidade residencial do período 1986-2001, que é também o período de análise dos dados de migração dos Censos Demográficos 1991 e 2000 usados neste estudo, que captam os fluxos migratórios de data fixa dos períodos 1986/1991 e 1995/2000, respectivamente.

Tabela 23 – Belo Horizonte - Distribuição relativa da mobilidade residencial, segundo a região de moradia anterior à RMBH, 1986-2001.

Região de origem anterior à RMBH		Local de destino (última etapa): Belo Horizonte	
		Frequência	%
Interior de Minas	Vale do Rio Doce	60.231	15,3%
	Região Central (Metalúrgica e das Vertentes)	55.763	14,2%
	Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri	42.002	10,7%
	Zona da Mata	30.213	7,7%
	Norte de Minas	24.924	6,3%
	Colar metropolitano	22.276	5,7%
	Região Centro Oeste Alto São Francisco	21.719	5,5%
	RMBH - outro município	10.224	2,6%
	Sul de Minas	9.775	2,5%
	Alto Paranaíba	4.949	1,3%
	Triângulo mineiro	3.651	0,9%
	Noroeste, Paracatu	2.508	0,6%
Outra UF		102.101	25,9%
Exterior		3.634	0,9%
Total		393.970	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Tabela 24 – RRBH - Distribuição relativa da mobilidade residencial, segundo a região de moradia anterior à RMBH, 1986-2001.

Região de origem anterior à RMBH		Local de destino (última etapa):	
		RRMBH	
		RRMBH	%
Interior de Minas	Vale do Rio Doce	88.577	21,5%
	Região Central (Metalúrgica e das Vertentes)	51.270	12,5%
	Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri	41.297	10,0%
	Zona da Mata	32.697	8,0%
	Colar metropolitano	27.620	6,7%
	Norte de Minas	25.365	6,2%
	Região Centro Oeste Alto São Francisco	15.291	3,7%
	RMBH - outro município	7.964	1,9%
	Sul de Minas	6.939	1,7%
	Noroeste, Paracatu	4.744	1,2%
	Alto Paranaíba	3.820	0,9%
	Triângulo mineiro	1.984	0,5%
Outra UF		102.524	24,9%
Exterior		1.032	0,3%
Total		411.124	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Em 2001, tanto no núcleo quanto na periferia metropolitana, os residentes que declararam residência anterior à RMBH procediam, em grande parte, do interior de Minas – principalmente da Região Central (Metalúrgica e das Vertentes), da Zona da Mata e dos Vales do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri – e também de outras Unidades Federativas. No Eixo da Linha Verde, conforme mostra a TAB.25, a seguir, essas regiões foram, também, as que mais contribuíram na mobilidade residencial no período 1986-2001.

Tabela 25 - Eixo da Linha Verde - Distribuição relativa da mobilidade residencial, segundo a região de moradia anterior à RMBH, 1986-2001.

Região de origem anterior à RMBH		Local de destino (última etapa): Eixo da Linha Verde	
		Frequência	%
Interior de Minas	Vale do Rio Doce	5.821	18,4%
	Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri	3.725	11,8%
	Região Central (Metalúrgica e das Vertentes)	3.174	10,0%
	Colar metropolitano	2.380	7,5%
	Zona da Mata	2.272	7,2%
	Norte de Minas	2.104	6,7%
	Região Centro Oeste Alto São Francisco	1.062	3,4%
	RMBH - outro município	828	2,6%
	Sul de Minas	489	1,5%
	Triângulo mineiro	314	1,0%
	Noroeste, Paracatu	82	0,3%
Alto Paranaíba	12	0,0%	
Outra UF	9.318	29,5%	
Exterior	51	0,2%	
Total	31.630	100,0%	

Fonte de dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

A expressiva parcela de habitantes da RMBH, oriundos de outras regiões do estado de Minas Gerais ou de outras partes do país ou do exterior, residindo fora do núcleo metropolitano – conforme TAB. 21, cerca de 46,4% estão na região periférica da metrópole – atenua a discussão acerca da reemigração na metrópole mineira, uma vez que os núcleos metropolitanos (as capitais), em geral, é que são os locais destinos das migrações internas rumos aos aglomerados metropolitanos. Desses resultados da imigração da RRMBH, deriva o questionamento: os imigrantes da RRMBH são reflexos de um processo de reemigração na metrópole mineira? Ou seja, esses imigrantes da RRMBH, oriundos do interior de Minas ou de outras partes do país, têm Belo Horizonte como etapa intermediária de migração antes de se dirigirem para os municípios do entorno da capital Mineira? Para discorrer acerca da possibilidade de reemigração na RMBH, parece plausível investigar a contribuição de Belo Horizonte na mobilidade residencial para a RRMBH e, também, quantos desses indivíduos já tiveram alguma experiência migratória antes de se dirigirem para a periferia metropolitana. Em síntese, torna-se pertinente investigar se é expressiva a parcela destes imigrantes da RRMBH que passa pelo núcleo antes de se dirigir para a periferia metropolitana.

Apresenta-se na TAB. 26 o número de residentes da RRBH, com até 15 completos de residência no domicílio, que residiam anteriormente em Belo Horizonte, segundo os vetores de expansão da RMBH; tem-se também a parcela desses residentes que declararam, em 2001, residência anterior à RMBH em algum momento.

Tabela 26 - Residentes da RRBH que residiam anteriormente em Belo Horizonte, segundo os vetores de expansão da RMBH e declaração de residência anterior à RMBH, 1986-2001.

Local de residência na RRBH		Residiam anteriormente em Belo Horizonte	Residiam anteriormente em Belo Horizonte e declararam residência anterior à RMBH.	%
Vetor	Municípios	(A)	(B)	(C= B/A)
Oeste	Contagem, Betim, Ibirité, Mário Campos e Sarzedo	119.840	44.505	37,1%
Norte Central	Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano	98.493	37.051	37,6%
Norte	Baldim, Campim Branco, Confins, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova União, Pedro Leopoldo e Taquaraçu de Minas	7.979	2.397	30,0%
Leste	Caeté e Sabará	13.776	4.002	29,1%
Sul	Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Rio Manso	5.963	1.689	28,3%
Sudeste	Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas.	9.962	4.352	43,7%
Total RRBH		256.013	93.996	36,7%

Fonte de dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

No ano de 2001 havia na RRBH um total de 256.013 pessoas que residiram anteriormente em Belo Horizonte há 15 anos ou menos, ou seja, pessoas que realizaram mobilidade residencial de Belo Horizonte rumo à RRBH no período 1986-2001. Desse montante, 93.996 (36,7%) pessoas declararam residência anterior à RMBH, ou seja, já tinham, à época da mobilidade residencial para a periferia metropolitana, alguma experiência migratória. Nota-se, também, que os Vetores Oeste e Norte Central foram, juntos, responsáveis por cerca de 85,3% dessa mobilidade residencial de Belo Horizonte para a RRBH: do total de 256.013 habitantes, 119.840 (46,8%) estavam no Vetor Oeste e 98.493 (38,5%) no Vetor Norte Central. Observa-se, também, que os Vetores Sudoeste, Oeste e Norte Central foram os que apresentaram maiores proporções de pessoas que declararam residência anterior à RMBH: Sudoeste (43,7%), Oeste (37,1%) e Norte Central (37,6%). Nota-se, ainda, que o Vetor Sul, considerado um espaço

de residência que atrai camadas sociais mais abastadas, foi o que apresentou menor proporção (28,3%) de pessoas oriundas de Belo Horizonte que declararam residência anterior à RMBH no período 1986-2001.

Considerando: a) que o Vetor Oeste, que contém municípios industriais, tais como Contagem e Betim, e, portanto, constitui-se um espaço de produtividade na RMBH (Soares, 2006; Camargos, 2006), juntamente com o Vetor Norte Central, que tem sido considerado “cidade-dormitório”, ou seja, espaço de residência, (Brito e Souza, 2005) são os vetores que mais contribuiram para a mobilidade residencial do núcleo para a periferia; b) que estes mesmos vetores são, também, os com maiores proporções de pessoas com alguma experiência migratória; c) que parcela expressiva dos imigrantes da RMBH são oriundos de regiões de pouca pujança econômica, tais como as regiões dos Vales do Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri e outras (Matos, 1995); d) que o mercado imobiliário da Capital mineira controla o acesso à terra urbana, mediante a lógica de seleção do acesso ao imóvel pelo preço da terra (Costa, 2004; Moura, 1994; Mendonça, 2004); e) que o mercado de trabalho na RMBH é moderno e competitivo, fazendo com que boa parte da população, inclusive a dos próprios belo-horizontinos, tenha rendimentos econômicos aquém do exigido para um espaço urbano moderno; f) e que o Estado, através de financiamento de imóveis populares, tem favorecido a ocupação da periferia metropolitana, principalmente por população de baixa renda (Bórgus, 1988; Brito e Souza, 2005; Souza, 2008); pode-se depreender que em Belo Horizonte parece haver uma seleção de seus residentes, redistribuindo para a sua periferia, de forma segregada, os diversos grupos sociais, em especial os indivíduos com alguma experiência migratória e que tentam se estabelecer na Capital em busca de melhores condições econômicas e de sobrevivência. Conforme observa Martine (1980), a contribuição da reemigração parece ser uma componente mais expressiva que a mortalidade na evasão nas grandes cidades (Martine, 1980).

5.3.2. Mobilidade residencial intrametropolitana na RMBH

O núcleo metropolitano da RMBH, Belo Horizonte, tem sido o responsável por boa parte da imigração do Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte –

RMBH. É importante ressaltar que esta não é uma característica peculiar da RMBH, e, sim, também, de várias Regiões Metropolitanas – RM's brasileiras, uma vez que nos aglomerados metropolitanos brasileiros tem havido, nas últimas décadas, um enorme processo de descentralização espacial, tanto de atividades produtivas quanto de residências. A valorização do espaço urbano nos núcleos faz com que empresas se desloquem para os municípios do entorno das capitais, em busca de terras extensas para expansão de suas atividades; essa mesma valorização faz com que os diversos grupos sociais, em especial os de menor poder aquisitivo, se desloquem para as periferias metropolitanas, com a finalidade de resolver as questões de moradia; os grupos sociais mais abastados também se deslocam, em menor quantidade, para as periferias, motivados, na maioria das vezes, pela busca por um local mais tranquilo, seguro e de melhor bem-estar.

Com o intuito de melhor entender a contribuição de Belo Horizonte no processo de expansão residencial da RRMBH, apresentam-se na TAB.27 os fluxos de mobilidade residencial de Belo Horizonte para os vetores de expansão da RRMBH, segundo as regionais administrativas de Belo Horizonte, no período 1986-2001.

Tabela 27 – Mobilidade residencial de Belo Horizonte para o Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RRBH, segundo regiões administrativas de Belo Horizonte, no período 1986-2001.

Mobilidade residencial de Belo Horizonte para a RRBH, 1986-2001									
Região de residência anterior em Belo Horizonte (origem)	Vetor de residência atual (2001) na RMBH (destino)							Total por Local de Residência anterior (origem)	%
	Oeste	Norte Central	Norte	Leste	Sul	Sudoeste			
1-Centro-Sul	3.937	7.400	958	1.305	2.601	804	17.005	6,6%	
2 -Oeste	20.725	6.225	1.068	717	527	469	29.731	11,6%	
3 -Barreiro	37.404	3.729	446	284	1.294	2.093	45.250	17,7%	
4-Noroeste	25.494	15.772	1.195	180	354	2.644	45.639	17,8%	
5 -Pampulha	6.922	5.263	535	50	248	437	13.455	5,3%	
6 -Leste	8.601	15.069	862	4.134	594	378	29.638	11,6%	
7 -Nordeste	8.290	13.524	1.250	5.913	103	1.501	30.581	11,9%	
8-Venda Nova	6.189	20.866	723	436	215	1.437	29.866	11,7%	
9-Norte	2.280	10.643	944	758	29	196	14.850	5,8%	
Total	119.842	98.491	7.981	13.777	5.965	9.959	256.015	100,0%	
%	46,8%	38,5%	3,1%	5,4%	2,3%	3,9%	100,0%	-	

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Conforme já se havia observado anteriormente, os dados da TAB.27 mostram que os Vetores Oeste e Norte Central são os vetores que mais absorvem população que emigra de Belo Horizonte rumo à RRBH; juntos esses vetores absorvem mais de $\frac{3}{4}$ da população que emigra da Capital. A explicação pela influência desses vetores se baseia em três grandes fatores: i) proximidade geográfica; tanto o vetor Oeste quanto o Norte Central são os mais próximos de Belo Horizonte; ii) as características econômicas; o Vetor Oeste, devido aos investimentos em infra-estrutura industrial, iniciados ainda na década de 1950, na fase de industrialização brasileira, é um dos pólos da produtividade da RMBH e do estado de Minas Gerais como um todo; o Vetor Norte Central, em função dos investimentos estatais em habitação, principalmente a oferta de conjunto habitacionais de baixa renda, bem como em função a ação do mercado imobiliário, que tem ofertado loteamentos baratos e com preços acessíveis a boa parte da população, tem-se caracterizado como um espaço residencial das classes sociais de menor positivo; e c) a infra-estrutura de transporte; há muitos anos essas regiões são providas de grandes vias de acesso – Av. Amazonas e Via Expressa (Oeste); Av. Antônio Carlos e Av. Cristiano Machado (Norte

Central) – e de transporte coletivo, que facilitam o deslocamento diário das pessoas, permitindo, inclusive, que elas residam em um desses locais e trabalhem no núcleo ou vice-versa.

Na TAB. 28 apresentam-se os fluxos de mobilidade residencial entre as regionais administrativas de Belo Horizonte, com ênfase nas regionais que integram o Eixo da Linha Verde – a parte Norte de Belo Horizonte.

Tabela 28– Fluxos de mobilidade residencial entre a parte Norte de Belo Horizonte e as demais regiões administrativas da Capital, 1986-2001.

Residência anterior (Belo Horizonte)	Residência atual (2001)											
	Pampulha			Venda Nova			Norte			Total		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
1-Centro-Sul	3.620	1.857	1.763	1.925	432	1.493	3.075	257	2.818	8.620	2.546	6.074
2-Oeste	2.736	1.159	1.577	3.658	617	3.041	1.487	1.183	304	7.881	2.959	4.922
3-Barreiro	911	1.411	-500	1.711	836	875	183	931	-748	2.805	3.178	-373
4-Noroeste	15.333	4.270	11.063	5.970	3.277	2.693	5.582	1.457	4.125	26.885	9.004	17.881
5-Leste	3.190	1.285	1.905	6.830	346	6.484	5.954	1.869	4.085	15.974	3.500	12.474
6-Nordeste	4.554	2.757	1.797	3.145	2.247	898	12.782	4.359	8.423	20.481	9.363	11.118
Total	30.344	12.739	17.605	23.239	7.755	15.484	29.063	10.056	19.007	82.646	30.550	52.096
7-Pampulha	-	-	-	4.714	4.463	251	1.285	5.064	-3.779	5.999	9.527	-3.528
8-Venda Nova	4.463	4.714	-251	-	-	-	5.064	5.808	-744	9.527	10.522	-995
9-Norte	3.805	1.285	2.520	5.808	5.064	744	-	-	-	9.613	6.349	3.264

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Observa-se, através da TAB.28, no recorte intra-Belo Horizonte, que o Eixo da Linha Verde – parte Norte de Belo Horizonte - apresentou saldo positivo de mobilidade residencial com quase todas as demais regiões administrativas da Capital. A Regional Pampulha só apresentou saldo negativo com a Regional Barreiro; a Regional Venda Nova apresentou saldo positivo com todas as demais; já a Regional Norte apresentou saldos negativos com as Regionais Oeste e Barreiro. Os dados da TAB.28 mostram que a parte Norte de Belo Horizonte estivera em franca expansão urbana nas duas últimas décadas, recebendo, principalmente das Regionais Noroeste, Leste e Centro-Sul de Belo Horizonte, um expressivo contingente populacional.

Esses resultados da TAB.28, combinados com os da TAB.27, sugerem que o movimento de descentralização residencial urbana na RMBH, do núcleo rumo à periferia, ocorre tanto no interior do núcleo – Intra-Belo Horizonte - quanto nas extremidades - Intrametropolitana.

5.3.3. Mobilidade residencial entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde

Nas análises dos Censos Demográficos 1991 e 2000, do IBGE, verificou-se que os municípios do Eixo da Linha Verde tiveram saldos migratórios, data fixa, positivos em relação a Belo Horizonte. Agora, usou-se a Pesquisa OD 2001, da Fundação João Pinheiro, com o objetivo de identificar as regiões de Belo Horizonte que mais contribuíram para essa mobilidade residencial rumo ao Eixo da Linha Verde. Antes de prosseguir com as análises, é importante mencionar as diferenças metodológicas entre as duas avaliações.

Na avaliação dos dados Censos Demográficos 1991 e 2000, os saldos migratórios eram de data fixa, ou seja, referiam-se aos indivíduos sobreviventes que há cinco anos atrás residiam em município diferente do município de residência na data da pesquisa. Já na avaliação da Pesquisa OD 2001, os saldos de mobilidade residencial são resíduos de última etapa, ou seja, referem-se aos indivíduos sobreviventes, em 2001, com até 15 anos completos de residência no domicílio, e que declararam, em última etapa de mobilidade residencial, endereço anterior em jurisdição político-administrativa diferente da de residência na data da pesquisa. Além disso, na Pesquisa OD considera-se a mobilidade intramunicipal ao passo que nos censos demográficos só considera a mobilidade residencial se houver mudança de município.

Apresentam-se na TAB.29 os fluxos de mobilidade residencial entre os municípios do Eixo da Linha Verde e as regionais administrativas de Belo Horizonte, no período 1986-2001.

Tabela 29 – Fluxos de mobilidade residencial entre os municípios do Eixo da Linha Verde e as regiões administrativas de Belo Horizonte, 1986-2001.

Residência anterior (Belo Horizonte)	Residência atual (2001)											
	Lagoa Santa/Confins			Pedro Leopoldo			Vespasiano/São José da Lapa			Total		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
1-Centro-Sul	888	138	750	16	45	-29	2.317	0	2.317	3.221	183	3.038
2-Oeste	406	210	196	432	0	432	1.663	0	1.663	2.501	210	2.291
3-Barreiro	159	0	159	266	0	266	742	109	633	1.167	109	1.058
4-Noroeste	726	41	685	84	107	-23	2.685	78	2.607	3.495	226	3.269
5-Leste	314	142	172	251	0	251	1.786	30	1.756	2.351	172	2.179
6-Nordeste	364	0	364	610	48	562	1.909	1.620	289	2.883	1.668	1.215
7-Pampulha	197	0	197	18	0	18	1.521	406	1.115	1.736	406	1.330
8-Venda Nova	497	252	245	0	0	0	4.997	1.314	3.683	5.494	1.566	3.928
9-Norte	505	149	356	163	0	163	1.535	99	1.436	2.203	248	1.955
Total	4.056	932	3.124	1.840	200	1.640	19.155	3.656	15.499	25.051	4.788	20.263

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Em Lagoa Santa/Confins, as Regionais Noroeste e Centro-Sul de Belo Horizonte foram as que mais contribuíram com fornecimento de população para a região; já nos fluxos com a Regional Venda Nova, a localidade Lagoa Santa/Confins tivera saldos negativos; com as demais, os saldos foram positivos, porém em quantidades bem inferiores aos das Regionais Noroeste e Centro-Sul. Isto sugere que Lagoa Santa/Confins tende a absorver populações das regionais mais antigas, mais urbanizadas, mais próximas do Centro da Capital e, portanto, mais valorizadas de Belo Horizonte, ou seja, há indícios de predomínio de uma mobilidade residencial de camadas sociais mais abastadas em direção a Lagoa Santa/Confins. Isto talvez se explique pela forma de atuação do mercado imobiliário, que tem reservado a região para a construção de condomínios fechados, sítios luxuosos e residências de alto padrão, o que inibe a inserção dos indivíduos de baixa renda.

Em Pedro Leopoldo, houve muitas frequências nulas por regionais, o que comprometeu um pouco a análise. É importante ressaltar que esses valores nulos não significam ausência de mobilidade, mas sim que não foram captadas pela amostragem. De qualquer forma, os dados sugerem que os fluxos foram menos expressivos, pois, caso contrário, essas regionais teriam sido mais bem representadas na amostra. Contudo, ainda se pode apontar que Pedro Leopoldo tivera saldos positivos mais expressivos com a Regional Nordeste e negativos com a Regional Noroeste.

Em Vespasiano/São José da Lapa, os saldos de mobilidade residencial com Belo Horizonte foram positivos em todas as regionais administrativas, o que caracteriza essa localidade como receptora de população do núcleo metropolitano. É nítida a contribuição da Regional Venda Nova nos fluxos de mobilidade residencial com Vespasiano, tanto em volume quanto em saldos positivos; isto possivelmente se explica pela proximidade geográfica – a Regional Venda Nova é limítrofe com Vespasiano – e pelas características das duas regiões, haja vista que ambas têm histórico de expansão urbana que favorecem mobilidade residencial de camadas sociais menos favorecidas, com grandes investimentos do Estado na oferta de conjuntos habitacionais de baixa renda, tais como os conjuntos Serra Verde e Minas Caixa, em Venda Nova, e os conjuntos Morro Alto, Caieiras e Célvia, em Vespasiano.

Na TAB.30 apresentam-se os fluxos de mobilidade residencial dos municípios do Eixo da Linha com os demais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Tabela 30 - Fluxos de mobilidade residencial entre os municípios do Eixo da Linha Verde e demais municípios da RRMBH, 2001.

Residência anterior (RRMBH)	Residência atual (2001)											
	Lagoa Santa/Confins			Pedro Leopoldo			Vespasiano/São José da Lapa			Total		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
RRMBH	1.109	91	1.018	1.213	1.187	26	3.767	2.643	1.124	6.089	3.921	2.168

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Na comparação com os demais municípios da RMBH, o Eixo da Linha Verde apresentou saldo total positivo de mobilidade residencial, ou seja, a região mais ganhou do que perdeu população para esses municípios.

5.3.1. Condições de residência, no local de destino, dos indivíduos com endereço anterior em Belo Horizonte.

Nesta subseção são avaliadas as condições de residência, no local de destino, dos indivíduos que se deslocaram de Belo Horizonte rumo aos municípios do Eixo da Linha Verde, no período 1986-2001. O intuito desta análise é levantar algumas hipóteses robustas acerca do padrão de mobilidade residencial que predomina no

Eixo da Linha Verde, ou seja, se se trata de uma emigração de Belo Horizonte de estratos sociais que buscam qualidade de vida – mobilidade dos ricos – ou se se trata de segmentos que almejam menores custos de vida – mobilidade dos pobres. Aqui, almeja-se, também, investigar se há, no tocante às condições de residência, diferenças intra-Eixo da Linha Verde.

Na TAB. 31 apresenta –se a distribuição dos emigrantes de Belo Horizonte rumo aos municípios do Eixo da Linha Verde, segundo o tipo de residência do indivíduo na região.

Tabela 31 – Distribuição dos indivíduos com endereço anterior em Belo Horizonte, segundo o tipo de residência no local de destino, 1986-2001.

Local de residência (Eixo da Linha Verde)	Tipo de residência					
	Condomínio		Domicílio isolado		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Lagoa Santa/Confins	151	4,0%	3.671	96,0%	3.822	100,0%
Pedro Leopoldo	0	0,0%	1.840	100,0%	1.840	100,0%
Vespasiano/São José da Lapa	1.179	6,2%	17.978	93,8%	19.157	100,0%
Total	1.330	5,4%	23.489	94,6%	24.819	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Observa-se um predomínio do domicílio isolado em todos os municípios que compõem a região, o que sugere tratar-se de uma emigração com pouca interferência do mercado imobiliário formal, cuja tendência atual é a de oferecer, principalmente nos locais mais densamente povoados, imóveis na forma de condomínios horizontais ou verticais.

Apresenta-se na TAB.32 a distribuição dos emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde, segundo o regime de ocupação do imóvel no local de destino.

Tabela 32 – Distribuição dos indivíduos com endereço anterior em Belo Horizonte, segundo o regime de ocupação do imóvel no local de destino, 2001.

Local de residência (Eixo da Linha Verde)	Regime de ocupação do imóvel, 2001					
	Próprio		Alugado/cedido		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
Lagoa Santa/Confins	3.574	88,1%	481	11,9%	4.055	100,0%
Pedro Leopoldo	1.754	78,2%	489	21,8%	2.243	100,0%
Vespasiano/São José da Lapa	18.032	94,1%	1.124	5,9%	19.156	100,0%
Total	23.360	91,8%	2.094	8,2%	25.454	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Em todos os municípios do Eixo da Linha Verde, predomina para os emigrantes de Belo Horizonte o regime de ocupação próprio (pago ou em pagamento) do imóvel.

Na TAB.33 apresenta-se o grau de acesso a serviços básicos de infra-estrutura urbana dos emigrantes de Belo Horizonte que se deslocaram rumo ao Eixo da Linha Verde.

Tabela 33 - Acesso a serviços básicos de infra-estrutura, no local de destino, dos indivíduos que residiam anteriormente em Belo Horizonte, 2001.

Local de residência (Eixo da Linha Verde)	Acessos a serviços básicos de infra-estrutura (%), 2001.				
	Energia elétrica	Água da rede pública	Esgoto rede pública	Coleta de lixo	Pavimentação do logradouro
Lagoa Santa/Confins	100,0%	100,0%	34,2%	100,0%	83,6%
Pedro Leopoldo	100,0%	96,3%	51,6%	96,3%	91,5%
Vespasiano/São José da Lapa	98,5%	100,0%	30,0%	67,9%	53,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Nota-se que praticamente a totalidade dos domicílios dos emigrantes de Belo Horizonte são providos de energia elétrica e de água da rede pública. O serviço básico mais precário nos domicílios dos emigrantes da Capital é o esgoto de rede pública, com acesso inferior a 50% em todos os municípios que compõem o Eixo da Linha Verde. O serviço de coleta de lixo apresentou-se com uma cobertura expressiva nos municípios de Lagoa Santa/Confins e Pedro Leopoldo, mas um tanto precário em Vespasiano/São José da Lapa, com apenas 67,9% de cobertura nessa localidade. Em relação ao acesso a logradouros pavimentados, os emigrantes com destino a Lagoa Santa/Confins e a Pedro Leopoldo estão mais

bem servidos, com mais de 80% dos domicílios providos dessa infra-estrutura básica; já em Vespasiano, apenas 53% dos domicílios dos emigrantes de Belo Horizonte para a região contavam com logradouros pavimentados.

A análise das condições de residência dos emigrantes de Belo Horizonte rumo aos municípios do Eixo da Linha Verde sugerem alguns perfis característicos. Os domicílios dos emigrantes de Belo Horizonte que se deslocaram para Lagoa Santa/Confins e Pedro Leopoldo apresentaram-se com perfis semelhantes, com amplo acesso a energia elétrica, água da rede pública, coleta de lixo e logradouros pavimentados, embora com baixa cobertura de esgoto da rede pública; já os domicílios dos emigrantes com destino a Vespasiano/São José da Lapa apresentaram-se em condições de residência mais precárias, com pouca disponibilidade de serviços de esgoto da rede pública, coleta de lixo e logradouros pavimentados.

5.4. A mobilidade pendular na RMBH: o caso dos municípios no Eixo da Linha Verde

Nesta seção avalia-se a mobilidade pendular na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com ênfase na relação entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde, utilizando-se, para tal, os dados da Pesquisa O/D, 2001/2002, da Fundação João Pinheiro.

Inicialmente, explora-se a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e RRMBH, com uma breve caracterização socioeconômica dos indivíduos que realizam a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde.

Em um segundo momento, explora-se, em termos de deslocamentos rotineiros entre local de residência e local de trabalho, a relação da parte Norte de Belo Horizonte – Regionais Pampulha, Venda Nova e Norte – com as demais regionais administrativas de Belo Horizonte. É importante ressaltar que essa avaliação não se constitui, a rigor, um estudo de mobilidade pendular, haja vista que os deslocamentos avaliados neste recorte são intramunicipais – só entre as regionais de Belo Horizonte.

Na terceira e última parte, tem-se uma sucinta análise da caracterização dos pendulares do Eixo da Linha Verde que residiam, anteriormente, em Belo Horizonte.

5.4.1. Fluxos de mobilidade pendular entre Belo Horizonte e RRMBH.

Apresentam-se na TAB.34 a matriz de mobilidade pendular entre Belo Horizonte e Restante da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RRMBH, no ano de 2001.

Tabela 34– Matriz de mobilidade pendular na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, 2001.

Local de Residência	Local de Trabalho											Total por Local de Residência
	Belo Horizonte	Contagem	Betim	Confins	Lagoa Santa	Pedro Leopoldo	São José da Lapa	Vespasiano	Ribeirão das Neves	Santa Luzia	Demais municípios da RMBH	
1 Belo Horizonte	-	40.280	14.188	573	805	510	252	1.796	4.153	2.853	10.974	76.384
2 Contagem	59.177	-	9.645	88	157	0	0	220	279	172	2.696	72.434
3 Betim	16.726	9.746	-	0	234	0	0	122	156	93	1.579	28.656
4 Confins	78	0	0	-	24	362	60	39	0	0	14	577
5 Lagoa Santa	1.504	220	39	351	-	37	49	474	0	64	98	2.836
6 Pedro Leopoldo	637	22	0	281	3	-	120	309	117	8	267	1.764
7 São José da Lapa	435	104	56	28	56	136	-	533	0	0	0	1.348
8 Vespasiano	9.818	680	72	118	825	45	195	-	26	226	159	12.164
9 Ribeirão das Neves	40.328	4.076	1.018	0	0	127	62	228	-	357	750	46.946
10 Santa Luzia	29.395	1.897	381	51	69	121	0	430	205	-	704	33.253
11 Demais municípios da RMBH	53.805	9.522	6.215	3	115	693	97	206	310	917	-	71.883
Total por Local de Trabalho	211.903	66.547	31.614	1.493	2.288	2.031	835	4.357	5.246	4.690	17.241	348.245

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

O município de Contagem, localizado no Vetor Oeste de expansão da RMBH, foi que apresentou o maior fluxo de mobilidade pendular com Belo Horizonte. Conforme mostra a TAB.34, em 2001, cerca de 40.280 pessoas residentes em Belo Horizonte se deslocavam para trabalhar em Contagem e, no caminho inverso, 59.177 pessoas saíam de Contagem para trabalhar em Belo Horizonte. Essa intensidade de mobilidade pendular entre Belo Horizonte e Contagem, em ambas as direções, ou seja, movimento pendular cruzado, se explica pela

capacidade produtiva de ambos os municípios, que não os restringe a um local de residência, mas, sim, a locais também de produtividade. O movimento pendular do tipo cruzado, que significa que há movimento casa-trabalho originado nas duas cidades, se dá em razão de ambas as cidades serem pólos regionais (Stamm e Staduto, 2008). Em relação à RRMBH, os maiores fluxos de mobilidade pendular com o Eixo da Linha Verde são, também, em direção ao município de Contagem. O que explica essa mobilidade pendular com o município de Contagem é o fato de este município ser um pólo industrial, de grande geração de emprego e renda, com forte interferência em toda a RMBH, incluindo o Eixo da Linha Verde.

O município de Ribeirão das Neves, localizado no Vetor Norte Central, não possui, na relação com Belo Horizonte, o mesmo êxito do município de Contagem; em Ribeirão das Neves os fluxos de mobilidade pendular se dão, majoritariamente, em direção a Belo Horizonte, ou seja, movimento pendular simples, haja vista que Ribeirão das Neves parece se configurar mais como um espaço de residência. De forma semelhante a Ribeirão das Neves, comportam-se os demais municípios da RRMBH, com seus fluxos de mobilidade pendular predominantemente em direção ao núcleo metropolitano; o Eixo da Linha Verde também se inclui nesse mesmo padrão de comportamento, com os seus fluxos de mobilidade pendular predominantemente direcionados a Belo Horizonte. Tudo isto sugere que Belo Horizonte ainda se configura como o principal espaço da produtividade da RMBH.

Apresenta-se na TAB.35 a matriz de mobilidade pendular entre Belo Horizonte e os municípios do Eixo da Linha Verde, no ano de 2001.

Tabela 35 – Matriz de mobilidade pendular entre Belo Horizonte e os municípios do Eixo da Linha Verde, 2001.

Local de Residência		Local de Trabalho														Total
		Regionais Administrativas de Belo Horizonte									Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte					
		Centro-Sul	Oeste	Barreiro	Noroeste	Pampulha	Leste	Nordeste	Venda Nova	Norte	Confins	Lagoa Santa	Pedro Leopoldo	São José da Lapa	Vespasiano	
Regionais administrativas de Belo Horizonte	Centro-Sul	-	5.978	1.106	3.399	3.089	4.043	1.369	455	137	0	101	66	0	105	19.838
	Oeste	42.180	-	2.165	5.054	2.228	2.369	2.033	388	847	137	76	0	35	347	57.879
	Barreiro	22.202	7.478	-	3.852	1.529	1.410	1.033	454	0	20	0	0	0	85	38.063
	Noroeste	41.478	5.414	1.529	-	6.108	3.739	3.228	844	703	115	117	27	0	129	63.431
	Pampulha	17.541	1.608	417	6.822	-	1.414	1.977	1.249	891	52	219	0	0	132	32.322
	Leste	37.966	3.489	581	4.344	2.204	-	4.264	497	599	27	46	127	32	110	54.286
	Nordeste	32.372	3.790	498	4.744	4.670	5.666	-	1.365	1.549	75	43	86	0	150	55.028
	Venda Nova	24.577	2.350	802	4.196	8.976	2.731	2.875	-	1.741	73	117	203	70	270	48.981
	Norte	24.859	2.836	648	3.129	5.542	2.706	6.609	3.072	-	75	86	0	116	469	50.147
Eixo da Linha Verde, exceto Belo Horizonte	Confins	10	0	0	0	43	0	0	14	10	-	24	362	60	39	562
	Lagoa Santa	722	196	0	56	366	28	67	49	20	351	-	37	49	474	2.415
	Pedro Leopoldo	352	0	12	59	133	27	22	28	3	281	3	-	120	309	1.349
	São José da Lapa	110	52	0	26	134	28	84	0	0	28	56	136	-	533	1.187
	Vespasiano	4.551	454	115	710	1.459	679	983	557	309	118	625	45	195	-	11.000
	Total por Local de Trabalho	248.920	33.645	7.873	36.391	36.481	24.860	24.534	8.992	6.809	1.352	1.713	1.089	677	3.152	436.488

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

A TAB. 35 mostra que os municípios do Eixo da Linha Verde apresentaram, em 2001, saldos negativos nos fluxos de mobilidade pendular com Belo Horizonte, ou seja, havia mais residentes do Eixo da Linha Verde trabalhando em Belo Horizonte do que residentes de Belo Horizonte trabalhando no Eixo da Linha Verde. A Regional Centro-Sul de Belo Horizonte foi a que mais contribuiu nos fluxos de mobilidade pendular da capital com o Eixo da Linha Verde, o que corrobora a hipótese de a região central de Belo Horizonte ainda ser um espaço privilegiado da produção na metrópole.

Os fluxos de mobilidade pendular na RMBH parecem guardar uma certa relação com a mobilidade residencial entre essas regiões, haja vista que as regiões de maiores fluxos de mobilidade residencial são também as de maiores fluxos de mobilidade pendular. O que muda é o sentido dos fluxos, uma vez que na mobilidade residencial, os fluxos são, majoritariamente, do núcleo em direção à periferia, ao passo que, na pendular, os fluxos são, em maior parte, da periferia para o núcleo. Para levantar hipóteses mais robustas acerca das relações entre mobilidade residencial e mobilidade pendular, faz-se necessário comparar esses movimentos sobre uma mesma base populacional. Uma alternativa plausível é avaliar a mobilidade pendular dos indivíduos que realizaram, também, a mobilidade residencial nas mesmas regiões e, com isto, verificar a contribuição da mobilidade residencial nos fluxos de mobilidade pendular de uma mesma região.

Apresenta-se na TAB.36 a distribuição dos habitantes da RRMBH, com até 15 anos completos de residência no domicílio, que trabalhavam em Belo Horizonte, em 2001, e que, anteriormente, residiam em Belo Horizonte. Em resumo, tem-se o quantitativo de pendulares da RRMBH que realizaram a mobilidade residencial de Belo Horizonte para a periferia metropolitana, no período 1986-2001.

Tabela 36 – Residentes da RRMBH que trabalham em Belo Horizonte e residiam anteriormente em Belo Horizonte, 1986-2001.

Local de residência na RMBH	Reside na RMBH, trabalha em BH, residência anterior em BH.	Reside na RMBH e trabalha em BH	%
	(A)	(B)	(A/B)
Eixo da Linha Verde	4.011	12.472	32,2%
RRMBH, exceto Eixo da Linha Verde	37.315	199.431	18,7%
Total RRMBH	41.326	211.903	19,5%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Os dados da TAB.36 revelam que, em 2001, cerca de 19,5% dos residentes da RRMBH, com até de 15 anos completos de residência no domicílio, que trabalhavam em Belo Horizonte residiram anteriormente em Belo Horizonte. Essa contribuição da mobilidade residencial na mobilidade pendular da RRMBH parece estar relacionada com a própria racionalidade da mobilidade residencial, uma vez que, para realizar a mobilidade residencial do núcleo para a periferia metropolitana, as pessoas já consideram, a priori, a possibilidade de realizar a mobilidade pendular.

Através da TAB.36, nota-se, também, que no Eixo da Linha Verde o percentual dos pendulares que residiam anteriormente em Belo Horizonte representam mais de 30% da pendularidade entre os dois municípios, o que se explica, em parte, pela proximidade geográfica, uma vez que o Eixo da Linha se constitui uma área de expansão urbana de Belo Horizonte, mas, também, pela forte relação com o processo de ocupação em massa ocorrido, principalmente, na década de 1980, nessa região.

Em Vespasiano, na região vizinha de Belo Horizonte, criou-se em 1980, numa parceria da Prefeitura de Vespasiano com o Governo do Estado de Minas Gerais, o conjunto habitacional Morro Alto, cuja ocupação inicial fora feita por famílias desalojadas em decorrência de enchentes em Belo Horizonte. Em seguida, houve

ocupações maciças, de forma desordenada, na região do entorno do conjunto habitacional Morro Alto, que consolidaram o processo iniciado no Morro Alto. Além disso, as agências públicas de habitação, tais como COHAB-MG e INOCOOPS, ofertaram moradias e loteamentos para as famílias de baixa renda na região, o que favorecera a ocupação da região por famílias oriundas de Belo Horizonte. Essas famílias que emigraram de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde, principalmente para Vespasiano, tinham suas atividades produtivas totalmente ligadas a Belo Horizonte. Com isto, a mobilidade pendular entre essas regiões se intensificara, pois o novo espaço de residência era no Eixo da Linha Verde, porém o espaço da produção continuou sendo em Belo Horizonte.

Na TAB.37 tem-se a distribuição dos residentes do Eixo da Linha Verde, com até 15 anos completos de residência no domicílio, que anteriormente moravam em Belo Horizonte, por regiões administrativas, segundo o local de trabalho na RMBH em 2001.

Tabela 37 – Distribuição dos Residentes do Eixo da Linha Verde que anteriormente moravam em Belo Horizonte, segundo o local de trabalho na RMBH, 1986-2001.

Residência anterior (Belo Horizonte)	Local de trabalho em 2001							
	Belo Horizonte		Eixo da Linha Verde		RRMBH		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
Centro-Sul	366	4,9%	170	2,3%	202	2,7%	738	9,8%
Oeste	393	5,2%	303	4,0%	149	2,0%	845	11,2%
Barreiro	34	0,5%	65	0,9%	150	2,0%	249	3,3%
Noroeste	625	8,3%	369	4,9%	149	2,0%	1.143	15,2%
Pampulha	501	6,7%	21	0,3%	23	0,3%	545	7,3%
Leste	483	6,4%	146	1,9%	114	1,5%	743	9,9%
Nordeste	426	5,7%	267	3,6%	415	5,5%	1.108	14,7%
Venda Nova	908	12,1%	521	6,9%	111	1,5%	1.540	20,5%
Norte	274	3,6%	193	2,6%	134	1,8%	601	8,0%
Total	4.010	53,4%	2.055	27,4%	1.447	19,3%	7.512	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Os dados da TAB.37 mostram que mais da metade (53,4%) dos emigrantes de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde, ocupados, tinham, em 2001, a Capital como local de trabalho; a segunda maior parte (27,4%) desses emigrantes ocupados trabalhavam no próprio Eixo da Linha Verde e a outra parcela (19,3%) trabalhava em outra parte da RMBH. Esses resultados mostram que a mobilidade residencial de Belo Horizonte para o Eixo da Linha Verde se dá mais por motivos relacionados à moradia do que ao trabalho, uma vez que o local de trabalho da

dessa maioria é a Capital. Além disso, percebe-se, também, o quanto a mobilidade residencial interfere na mobilidade pendular, uma vez que, conforme visto na TAB.37, cerca de 1/3 (32,2%) dos pendulares do Eixo da Linha Verde com Belo Horizonte são indivíduos que moravam anteriormente em Belo Horizonte nos últimos 15 anos.

5.4.2. Fluxos de deslocamentos entre local de residência e local de trabalho intra-Belo Horizonte

Nesta subseção, avaliam-se os fluxos de deslocamentos entre local de residência e local de trabalho intra-Belo Horizonte, segundo as regionais administrativas de Belo Horizonte, com ênfase na parte Norte da Capital – Regionais Pampulha, Venda Nova e Norte, que integra o Eixo da Linha Verde. Os dados desses fluxos encontram-se nas TAB. 38 A e TAB.39 B.

Tabela 38 A – Matriz de deslocamentos entre local de residência (parte Norte) e local de trabalho (regionais administrativas) intra-Belo Horizonte, 2001.

Fluxos de deslocamentos entre local de residência e local de trabalho intra-Belo Horizonte, 2001												
Local de residência (parte Norte Belo Horizonte)	Local de trabalho (Belo Horizonte)											%
	1-Centro-Sul	2-Oeste	3-Barreiro	4-Noroeste	6-Leste	7-Nordeste	Sub-total BH	5-Pampulha	8-Venda Nova	9-Norte	Total	
Pampulha	17.541	1.608	417	6.822	1.414	1.977	29.779	-	1.249	891	31.919	24,6%
Venda Nova	24.577	2.350	802	4.196	2.731	2.875	37.531	8.976	-	1.741	48.248	37,2%
Norte	24.859	2.836	648	3.129	2.706	6.609	40.787	5.542	3.072	-	49.401	38,1%
Total	66.977	6.794	1.867	14.147	6.851	11.461	108.097	14.518	4.321	2.632	129.568	100,0%
%	51,7%	5,2%	1,4%	10,9%	5,3%	8,8%	83,4%	11,2%	3,3%	2,0%	100,0%	-

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Tabela 38 B – Matriz de deslocamentos entre local de residência (regionais administrativas) e local de trabalho (parte Norte) intra-Belo Horizonte, 2001.

Local de residência (Belo Horizonte)	Local de trabalho (parte Norte de Belo Horizonte)				
	Pampulha	Venda Nova	Norte	Total	%
1-Centro-Sul	3.089	455	137	3.681	7,5%
2-Oeste	2.228	388	847	3.463	7,0%
3-Barreiro	1.529	454	0	1.983	4,0%
4-Noroeste	6.108	844	703	7.655	15,6%
6-Leste	2.204	497	599	3.300	6,7%
7-Nordeste	4.670	1.385	1.549	7.604	15,5%
Sub-total BH	19.828	4.023	3.835	27.686	56,3%
5-Pampulha	-	1.249	891	2.140	4,4%
8-Venda Nova	8.976	-	1.741	10.717	21,8%
9-Norte	5.542	3.072	-	8.614	17,5%
Total	34.346	8.344	6.467	49.157	100,0%
%	69,9%	17,0%	13,2%	100,0%	-

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

As TAB.38A e TAB.38B mostram que a parte Norte da capital - Eixo da Linha Verde - se caracteriza por apresentar saldos negativos de deslocamentos entre local de residência e local de trabalho com as demais regiões de Belo Horizonte. Nota-se que a Regional Centro-Sul da capital é a que mais contribui na absorção de trabalhadores residentes nas Regionais Pampulha, Venda Nova e Norte, o que revela que o centro da capital ainda se mantém como um espaço privilegiado da produção. Por outro lado, o Eixo da Linha Verde se apresenta como um espaço destinado à habitação e ao repouso do trabalhador, haja vista o expressivo volume de pessoas que se deslocam, rotineiramente, em direção a outras regiões para exercerem suas atividades de produção; nesse contexto, a Regional Pampulha é a única que mantém fluxos positivos de deslocamentos entre local de residência e local de trabalho com algumas das outras regionais. Tudo isto sugere que no processo de descentralização espacial urbana intra-Belo Horizonte, o deslocamento das residências tem-se dado de forma mais veloz que o deslocamento das atividades produtivas.

Na Seção 5.3, anterior, quando da análise da mobilidade residencial intra-Belo Horizonte, no período 1986-2001, os dados da TAB. 28 mostravam um saldo positivo de mobilidade residencial da ordem de 52.096 habitantes na troca da

parte Norte da Capital com as demais regionais administrativas, significando que a parte Norte de Belo Horizonte recebera mais do que cedera residentes para as demais regionais de Belo Horizonte no período 1986-2001. No entanto, agora, na avaliação dos fluxos de deslocamentos entre locais de residência e local de trabalho, o que se percebe é o oposto, ou seja, a parte Norte de Belo Horizonte, diariamente, cede mais do que recebe trabalhadores para as outras regionais da Capital.

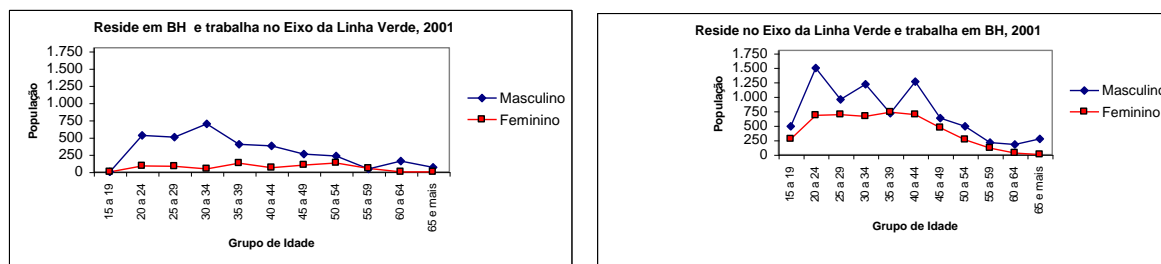
Posto isto, e considerando: a) que a Região Centro-Sul é um dos núcleos mais antigos da Capital, e, portanto, um dos mais providos de investimentos urbanos e, por conseqüência, um espaço de elevado preço da terra urbana; b) que a parte Norte de Belo Horizonte há muito tempo se encontra provida de infra-estrutura de transportes, com grandes vias de acesso – Av. Antônio Carlos, Av. Cristiano Machado, Av. Carlos Luz e Av. Pedro I – que facilitam o deslocamento diário de pessoas; e c) que na decisão de realizar a mobilidade residencial está implícita possibilidade de deslocar-se diariamente para realizar as atividades laborais no local de origem; pode-se sugerir, de forma análoga ao percebido na relação entre mobilidade residencial e mobilidade pendular intrametropolitanas na RMBH, que a mobilidade residencial intra-Belo Horizonte também guarda relação com os fluxos de deslocamentos entre local de residência e local de trabalho internos.

5.4.3. Caracterização sociodemográfica dos pendulares entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde

Nesta subseção tem-se uma sucinta caracterização dos pendulares entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde, considerando, basicamente, a composição dos trabalhadores por faixa etária, sexo, escolaridade, renda do trabalho principal e categoria de ocupação.

Apresenta-se no GRAF.3 o número de indivíduos, por sexo e faixa etária, que realizaram a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha verde, em 2001.

Gráfico 3 – Número de indivíduos, por sexo e faixa etária, que realizaram a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde e vice-versa, 2001



Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Na mobilidade pendular entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde e vice-versa há uma maior participação dos homens, o que guarda relação com a composição do mercado formal de trabalho, onde a presença feminina, com todo avanço, ainda não se tornara igualitária.

Apresenta-se na TAB.39 a distribuição, por nível de escolaridade em anos de estudo, dos indivíduos que realizaram a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde, em 2001.

Tabela 39 – Distribuição, por nível de escolaridade em anos de estudos, dos indivíduos que realizaram a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e os municípios do Eixo da Linha Verde e vice-versa, 2001.

Anos de estudo (%)	Reside em BH e trabalha no Eixo da Linha Verde		Reside no Eixo da Linha Verde e trabalha em BH	
	Freqüência	%	Freqüência	%
0 a 4	389	9,9%	3.872	31,0%
5 a 8	515	13,1%	3.722	29,8%
9 a 11	2.059	52,3%	3.737	30,0%
12 ou mais	975	24,8%	1.141	9,1%
Total	3.938	100,0%	12.472	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP.

Os residentes de Belo Horizonte que trabalham no Eixo da Linha Verde têm, em maioria, escolaridade igual ou superior a nove anos de estudos, o que sugere tratar-se de um grupo com maior qualificação profissional. No sentido inverso do

movimento pendular, há um predomínio de trabalhadores com até 8 anos de estudo trabalhando em Belo Horizonte.

Apresenta-se na TAB.40 a distribuição, por nível de rendimento da ocupação principal, em salários mínimos, dos indivíduos que realizaram a mobilidade entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde, em 2001

Tabela 40 – Distribuição, segundo o nível de rendimento da ocupação principal, em salários mínimos, dos indivíduos que realizaram a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e os municípios do Eixo da Linha Verde e vice-versa, 2001.

Faixa de rendimento, em salários mínimos	Reside em BH e trabalha no Eixo da Linha Verde		Reside no Eixo da Linha Verde e trabalha em BH	
	Frequência	%	Frequência	%
Até 1 SM	0	0,0%	442	3,5%
1 a 2 SM	944	24,0%	6.611	53,0%
2 a 3 SM	441	11,2%	2.556	20,5%
3 a 5 SM	781	19,8%	1.466	11,8%
5 a 10 SM	1.169	29,7%	742	5,9%
Mais de 10	603	15,3%	656	5,3%
Total	3.938	100,0%	12.473	100,0%
Renda média (em SM)	6,0		3,0	
Renda mediana (em SM)	4,5		1,9	

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Uma grande parcela, em torno de 45%, dos residentes de Belo Horizonte que trabalham no Eixo da Linha Verde tem rendimento mensal acima de cinco salários mínimos, o que sugere tratar-se de uma categoria profissional mais qualificada e, conseqüentemente, mais valorizada. Entre os residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte, há uma concentração de rendimentos nas faixas de até dois salários mínimos.

Apresenta-se na TAB.41 a distribuição relativa, por categoria de ocupação principal, dos indivíduos que realizaram a mobilidade entre Belo Horizonte e o Eixo da Linha Verde e vice-versa, em 2001.

Tabela 41 – Distribuição, segundo a categoria de ocupação do trabalho principal, dos indivíduos que realizaram a mobilidade pendular entre Belo Horizonte e os municípios do Eixo da Linha Verde e vice-versa, 2001.

Categorias de ocupação	Reside em BH e trabalha no Eixo da Linha Verde		Reside no Eixo da Linha Verde e trabalha em BH	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Proprietários, altos cargos, profissionais liberais e técnicos de nível superior	756	19,2%	570	4,7%
Cargos médios de supervisão, direção e administração e técnicos de nível intermediário	966	24,5%	1.342	11,0%
Ocupações não manuais de rotina	586	14,9%	2.634	21,7%
Supervisão de trabalho manual (na produção), ocupações manuais especializadas e não especializadas, auxiliares e aprendizes	1.628	41,4%	6.711	55,2%
Emprego doméstico	-	-	902	7,4%
Total	3.936	100,0%	12.159	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Os residentes de Belo Horizonte que trabalham no Eixo da Linha Verde se ocupam, principalmente, da supervisão de trabalho manual na produção/, ocupações manuais especializadas/ não especializada, com uma grande parcela de ocupantes de cargos médios de supervisão e , também, de proprietários/altos cargos/profissionais liberais/técnicos de nível superior. Já entre os residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte, há uma concentração em torno das ocupações de supervisão de trabalho manual na produção e de ocupações não manuais de rotina.

5.4.4. Caracterização dos pendulares do Eixo da Linha Verde que residiam em Belo Horizonte

Apresentam-se a seguir algumas características sociodemográficas dos residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte e que, anteriormente, residiam em Belo Horizonte.

Tabela 42 - Distribuição, por grupo etário e sexo, dos residentes do Eixo da Linha Verde, com até 15 anos completos de residência no domicílio, que trabalham em Belo Horizonte e que, anteriormente, moravam em Belo Horizonte, 2001.

Grupo etário	Eixo da Linha Verde, 2001					
	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
15 a 19	132	3,3%	92	2,3%	224	5,6%
20 a 24	427	10,6%	190	4,7%	617	15,4%
25 a 29	166	4,1%	100	2,5%	266	6,6%
30 a 34	456	11,4%	198	4,9%	654	16,3%
35 a 39	285	7,1%	239	6,0%	524	13,1%
40 a 44	501	12,5%	239	6,0%	740	18,4%
45 a 49	256	6,4%	194	4,8%	450	11,2%
50 a 54	126	3,1%	79	2,0%	205	5,1%
55 a 59	124	3,1%	0	0,0%	124	3,1%
60 a 64	66	1,6%	14	0,3%	80	2,0%
65 e mais	128	3,2%	0	0,0%	128	3,2%
Total	2.667	66,5%	1.345	33,5%	4.012	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

A TAB.42 mostra que havia, em 2001, uma maior participação dos homens entre os residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte e que, anteriormente, residiam em Belo Horizonte

Tabela 43 – Distribuição, segundo o nível de escolaridade em anos de estudos, dos residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte e que, anteriormente, residiam em Belo Horizonte, 2001.

Anos de estudo	Reside no Eixo da Linha Verde, trabalha em BH, residência anterior em BH, 2001	
	Freqüência	%
Analfabeto	175	4,4%
Até 4 anos	1.156	28,8%
5 a 8 anos	1.278	31,9%
9 a 11 anos	1.187	29,6%
12 anos ou mais	215	5,4%
Total	4.011	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

A TAB.43 mostra que parcela expressiva (33,2%) dos residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte e, que, anteriormente moravam no núcleo metropolitano, possui até 4 anos de estudo.

Tabela 44 – Distribuição, segundo o nível de rendimento da ocupação principal, em salários mínimos, dos residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte e que, anteriormente, residiam em Belo Horizonte, 2001.

Faixa de rendimento, em salários mínimos	Reside no Eixo da Linha Verde, trabalha em BH, residência anterior em BH, 2001	
	Frequência	%
Até 1 SM	60	1,5%
1 a 2 SM	2.284	56,9%
2 a 3 SM	886	22,1%
3 a 5 SM	391	9,8%
5 a 10 SM	176	4,4%
Mais de 10	215	5,4%
Total	4.011	100,0%
Renda média (em SM)	2,9	
Renda mediana (em SM)	1,9	

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

No tocante à renda, os trabalhadores oriundos de Belo Horizonte, que residem no Eixo da Linha Verde, e trabalham em Belo Horizonte possuem rendimentos mensais médio e mediano inferiores a 3 salários mínimos.

Tabela 45 – Distribuição, segundo a categoria de ocupação do trabalho principal, dos residentes do Eixo da Linha Verde que trabalham em Belo Horizonte e que, anteriormente, residiam em Belo Horizonte, 2001.

Categorias de ocupação	Reside no Eixo da Linha Verde, trabalha em BH, residência anterior em BH, 2001	
	Frequência	%
Proprietários, altos cargos, profissionais liberais e técnicos de nível superior	87	2,2%
Cargos médios de supervisão, direção e administração e técnicos de nível intermediário	386	9,6%
Ocupações não manuais de rotina	821	20,5%
Supervisão de trabalho manual (na produção), ocupações manuais especializadas e não especializadas, auxiliares e aprendizes	2.604	64,9%
Emprego doméstico	113	2,8%
Total	4.011	100,0%

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Os residentes do Eixo da Linha Verde que vieram de Belo Horizonte e trabalham em Belo Horizonte pertencem, em sua maioria, a categorias de ocupação de trabalhos de supervisão manual da produção/trabalhos, manuais não especializados e tarefas correlatas.

Em síntese, o que se percebe é que o Eixo da Linha Verde abriga, da população oriunda de Belo Horizonte, um grupo de trabalhadores de instrução formal básica, baixa remuneração e ocupantes de categorias profissionais menos especializadas.

5.5. Resultados e discussão

Esta seção visa a resgatar, de forma sintética, as diversas questões implícitas, no tocante à mobilidade populacional na RMBH, no emaranhado de dados apresentados nos capítulos e seções anteriores deste trabalho. Almeja-se, de forma humilde, a um diálogo com os resultados anteriores de autores diversos, dentre eles Brito (2007), Brito e Marques (2005), Martine (1980), Costa (2004), Monte-Mór (2006), Mendonça, Perpétuo e Vargas (2004), Souza (2008) e outros,

acerca da mobilidade populacional nos aglomerados metropolitanos brasileiros, em especial na RMBH.

A presença maciça, na RMBH, em especial no Eixo da Linha Verde, de população de baixa de renda, oriunda de regiões de pouca pujança econômica, tanto do interior de Minas quanto de outras partes do Brasil (Matos, 1995), com histórico de segregação social (Costa, 2004; Smolka, 1992; Ribeiro & Lago, 1994), com experiência migratória (Martine, 1980) e, principalmente, com passagem simbólica pelo núcleo metropolitano – Belo Horizonte, denuncia a perversidade da reemigração nos aglomerados metropolitanos. A perversidade, aqui mencionada, refere-se às históricas desigualdades sociais que atravessam gerações e que afligem as camadas sociais menos favorecidas economicamente. As camadas sociais, da RMBH, que habitam, atualmente, os espaços menos valorizados da metrópole e com maiores propensões a serem expulsas (Smolka, 1992) para novos espaços menos valorizados, em função de renovação urbana oriunda dos novos investimentos privados e estatais, tais como os previstos no Eixo da Linha Verde e Vetor Norte da RMBH, são, também, as mesmas, em gerações anteriores, que foram excluídas das distribuições de terras agrícolas, do sistema de educação, do acesso à moradia e, principalmente, da participação no sistema produtivo. Assim, a configuração atual da RMBH, com relativa pobreza e periferização (Costa, 1994), deriva de um conjunto de fatores, de natureza social e econômica, tendo como principais agentes produtores do espaço metropolitano o Estado, que, historicamente, contribui no ordenamento das ocupações territoriais, o mercado fundiário, que atua com o objetivo de valorizar ao máximo as suas propriedades e o mercado imobiliário, que, pela lógica do preço da terra, controla o uso e acesso às terras urbanas (Costa & Araújo, 2006).

A inversão espacial na RMBH, entendida aqui como a redução da participação de Belo Horizonte na contribuição do crescimento populacional da metrópole e, conseqüentemente, o aumento da contribuição dos municípios da RRMBH nesse processo, reflete uma nova configuração da mobilidade populacional na RMBH: a) em um primeiro momento, uma mobilidade do núcleo (regiões mais antigas da Capital, em especial a região Centro-Sul) para a periferia (Ribeiro & Lago, 1994) do próprio núcleo (demais regiões de Belo Horizonte, em especial as regionais

Norte, Pampulha e Venda Nova); b) em um segundo momento, da periferia do núcleo para o entorno metropolitano (Monte-Mór, 2005), ou seja, para os municípios vizinhos, principalmente os mais próximos e providos, ao menos, de infra-estrutura de transportes.

O movimento pendular cruzado¹³(Stamm & Staduto, 2008), observado principalmente entre os municípios de Belo Horizonte, Contagem e Betim, que, juntos, representam, majoritariamente, o espaço de produção na RMBH, contrasta com o movimento pendular simples observado na relação local de moradia/local de trabalho entre os demais municípios da RRMBH e Belo Horizonte, em especial entre Belo Horizonte/Eixo da Linha Verde e Belo Horizonte/Ribeirão das Neves. Ressalta-se, ainda, a relação intrínseca entre mobilidade residencial e mobilidade pendular: a) nos locais com movimento pendular cruzado, os maiores fluxos de mobilidade residencial na RMBH foram também os de maiores fluxos de mobilidade pendular; b) nos locais de movimento pendular simples, os fluxos de mobilidade residencial foram mais intensos no sentido Belo Horizonte/RRMBH ao passo que a mobilidade pendular mostrou-se mais intensa no sentido contrário, ou seja, no sentido RRMBH/Belo Horizonte, revelando uma dicotomia entre local de moradia/local de trabalho (Brito, 2007). E, corroborando o observado por Souza (2008), a própria possibilidade de poder fazer a mobilidade pendular parece fazer parte do cômputo da decisão de realizar mobilidade residencial rumo à periferia.

É nítido, a partir dos resultados observados por outros autores acerca da alocação de população no espaço metropolitano da RMBH combinados com os dados oriundos do presente trabalho, que o “onde morar” ainda se configura como uma grande questão do Eixo da Linha Verde e da metrópole mineira como um todo. Não é desprezível o avanço da legislação brasileira no tocante à questão urbana, tal como a obrigatoriedade de os municípios com mais de 20 mil habitantes e/ou pertencentes a regiões metropolitanas instituírem planos

¹³ O movimento pendular cruzado se caracteriza por intensos fluxos, em ambas as direções, de deslocamentos entre local de moradia e local de trabalho, e ocorre, com mais frequência, entre cidades pólos regionais. Já o movimento pendular simples, caracterizado por intensos fluxos em direção única, se dá, majoritariamente, entre uma cidade pólo regional e uma cidade predominantemente espaço de residência, tais como as “cidades-dormitório”.

diretores¹⁴ municipais, bem como a utilização de instrumentos de Regularização Fundiária e outros mecanismos de gestão urbana previstos no Estatuto das Cidades¹⁵. No entanto, tais instrumentos de gestão urbana, para efetivamente obterem êxito, ainda carecem de apropriação por parte dos gestores públicos e, principalmente, por parte da sociedade como um todo. O “onde morar” requer uma mudança de paradigma no tocante à gestão do solo urbano da metrópole, com o pensar local cedendo lugar a um pensar metropolitano, haja vista a problemática ser comum em toda a RMBH. Os instrumentos de política urbana previstos na legislação brasileira, em especial no Estatuto das Cidades, não devem ser vistos apenas como meros protocolos legais a serem cumpridos pelos municípios, mas, sim, como uma oportunidade de amenizar o problema do “onde morar” na metrópole e, conseqüentemente, de promover um avanço nas questões sociais.

5.6 Desafios para as gestões futuras dos municípios do Eixo da Linha Verde

As análises do presente trabalho instigam-nos a apontar os grandes desafios para as gestões públicas dos municípios da RMBH, em especial os municípios integrantes do Eixo da Linha Verde, região, atualmente, foco dos investimentos e da expansão urbana da RMBH.

A histórica ocupação dos municípios do Eixo da Linha por camadas de baixa renda, combinadas com intervenção do Estado, no favorecimento de deslocamento de tais camadas populacionais para essa região, face às mudanças estruturais pelas quais passam a região nos últimos tempos, evidenciam a questão da moradia – “onde morar” - como um dos grandes desafios para os gestores públicos dos municípios do Eixo da Linha Verde. Dada a política urbanística do passado, não muito rigorosa na região, com permissão de ocupação irregular de algumas áreas da região e construções em baixo padrão de

¹⁴ Plano Diretor é um instrumento básico de planejamento de uma cidade e que dispõe sobre sua política de desenvolvimento, ordenamento territorial e expansão urbana.

¹⁵ O Estatuto das Cidades - Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001- regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil e estabelece diretrizes gerais da política urbana brasileira.

qualidade habitacional, torna-se urgente a necessidade de implantação de um Projeto de Legalização Fundiária –PLF, que vise a assegurar aos atuais moradores da região o direito à habitação digna, considerando, pelo menos, três condições básicas: a) no caso de desapropriação, uma compensação indenizatória, em valor de mercado, do imóvel desapropriado para utilidade pública, independentemente de o morador possuir ou não o documento de posse (escritura) do imóvel ou terreno; b) no caso de re-assentamento, a garantia do direito à moradia digna em um local não muito distante do local de moradia atual; c) no caso de permanência, um investimento do Estado em infra-estrutura básica – pavimentação do logradouro, rede pública de esgoto, rede pública pluvial e coleta de lixo – e facilitação ao morador para a legalização fundiária do terreno ou imóvel.

Considerando: a) os intensos fluxos de mobilidade residencial e pendular do Eixo da Linha Verde com Belo Horizonte; b) a possibilidade de a região receber grandes investimentos em atividades produtivas em função das políticas de desenvolvimentos recentes e futuras; c) a parcela expressiva de residentes da região com baixa escolaridade e qualificação profissional; d) a possibilidade de aumento da seletividade do mercado de residência na região, nos moldes do que já acontece na metrópole; a implantação de um Projeto de Geração de Emprego e Renda - PGER, com foco na absorção da mão-de-obra local, acompanhado de projeto de qualificação profissional da mão-de-obra local, que dê aos residentes atuais dos municípios do Eixo da Linha Verde uma inserção no mercado de trabalho a emergir na região e, conseqüentemente, uma elevação do padrão de renda desses habitantes, torna-se imprescindível, em especial para as camadas sociais menos favorecidas, que são a parcela mais expressiva da região. A implantação de um PGER é uma das alternativas de conter a expulsão dos atuais residentes do Eixo da Linha Verde, em especial os mais pobres, para uma outra periferia metropolitana, haja vista a provável seletividade do mercado de residência do Eixo da Linha Verde pelo preço de acesso e permanência na terra.

Considerando: a) a forte interação dos municípios do Eixo da Linha Verde com a capital e com os demais municípios da RMBH; b) os desafios ambientais impostos a essa região, em função do possível aumento de atividade produtiva; c) a

possibilidade de intensificação dos fluxos de mobilidade populacional para o Eixo da Linha Verde; d) a possibilidade de aumento dos deslocamentos de atividades de atividades produtivas para a região e a demanda por melhor infra-estrutura de transportes; torna-se, também importante, pensar em um Plano Diretor Integrado com toda a RMBH, em especial com o núcleo Belo Horizonte, respeitando as especificidades de cada município no contexto da RMBH. Tal Plano Diretor Integrado da RMBH deve contemplar, dentre outras ações, políticas públicas para o sistema de transporte público, bem como para o transporte de carga e de escoamento da produção.

Dada a possibilidade de elevação dos fluxos de mobilidade populacional para região, os municípios do Eixo da Linha Verde precisarão se reestruturar em todos os seus principais sistemas públicos – saúde, educação, transporte, habitação, meio ambiente e outros – para absorver, de forma satisfatória, toda a demanda populacional e de atividades produtivas que tendem a se deslocar para a região nos próximos anos.

E, por fim, considerando a formação de um tecido urbano complexo na RMBH, com muitos desafios comuns entre seus municípios, a gestão pública da região carece de um pensar metropolitano, com ênfase no enfrentamento dos problemas comuns da região, em especial os que afligem, há anos, as parcelas mais desfavorecidas economicamente, tais como as questões de moradia, educação, transporte público, saneamento básico, saúde e inserção no mercado de trabalho emergente.

6 CONCLUSÃO

A partir das análises da mobilidade populacional da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, com ênfase no Eixo da Linha Verde, pôde-se perceber que a alocação da população no espaço na RMBH deriva de um conjunto de fatores, destacando-se, dentre eles, as ações do Estado no ordenamento das ocupações territoriais, a ação dos mercados fundiário e imobiliário no controle do uso e acesso às terras urbanas, e, também, à própria estrutura socioeconômica da população, que a obriga a adotar estratégias de sobrevivência adequadas à sua realidade no contexto urbano, tais como optar por morar em um local mais distante do centro da produção e deslocar-se diariamente para exercer suas atividades em outro município ou região.

O atual espaço físico e social na RMBH guarda relação com a trajetória das migrações internas no Brasil, principalmente com os grandes fluxos de população no sentido rural/urbano, rumo aos núcleos e aglomerados metropolitanos, e, também com os fluxos no sentido urbano/urbano, hoje muito presente no Brasil. Parcela significativa dos imigrantes da RMBH tem origem nas regiões mineiras de pouca pujança econômica, tais como Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha, o que corrobora a tese de que regiões de estagnação/regiões de atração ajudam a definir os fluxos migratórios. Além disso, boa parte dos imigrantes da periferia metropolitana da RMBH já morou no núcleo – Capital – e/ou já tivera alguma outra experiência migratória antes se dirigir a RMBH, o que sugere a vigência de um processo de reemigração na metrópole mineira.

Na comparação com o núcleo metropolitano, a parte periférica da RMBH mostrou-se como forte receptora de população do próprio núcleo, ou seja, a Capital contribui muito no processo de ocupação do seu entorno, o que traz, implicitamente, a idéia de seletividade - capacidade do sistema de discriminar os grupos desejáveis dos grupos indesejáveis ou espúrios, haja vista que algumas camadas sociais oriundas da Capital se dirigiram para a periferia em busca de qualidade de vida - maior segurança e tranquilidade; local com poluição menor; trânsito melhor; comunidade mais adequada para se viver – e outras, a maior

parte, se dirigira em busca de menor custo de vida - moradia mais barata; aluguel mais barato; possibilidade de adquirir a casa própria.

Os municípios do Eixo da Linha Verde têm uma lógica de ocupação atrelada ao processo de expansão urbana de Belo Horizonte. Esses municípios têm saldos positivos de migração e mobilidade residencial com Belo Horizonte, mas têm saldos negativos de mobilidade pendular, o que fortalece a tese de que a Capital ainda se constitui o pólo econômico da RMBH, bem como fortalece a idéia que a mobilidade populacional intrametropolitana, rumo às áreas periféricas, é motivada por questões relacionadas a condições de moradia e de qualidade de vida e não no sentido estrito de mobilidade social, na qual os migrantes aspiram a ascensão social no local de destino.

Nas análises específicas da mobilidade populacional para o Eixo da Linha Verde pôde-se perceber uma heterogeneidade na composição e na forma da ocupação dessa região. Na dinâmica populacional com Belo Horizonte, os municípios de Lagoa Santa/Confins e Pedro Leopoldo receberam, em maior parte, emigrantes com melhor poder aquisitivo, melhores níveis de instrução e com melhores condições de residência no próprio local de destino; já a localidade de Vespasiano/São José da Lapa recebeu uma população predominantemente de baixa renda, com um histórico de ocupação do espaço mediante intervenção do Estado – criação de conjuntos habitacionais para desabrigados de enchentes -, ação do mercado imobiliário com oferta de conjuntos habitacionais de valores menores e, também, por estratégia de sobrevivência da própria população, mediante a ocupação irregular e desordenada do território.

A parte Norte de Belo Horizonte - Regionais Pampulha, Venda Nova e Norte -, aqui analisada como integrante do Eixo da Linha Verde, apresentara formas de mobilidade populacional e pendular semelhantes com a da mobilidade do Eixo da Linha Verde como um todo, ou seja, os saldos de mobilidade residencial dessas regionais com as demais regionais administrativas de Belo Horizonte foram positivos – elas receberam mais do que forneceram população para as outras regionais -, e os saldos dos deslocamentos entre local de moradia e local de trabalho foram negativos.

E, por fim, é importante mencionar que a mobilidade pendular entre o Eixo da Linha Verde e Belo Horizonte tem relação com a mobilidade residencial entre essas localidades, pois o que se observou foi que os locais com maiores fluxos de mobilidade residencial foram também os com maiores fluxos de mobilidade pendular, como no caso específico de Vespasiano/São José da Lapa. Não obstante, a própria possibilidade de poder fazer a mobilidade pendular parece fazer parte do cômputo da decisão de realizar a mobilidade residencial rumo à periferia, haja vista que nas localidades da RMBH, onde há maior proximidade com o núcleo e razoável infra-estrutura de transporte, os fluxos de mobilidade residencial e pendular foram também mais intensos.

REFERÊNCIAS

ANTICO, C. Deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n.4., p. 110-120, out./dez. 2005.

ANTICO, C. **Deslocamentos pendulares nos espaços sub-regionais da região metropolitana de São Paulo**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. ABEP, realizado em Caxambu – MG, de 20-24 de setembro de 2004. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_808.pdf>. Acesso em: 26 set. 2007.

ANTICO, C. **Onde morar e onde trabalhar: espaços e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo**. 2003. 248 f. Tese (Doutorado em Demografia).- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp>>. Acesso em: 26 set. 2007.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Regional: história**. [200-?]. Disponível em <http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html?id_conteudo=13467&id_nivel1=-1>. Acesso em: 9 out. 2007.

BÓRGUS, L. M. M. Política pública, renovação urbana e mercado habitacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6. 1988, Olinda. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], [1988?].

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Complementar número 14, de 8 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccv1_03/Leis/LCP/Lcp14.htm. Acesso em 10/10/2007.

BRITO, F. R. A; MARQUES, D. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ABEP, 2006.

BRITO, F. R. A; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRITO, F. R. A. de. Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 5., 2007. [**Anais...**]. [S.l.: s.n.], [2007?]. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=562&nivel=4>. Acesso em: 10 out. 2007.

CAIADO, M. C. S. Deslocamentos intra-urbanos e estruturação socioespacial na metrópole brasiliense. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 64-77, out./dez. 2005.

CAMARGOS, E. O. **Movimentos migratórios e pendulares na RMBH: o caso de Betim no final do século XX**. 2006. 104 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998. 1 CD-Rom.

CASTELLO BRANCO, M. L.; FIRKOWSK, L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, G. M; ARAÚJO, C. E. F. A expressão socioeconômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. In: COSTA, H. S. M (Org.). **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 35-46.

COSTA, H. S. de M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, R. L. de M. (Coord.) **Belo Horizonte : espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 51-77. (Coleção BH 100 anos).

COSTA, H. S. de M. Natureza e mercado imobiliário na redistribuição espacial da população metropolitana: notas a partir do eixo-sul de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...**Campinas: ABEP, 2004.

CUNHA, J. M. P. Migração e urbanização no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

DELORENZO NETO, A. **A reorganização das áreas metropolitanas**. São Paulo: [s. n.], 1972. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Histórico**: a construção do Aeroporto Internacional Tancredo Neves\ Confins. [200-?]. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/aero_prev_hist.php?ai=66>. Acesso em: 10 out. 2007.

GRANBEL. Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Mapa da RMBH**. 1999. Disponível em: <http://www.granbel.com.br/IM_maparmbh.asp>. Acesso em: 18 maio 2006.

IBGE. **Informações estatísticas**..[200-?]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 ago. 2008.

LAGO, L. C. A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão. In: COSTA, H. S. M (Org.). **Novas periferias metropolitanas**: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 47-55.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 89-114.

LEFEBRE, H.; MARTINS, S. **A revolução urbana**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999. (Humanitas).

LEMONS, C. B. Construção simbólica do espaço da cidade. In: MONTE-MÓR, Roberto L. de M. (Coord.). **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 29-50. (Coleção BH 100 anos).

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins e Fontes, 1997.

MARQUES, Y. L.; MONTE-MÓR, R. L. M. Metropolização, meio ambiente e qualidade de vida. In: MONTE-MÓR, R. L. de M. (Coord.). **Belo Horizonte** : espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 79-93. (Coleção BH 100 anos).

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA, H. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 949-974.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 12, n.1/2, p. 35-58, jan./dez. 1995.

MATOS, R. Reflexões acerca da expansão da grande cidade na atualidade e de seu papel na expulsão e recepção de população. In: COSTA, H. S. M (Org.). **Novas periferias metropolitanas**: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 57-80.

MENDONÇA, J. G.; PERPÉTUO, I. H. O.; VARGAS, M. C. A periferização da riqueza na metrópole belo-horizontina: falsa hipótese?. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 11, 2004, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.

MINAS GERAIS. Decreto nº 43264 de 11 de abril de 2003. Institui a Comissão Especial de Estudos do Centro Administrativo do Governo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 12 abr. 2003. p. 2.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44500 de 3 de abril de 2007. Institui o plano de governança ambiental e urbanística da Região Metropolitana de Belo Horizonte dá outras providências. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 4 abr. 2007. p. 1.

MINAS GERAIS. Lei nº 6303 de 30 de abril de 1974. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1 maio 1974. p. 7. Microfilme.

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 26 de 14 de janeiro de 1993. Dispõe sobre normas gerais relativas ao planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, a cargo da região metropolitana, sobre as atribuições, a organização e o funcionamento da Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências. Minas Gerais. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 15 jan. 1993. p. 1. Col.1, Microfilme 487. Retificação – Minas Gerais – Diário do Executivo – 26/01/1993. Pág. 1, Col.2, Microfilme 488.

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 63 de 10 de janeiro de 2002. Altera os artigos 7º e 21 da Lei Complementar número 26, de 14 de janeiro de 1993, que estabelecem a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de seu Colar Metropolitano. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 11 jan. 2002. p. 1.

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 89 de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 13 jan. 2006. p. 3.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento. **Notícias**: Projeto Linha Verde. [2007?]. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Saúde. **Notícias**: Hospital Risoleta Tolentino Neves-HRTN. [2007?]. Disponível em <<http://www.saude.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2007.

MONTE-MÓR, R. L. M. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 185-197.

MONTE-MÓR, R. L. M. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85.

MONTE-MÓR, R. L. de M. (Coord.) **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: Cedeplar/PBH, 1994. (Coleção BH 100 anos).

PLANEJAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. **A estrutura urbana da RMBH**: diagnóstico e prognóstico. Belo Horizonte, 1986. v. 1.

VESPASIANO. Prefeitura Municipal. **História**. [200-?]. Disponível em <<http://www.vespasio.mg.gov.br/historia.asp>>. Acesso em: 17 maio 2006.

RAVENSTEIN, E. G. As leis de migração. In: MOURA, H. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 77-88.

RIBEIRO, L. C. Q; LAGO, L. C. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras**: o modelo centro/periferia em questão. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1994.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 217-244.

SMOLKA, M. O. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: “dinâmica imobiliária” e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 3-21, jul./dez. 1992.

SOARES, M. R. M. **Migração intrametropolitana e movimentos pendulares na região metropolitana de Belo Horizonte**: o caso do município de Contagem - 1991/2000. 2006. 141 f. (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2006.

SOARES, M. R. M.; SOUZA, R. G. V.; BRITO, F. R. A. A migração intrametropolitana na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma análise dos municípios de Contagem e Nova Lima – 1991/2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu, 2006. **Anais...**[Campinas] ABEP, 2006. 1 CD-ROM.

SOUZA, J. de. **A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. 2008. 232 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, J. de. **Trajetórias sócio-econômicas dos imigrantes**: algumas Inferências segundo uma abordagem longitudinal: um estudo de caso de indivíduos que chegaram em Belo Horizonte durante os anos 70. 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado em Demografia). - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

SOUZA, R. V. de. **A expansão urbana da região metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a redistribuição espacial da população**: o caso do município de Nova Lima – 1991/2000. 2005. 94 f. Dissertação (Mestrado em Demografia). - Centro de desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 131-149, jan./jul. 2008.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p.142-171.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1998.

ANEXOS

Tabela A1 – Composição da amostra de indivíduos da Pesquisa Origem e Destino, 2001/2002, da Fundação João Pinheiro.

Id	Localidade	População		Amostra		
		População (N)	%	Amostra (n)	%	
1	Belo Horizonte	1-Centro-Sul	267.820	0,0625	7.664	0,0632
		2-Oeste	269.680	0,0629	6.830	0,0563
		3-Barreiro	269.116	0,0628	6.194	0,0511
		4-Noroeste	332.014	0,0775	11.170	0,0921
		5-Pampulha	149.235	0,0348	5.060	0,0417
		6-Leste	249.135	0,0581	7.387	0,0609
		7-Nordeste	277.801	0,0648	7.761	0,0640
		8-Venda Nova	248.408	0,0580	4.704	0,0388
		9-Norte	200.579	0,0468	4.300	0,0355
2	Lagoa Santa	35.454	0,0083	1.939	0,0160	
3	Pedro Leopoldo	50.388	0,0118	2.596	0,0214	
4	São José da Lapa	10.743	0,0025	393	0,0032	
5	Vespasiano	77.716	0,0181	2.361	0,0195	
6	Confins	4.622	0,0011	362	0,0030	
7	Betim	318.089	0,0742	6.223	0,0513	
8	Brumadinho	17.995	0,0042	1.748	0,0144	
9	Caeté	32.576	0,0076	1.467	0,0121	
10	Contagem	538.398	0,1256	12.070	0,0995	
11	Esmeraldas	41.780	0,0097	2.041	0,0168	
12	Ibirité	130.489	0,0304	1.958	0,0161	
13	Igarapé	20.465	0,0048	568	0,0047	
14	Juatuba	16.360	0,0038	1.085	0,0089	
15	Mateus Leme	21.564	0,0050	1.748	0,0144	
16	Nova Lima	52.508	0,0122	2.503	0,0206	
17	Raposos	11.667	0,0027	400	0,0033	
18	Ribeirão das Neves	234.650	0,0547	5.875	0,0484	
19	Rio Acima	6.194	0,0014	371	0,0031	
20	Sabará	106.858	0,0249	3.740	0,0308	
21	Santa Luzia	177.183	0,0413	4.848	0,0400	
22	Sarzedo	17.799	0,0042	417	0,0034	
23	Mário Campos	10.034	0,0023	416	0,0034	
24	São Joaquim de Bicas	15.290	0,0036	546	0,0045	
25	Baldim	5.296	0,0012	501	0,0041	
26	Capim Branco	7.354	0,0017	465	0,0038	
27	Florestal	3.940	0,0009	332	0,0027	
28	Nova União	4.096	0,0010	376	0,0031	
29	Jaboticatubas	7.345	0,0017	625	0,0052	
30	Matozinhos	29.037	0,0068	839	0,0069	
31	Itaguara	7.989	0,0019	320	0,0026	
32	Rio Manso	2.270	0,0005	390	0,0032	
33	Taquaraçu de Minas	1.288	0,0003	233	0,0019	
34	Itatiaiuçu	5.229	0,0012	470	0,0039	
Total		4.286.454	1,0000	121.296	1,0000	

Fonte dos dados básicos: Pesquisa de Origem e Destino – OD 2001/2002, FJP

Tabela A2 – Fluxos migratórios com o interior de Minas, segundo Belo Horizonte e demais municípios da RMBH, 1986/1991

RMBH, fluxos migratórios com o interior de Minas, 1986/1991									
Região de origem	Belo Horizonte (núcleo)			Demais municípios da RMBH (área periférica)			Total RMBH		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Interior de Minas	115.798	61.143	54.655	97.003	15.353	81.650	212.801	76.496	136.305

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 1991, IBGE.

Tabela A3 – Fluxos migratórios com o interior de Minas, segundo Belo Horizonte e demais municípios da RMBH, 1995/2000.

RMBH, fluxos migratórios com o interior de Minas, 1995/2000									
Região de origem	Belo Horizonte (núcleo)			Demais municípios da RMBH (área periférica)			Total RMBH		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Interior de Minas	83.528	65.827	17.701	93.562	20.627	72.935	177.090	86.454	90.636

Fonte dos dados básicos: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Quadro A1 – Composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, no período 1973-2007

Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, 1973-2007					
Id	Municípios	RMBH 2007	Censo 2000	Censo 1991	RMBH1973
1	Baldim	X	I	-	-
2	Belo Horizonte	X	X	X	X
3	Betim	X	X	X	X
4	Brumadinho	X	X	I	-
5	Caeté	X	X	X	X
6	Capim Branco	X	I	-	-
7	Confins	X	E = Lagoa Santa, 21/12/1995	-	-
8	Contagem	X	X	X	X
9	Esmeraldas	X	X	I	-
10	Florestal	X	I	-	-
11	Ibirité	X	X	X	X
12	Igarapé	X	X	I	-
13	Itaguara	X	I	-	-
14	Itatiaiuçu	I	-	-	-
15	Jaboticatubas	X	I	-	-
16	Juatuba	X	E = Mateus Leme, 27/04/1992	-	-
17	Lagoa Santa	X	X	X	X
18	Mário Campos	X	E = Ibirité, 21/12/1995	-	-
19	Mateus Leme	X	X	I	-
20	Matozinhos	X	I	-	-
21	Nova Lima	X	X	X	X
22	Nova União	X	I	-	-
23	Pedro Leopoldo	X	X	X	X
24	Raposos	X	X	X	X
25	Ribeirão das Neves	X	X	X	X
26	Rio Acima	X	X	X	X
27	Rio Manso	X	I	-	-
28	Sabará	X	X	X	X
29	Santa Luzia	X	X	X	X
30	São Joaquim de Bicas	X	E = Igarapé, 21/12/1995	-	-
31	São José da Lapa	X	E = Vespasiano, 27/04/1992	-	-
32	Sarzedo	X	E = Ibirité, 21/12/1995	-	-
33	Taquaraçu de Minas	X	I	-	-
34	Vespasiano	X	X	X	X
Total		34	33	18	14
Legenda:					
I = Integrado à RMBH					
E = Emancipado					

Fonte: Elaboração própria a partir dos códigos da pesquisa OD 2001, da FJP